MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

150 ANOS

1860/2010

Decreto n. 1067 de 28 de Julho de 1860.

Crea hum novo Ministerio de Estado com a denominação de Ministerio de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo 1º Fica creado hum novo Ministerio de Estado com a denominação de Ministerio de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

§ 1º O respectivo Ministro e Secretario de Estado terá as mesmas honras, privilegios e vencimentos de que gozão os actuaes Ministros.

§ 2º Fica o Governo autorisado para distribuir pelos differentes Ministerios as attribuições que devão ao actual hum competir.

§ 3º O Governo dará Regulamento á respectiva Secretaria de Estado, empregando nella o pessoal necessario, tirado das diversas Secretarias de Estado,

da Repartição Geral das Terras Publicas, e da Directoria Geral das Rendas.

§ 4º O numero de empregados das Secretarias de Estado não poderá exceder ao estabelecido nas respectivas Reparticões, nem a despeza a dispendida em cada um destes estabelecimentos poderá exceder aquella que se despende.

Artigo 2º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Jose da Silveira Pereira Fidie, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Junho de mil oitocentos e setenta, trigesimo nono da Independencia, e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José da Silveira Pereira Fidie.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

1860 /
/2010







Sumário

Apresentação ____ 11

Brasil, um País agrícola ____ 15

Uma planta que cresce ____ 45

A força de um povo ____ 77

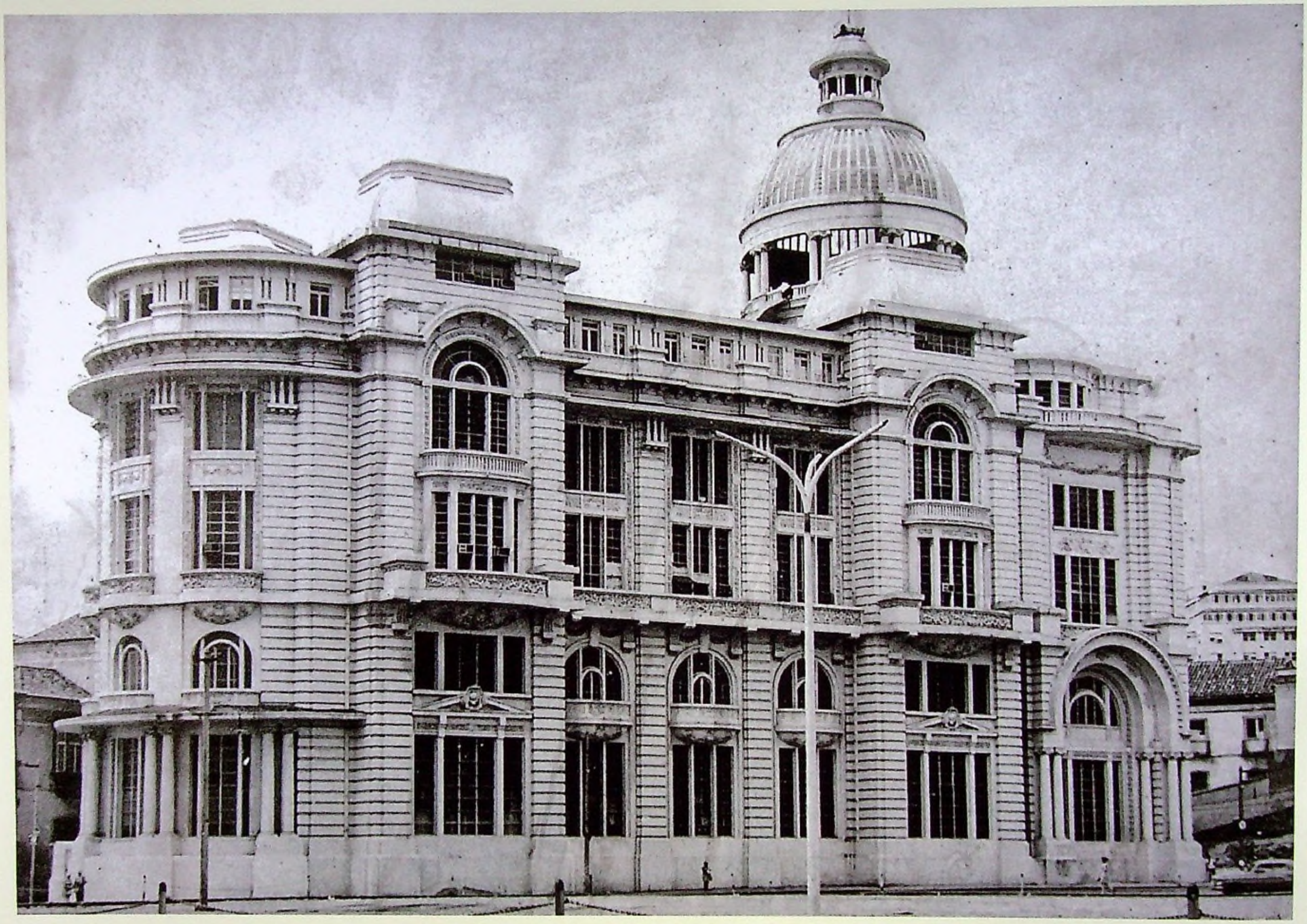
Desenvolvimento e ciência ____ 91

A melhor defesa ____ 113

O campo na arte ____ 147

Linha do tempo ____ 168

Bibliografia ____ 176



Primeira sede do Ministério da Agricultura, na Praça XV, no Rio de Janeiro

Apresentação

Corria o ano de 1860 e o Brasil sentia urgência em definir uma estrutura específica, junto ao seu governo, para deliberar e ordenar as questões relacionadas às atividades de produção agrícola e pecuária.

Já então base da economia e da inserção comercial no cenário externo, a agricultura, naquele momento, mais do que nunca exigia a especialização na tomada de decisões. Era vital regular processos e fixar parâmetros para os agentes envolvidos nas diversas cadeias produtivas, do campo à indústria emergente, dos anseios do consumidor (fosse a população nacional ou o cliente internacional) aos negociantes.

O maior interessado, no final das contas, era o Poder Público, que via na inexistência de um organismo centralizador das demandas da agricultura um empecilho até mesmo para a arrecadação de tributos.

Assim, em julho de 1860 nascia, na então capital federal, o Rio de Janeiro, o Ministério da Agricultura, que em 2010 completa seus 150 anos de existência formal. Ao longo das décadas seguintes, na estruturação e na formatação de suas atribuições, o ministério foi ganhando novas especificidades.

Pode-se dizer que os rumos tomados pela agricultura e pela pecuária no País, em suas mais variadas manifestações e nas mínimas e, quase sempre, complexas evidências sociais, nasceram ou se cruzaram por esse organismo, que hoje, após diversas mudanças e reformulações, é denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Por essa razão, aproveitar a passagem de um século e meio de atividades da instituição é mais do que apropriado para lembrar à sociedade brasileira e ao mundo o papel decisivo do ministério na formatação do atual cenário de produção e de comércio de produtos agrícolas.

O Brasil constitui-se, na atualidade, num dos grandes fornecedores globais de alimentos, de matérias primas e de insumos retirados do campo. No século 21, os produtores garantem alimentos na mesa, mantendo as condições para uma vida plena e saudável do povo brasileiro e de outras nações.

Mais do que a excelência do desempenho de suas lavouras e de seus espaços de criação animal, o Brasil ostenta hoje invejáveis índices na pesquisa em ambiente tropical, apresenta níveis de qualidade e de produtividade que permitem às mais diversas cadeias produtivas competir de igual para igual com outras nações, e agrega diferenciais de sanidade e de segurança alimentar a seus artigos.

Na produção, no abastecimento interno e na comercialização externa, o Ministério da Agricultura marca presença por intermédio de dezenas de programas, de ações e de iniciativas, orientando, ordenando, normatizando e fiscalizando essas atividades.

Chegar aos 150 anos de existência com tal estrutura e demonstrando tamanha eficiência perante os públicos interno e externo é, para o Ministério da Agricultura, motivo de orgulho. E, mais do que isso, é a condição para que o País continue a trilhar o caminho do desenvolvimento com a convicção de que não faltarão alimentos e matérias-primas.

Nas páginas a seguir, em textos, ilustrações e fotografias dos mais variados espaços regionais brasileiros, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento evidencia por que tem motivos para comemorar entusiasticamente seus 150 anos.

Atual sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
D



Fazenda de café, produto que histor camente teve forte impacto econômico e social no Brasil

Brasil, um país agrícola

Além de ser a primeira atividade econômica da humanidade, a agropecuária é reconhecida, desde sempre, como a ocupação mais nobre e mais digna. É dela que se aufere o essencial para a sobrevivência, o alimento de cada dia e até o vestuário. Por outro lado, em todas as eras da história, a agricultura tem sido conhecida e reconhecida como contraponto para a hostil relação de confronto, exploração e conquista que o ser humano sempre alimentou, em sua ânsia de poder e dominação. "A agricultura não é odiosa a ninguém, é a profissão que menos expõe os homens aos maus pensamentos", disse Marco Porcio Catão, o mais antigo escritor latino, no no livro *De Agri Cultura*, datado do século 2 a.C.

De acordo com historiadores, tais ideias eram prática comum dos governos e das sociedades. Os gregos consideravam a cidade apenas como centro político e religioso, e o campo como fator essencial de formação da riqueza. O Império Romano baseou sua civilização na solução dos problemas agrícolas.

Muito cedo na história já se descobriu que na agricultura repousam a saúde da espécie humana, a riqueza das nações e todas as demais atividades econômicas. Segundo o professor Justus Von Liebig, um dos maiores nomes da ciência agrícola no século 19 e criador da fórmula NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) para o adubo, a agricultura é a mais importante de todas as atividades humanas.

Tornou-se proverbial a afirmação atribuída ao presidente norte-americano Abraham Lincoln (1809-1865): "Se as cidades perecerem e os campos forem preservados, as cidades renascerão; mas se os campos forem destruídos, as cidades e tudo o mais desaparecerão para sempre".

Um pouco antes, no século 18, o economista e filósofo Adam Smith, considerado o pai da economia moderna, disse que "a agricultura é a única indústria verdadeiramente

produtora, indispensável à vida, única realmente moral e moralizadora, ao contrário das demais, que destroem. Os metais, o petróleo, o carvão que tiramos das minas não foram produzidos por nós; não foram plantados por nós os bosques que cortamos; eles não se reproduzirão, como não se reproduzirão os animais por nós caçados. Mas se reproduzirão as fibras, tecidas para o nosso indumento; os comestíveis, servidos à nossa mesa; os tabacos, queimados em nossos cigarros; tudo quanto a indústria transforma e o comércio mercadeja. Reproduzir-se-á tudo isso graças à agricultura, a primeira das indústrias, da qual as outras dependem. É ela que permite às outras viverem, e as mantém na sua independência".

É preciso lembrar que o mundo só conheceu níveis comprometedores de poluição, afetando mais seriamente a qualidade da vida, depois que a indústria começou a usar matérias-primas de origem não agrícola, principalmente minerais e químicas. Isso mostra como a agricultura, em sua significação mais profunda, é parceira da preservação ambiental.

Produção de cana-de-açúcar em Pernambuco
matéria prima da indústria de açúcar, etanol e energia



Agricultores e exploradores

Observações de Pero Vaz de Caminha, cronista que escreveu a carta com a notícia do descobrimento do Brasil para El Rei Dom Manuel de Portugal, permitem concluir que, embora o primeiro contato ainda fosse superficial, os indígenas eram muito diferentes do que os europeus imaginavam. Não praticavam a pecuária. Viviam da caça, da pesca e da agricultura, principalmente da mandioca, da qual havia produção em grande escala. Só não produziam mais porque não necessitavam. Caminha observou que também havia, entre os alimentos indígenas, muito inhame, até hoje reconhecido por suas qualidades terapêuticas, além de outras sementes e frutos. Os portugueses estavam interessados em ouro e prata, mas os nativos não davam qualquer importância a esses metais, nem às pedras preciosas, só mesmo às pedras comuns, com que faziam seus instrumentos mais contundentes. "O português veio aprender com o índio a agricultura", apontou o botânico francês Auguste de Saint-Hillaire, que no século 19 realizou longas viagens de estudo pelo Brasil. "O imigrado aprendeu a botânica e a agricultura desta terra com o silvícola", confirmaria depois, já no século 20, o também botânico mineiro Frederico Carlos Hoehne.

Apesar de seus recursos rústicos, da era da pedra lascada, sem qualquer ferramenta adequada, os indígenas conseguiram implantar uma agricultura. Sobre o papel produtivo dos indígenas, Luís Amaral, membro do Instituto de Economia Rural, escreveu ser "incontestável que praticavam a agricultura, em grau mais ou menos igual ao então conhecido na Europa, onde ela decaíra notavelmente, depois de ter conhecido o apogeu à época da queda do império Romano".

Sobre a terra e o uso que os nativos faziam dela, Caminha fez alguns registros em sua longa carta ao Rei Dom Manuel:

"E diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os encontraram; e que lhes deram de comer dos alimentos que tinham, a saber muito inhame, e outras sementes que na terra dá, que eles comem.









Gravuras de Johann-Baptist von Spix e Karl Friedich von Martius,
naturalistas bávaros que vieram ao Brasil em 18?? e deixaram suas impressões

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho. porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!"

Ainda sem saber se tinham descoberto um continente ou uma ilha, os portugueses quase nada fizeram, nos primeiros tempos, para implantar alguma coisa duradoura na terra ocupada. Interessava-lhes apenas a exploração. Quando o primeiro governador geral, Tomé de Souza, chegou em 1549, sua comitiva de mil homens tinha 600 soldados e 400 degredados. Sua prioridade era se fortificar, temeroso da fúria dos índios, que sempre haviam acolhido hospitaleiramente o invasor e que eram quase sempre maltratados, segundo relata Luís Amaral, em sua *História Geral da Agricultura Brasileira*. Logo depois, Duarte da Costa (1553-1558) expulsou todos os índios do Recôncavo Baiano, caçando-os sem tréguas. E assim agiram todos os governantes posteriores, até o início do século 18, levando em consideração apenas os próprios interesses e explorando a colônia.



As margens da cidade de Belém do Pará, na primeira metade do século 19, por Spix e von Martius



A fúria contra os nativos era tanta que, não fossem os jesuítas, os indígenas possivelmente teriam sido extintos no Brasil. Os padres da Companhia de Jesus defendiam e catequizavam os índios, e ainda os instruíam nas práticas da agricultura e do cooperativismo, bem antes do surgimento oficial desse sistema associativo no mundo, durante a Revolução Industrial do século 19. Por causa das dificuldades que causavam à administração, os jesuítas foram expulsos da Colônia em 1759, já no tempo dos vice-reis, por decreto do Marquês de Pombal. Os índios ficaram então sem amparo. A agricultura sofreu, naquele período, um duro golpe.

Era notório o desinteresse em colonizar a terra descoberta. O que os portugueses mais queriam era "explorá-la, pilhá-la de qualquer forma", como dizia João Pandiá Calógeras, ministro da Agricultura de 1914 a 1915, depois também ministro da Fazenda e da Guerra. "Vá, degredado, para o Brasil, donde voltará rico e honrado!". Esse era o conselho irônico do primeiro bispo de Leiria, de 1548 a 1556, Frei Brás de Barros.

É preciso lembrar que Portugal tinha, na época, pouco mais de um milhão de habitantes. Não havia excedente populacional para povoar razoavelmente o Brasil, especialmente porque muitos homens iam também para as Índias. No período, havia um grande contingente de viúvas e muitos viviam em situação de miséria nas cidades. A força de trabalho masculina era calculada em apenas 331 mil pessoas, muito escassa para ser dividida entre Portugal e suas colônias. Enquanto isso, no Brasil, a população indígena era calculada entre 800 mil a 2 milhões de pessoas. Deste total, por mais que os jesuítas interferissem, cerca de 18 mil foram escravizados para servir de mão de obra na agricultura, de acordo com Luís Amaral.

O que afirmam vários historiadores é que os portugueses nunca foram colonizadores, apenas conquistadores. Portugal, mal administrado e afundado em dívidas, vivia praticamente só da produção de pimenta. Frei Vicente do Salvador, o chamado "pai da história brasileira", escreveu que os portugueses, "sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos".



Frutos e folhas do cacau, tradicional cultura da região Nordeste (ilustrações de Castro Silva, de 1913)



Moradia encravada no interior da Amazônia brasileira, região representativa em várias atividades primárias, muitas das quais apoiadas no extrativismo

Índios e negros

João Ribeiro, imortal da Academia Brasileira de Letras, em sua *História do Brasil* (1900), resgatou os méritos do índio e do negro na construção do País. Ele escreveu: "O Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta, do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros. Eles foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catequizaram longínquas tribos, levando, assim, a circulação da vida por toda parte, até os últimos confins".

Os portugueses já tinham familiaridade com o tráfico negreiro desde muito antes de 1500, quando o Infante Dom Henrique desbravou a costa ocidental da África, explorando ouro e capturando escravos para Portugal. A escravidão indígena, iniciada por volta de 1530, não trazia qualquer vantagem à metrópole portuguesa. Acabou não dando certo no Brasil porque os índios fugiam ou se matavam em desespero, além de terem a proteção dos jesuítas e de haver muitos deles em liberdade, na sua própria terra, acuando o invasor português e incitando as tribos. Os índios, contudo, só ficariam legalmente livres da escravidão depois da independência, a 27 de outubro de 1831, durante a Regência Trina que antecedeu a posse de Dom Pedro II como imperador do Brasil.

Assim, o tráfico de escravos negros tornou-se um dos negócios mais lucrativos para os portugueses, que abasteciam o mundo com essa mão de obra, tornando-a seu principal produto. A partir de 1559, o negro passou a ser usado como força de trabalho para o desenvolvimento da cana-de-açúcar nas grandes propriedades. Robustos, obedientes, devotados ao serviço e mais habilidosos no trabalho, os escravos africanos tornaram-se instrumento precioso dos portugueses nos engenhos, nas fazendas e nas minas.

Capturados por inimigos, nas mais diversas situações, como nas guerras tribais ou tornados escravos por dívidas não pagas, os africanos provinham de lugares como Angola e Guiné. Eram negociados com os traficantes africanos (negros, também) em troca de produtos como fumo, armas e aguardente, e transportados nos chamados navios negreiros. Essas embarcações tinham como destino as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, e delas eram transportados para regiões mais distantes. Durante as viagens, muitos escravos morriam em decorrência das péssimas condições sanitárias existentes nos navios, que vinham superlotados. Quando desembarcavam em solo brasileiro, os africanos eram vendidos em praça pública. Os mais fortes e saudáveis eram os mais valorizados.



A importante produção de milho no Brasil atende principalmente a demanda de alimentos e rações para animais

O ministro Pandiá Calógeras escreveu: "Sob a direção do branco, eles (os negros) realizaram todo o trabalho material e os esforços precisos para criar e construir o Brasil. Em um caso, mesmo, foram guias dos brasileiros: seu é o mérito da primeira indústria de preparo direto do ferro, nas forjas rudimentares de Minas Gerais, fruto natural da ciência prática infusa nesses metalurgistas natos que são os africanos". Foram também os africanos que descobriram a primeira pepita de ouro e o primeiro diamante, dando início ao ciclo da mineraçao. Durante pelo menos três séculos, os negros sustentaram o desenvolvimento brasileiro. Não foi sem razão que, no século 19, a campanha abolicionista sustentou que "o Brasil é o café, e o café é o negro".

A aquisição de mão de obra escrava tornou-se imperativa também para o sucesso da colonização holandesa no Brasil, iniciada em 1630, com a implantação de um governo liderado por Maurício de Nassau. Os holandeses passaram a importar escravos para trabalhar nas plantações de cana e nos engenhos. A Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais se encarregava do tráfico da África para o Brasil.

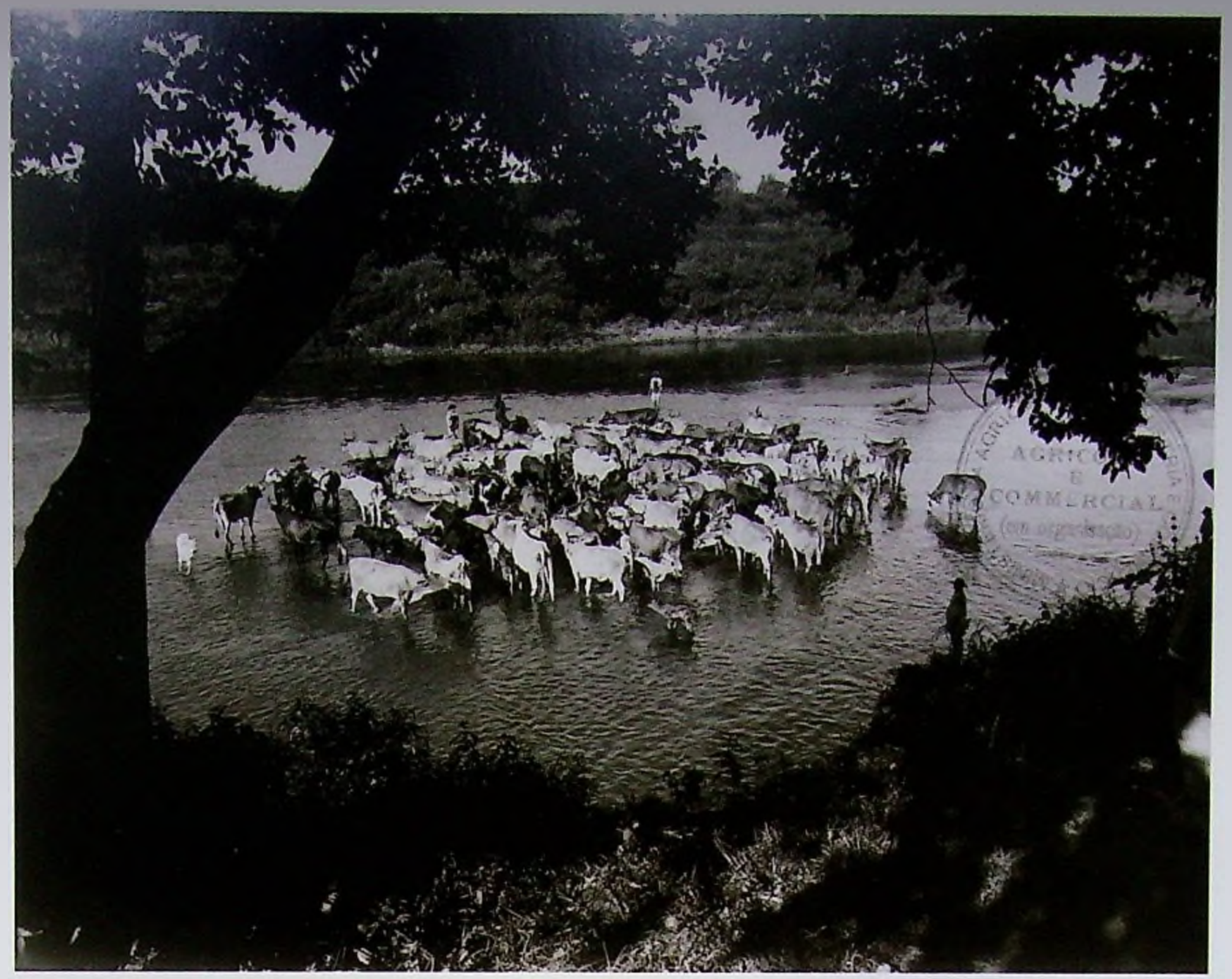
A atitude rebelde dos índios, porém, ao recusar a escravidão, foi produzindo efeitos, despertando também nos negros o sentimento de liberdade. Aos poucos, teve início a rebeldia, incentivada por pressões cada vez maiores contra o regime escravocrata.

Os ciclos da economia

Pau-Brasil

É verdade que os índios já praticavam a agricultura de subsistência e, por isso, será justo creditar-lhes o pioneirismo. Seus métodos, embora muito rudimentares, eram suficientes para sobreviverem. Do ponto de vista econômico porém, o primeiro ciclo produtivo do Brasil foi o do pau-brasil, árvore que havia em tal abundância na Mata Atlântica que inspirou o próprio nome do País. Era madeira muito valorizada como matéria-prima para as tinturarias europeias.

Instalando feitorias e sesmarias (lotes de terras), no século 16, os portugueses escravizaram os índios, encarregando-os do corte e do carregamento do pau-brasil, que era comercializado por um sistema de troca conhecido como escambo. O extrativismo foi a primeira atividade econômica dos portugueses no Brasil, até porque era esta a sua intenção: explorar, nao produzir. Dessa forma, outras atividades extrativas também eram praticadas, como a da coleta de drogas e ervas medicinais no sertão.





Fazendas de criação de gado na primeira metade do século 20, atividade que foi e ainda é de extrema importância para o agronegócio brasileiro

Cana-de-açúcar

Originária da Ásia, a cana-de-açúcar chegou à América em 1492, na segunda expedição de Colombo, e ao Brasil em 1532, pelas mãos de Martin Afonso de Souza, que no ano seguinte já construiu o primeiro engenho na Capitania de São Vicente, perto da atual cidade de Santos. Foi assim que começou um novo ciclo econômico no Brasil Colônia, abrindo-se um promissor mercado na Europa, para substituir a beterraba na fabricação de açúcar.

A cana foi o alicerce da economia brasileira nos séculos 16 e 17 e motor do regime escravagista. A necessidade de mão de obra para a cultura da cana foi o que levou os portugueses ao tráfico de escravos vindos da África. O engenho de cana tinha tração animal (bois ou jumentos) e também humana (escravos). O plantio concentrou-se, a princípio, nas regiões litorâneas, especialmente em Pernambuco e na Bahia. Depois, em seu apogeu (século 17), a cultura expandiu-se e causou a primeira marcha para o Oeste no Brasil. Atraídos pelo negócio, os holandeses invadiram o Nordeste, tomaram as usinas e instalaram o seu governo próprio, durante 24 anos (1630 a 1654). Quando foram expulsos, levaram a tecnologia do açúcar para as Antilhas e tornaram-se concorrentes do Brasil, que perdeu o monopólio mundial.

Simultaneamente à economia açucareira, à qual estava atrelada, a pecuária ajudou a estender a ocupação do Brasil pelos portugueses, levando o povoamento para o interior. O gado, além de força motriz nos engenhos, também fornecia carne e couro, seguindo a expansão da cana. Na falta de estradas, foi o Rio São Francisco o caminho usado para a interiorização. Tornou-se o Rio da Integração Nacional e, por abrigar fazendas de pecuária às suas margens, ficou também conhecido como Rio dos Currais.



Escravos na Amazônia, por Spix e von Martius, em litografia de 1823

Minérios

No século 18, expedições conhecidas como entradas e bandeiras penetraram pelo interior em busca de metais valiosos, como ouro, prata e cobre, além de diamantes e esmeraldas, encontrados no interior da Capitania de São Paulo de Piratininga (Planalto Central e Montanhas Alterosas). As descobertas provocaram uma corrida aos locais que concentravam as maiores jazidas, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Era o início do ciclo da mineração. Logo começaram os conflitos, o principal deles a Guerra dos Emboabas, porque os paulistas, descobridores das jazidas, reclamavam preferência na exploração contra os portugueses e os brasileiros de outras regiões. O confronto foi travado de 1707 a 1709 na região de Minas Gerais.

Nesse período, surgiu também a figura do tropeiro, que fazia o transporte entre as localidades da Colônia e para o Rio de Janeiro, rumo à Europa. A insurreição de Tiradentes em Vila Rica, Minas Gerais, aconteceu nesta época, como forma de luta contra o avanço da Coroa sobre as riquezas da Colônia, tomando o controle da exploração em 1771. O volume de diamantes foi tão grande que a cotação caiu 75% no mercado mundial. Calcula-se que três milhões de quilates tenham sido extraídos até 1810.

Café

Concentrada a princípio no Vale do Paraíba, entre Rio de Janeiro e São Paulo, depois dirigindo-se para as terras roxas do interior paulista e do norte do Paraná, a cultura do café alcançou seu período áureo nas três primeiras décadas do século 20, mas manteve-se como principal produto de exportação durante quase um século.

Introduzido no século 18, por Francisco de Melo Palheta, com sementes contrabandeadas da Guiana Francesa, o café tornou-se o grande motor da economia em meados do século 19. Com o domínio dos mercados mundiais, o Brasil controlava os preços, cuja elevação acabou causando um aumento de oferta maior que o mercado poderia absorver.

O governo introduziu incentivos para sustentar os preços internacionais, que os demais produtos brasileiros não tinham. A crise mundial de 1929 foi mais um duro golpe, e o governo brasileiro implantou, a partir daí, uma política de participação mais ativa na economia nacional.



A cana-de-açúcar foi a base da economia brasileira nos séculos 16 e 17
(R. Persin, obra "Um moinho", em desenho de 1807)

Borracha

No início do século 18, o naturalista Charles Marie de La Condamine percorreu o Rio Amazonas e estudou as propriedades de um poderoso auto-cicatrizante nativo da região, conhecido como seringueira. Posteriormente, em 1839, Charles Goodyear descobriria por acaso o processo de vulcanização desse líquido, conhecido como látex. Os carros ainda não tinham tração mecânica, mas os inventores do automóvel, quase meio século depois, adotariam a borracha para as suas rodas. A partir de 1870, o produto tornou-se sensação na Europa e nos Estados Unidos, fazendo a demanda crescer rapidamente, enquanto a oferta permanecia tímida, o que resultou no rápido aumento do preço internacional.

A seringueira não existia em outro lugar no mundo, a não ser na Amazônia, o que provocou grande corrida ao chamado novo eldorado. Fazendeiros, empresários e pequenos agricultores foram para lá, constituindo fazendas silvicultoras e tornando-se os barões da borracha, concentrando renda e deixando na miséria a mão de obra. A borracha chegou a participar com 40% na pauta das exportações brasileiras.

Os lucros ficaram principalmente nas metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, com vantagem para a primeira, por sua proximidade com o mar, onde a renda *per capita* chegou a equiparar-se às mais altas do mundo. As duas cidades passaram por profundas reformas, com projetos urbanísticos e arquitetônicos arrojados, como o Theatro da Paz, em Belém; o Teatro Amazonas, em Manaus; suntuosos palácios, bulevares e avenidas com túneis verdes de mangueiras.

O ciclo da borracha também ficou conhecido como a *Belle Époque* da Amazônia, um período de fausto e ostentação, que começou a ruir com as bruscas quedas na cotação internacional da borracha após a ampliação da oferta, ocasionada pela biopirataria, que fez surgir milhares de seringais no Oriente, e pela Primeira Guerra Mundial. A Amazônia não tinha uma economia diversificada e ficou sem alternativa. Entre 1910 e 1920, a renda *per capita* de Belém caiu quase cinco vezes. Houve saques, suicídios, emigração em massa, abandono de casarões e sucateamento geral.



"Tirador de Seringa", desenho aquarelado de Lucien Taunay, 1922



Rebanho de ovinos em fazenda no interior da Bahia, onde essa atividade se destaca

A vinda da família Real

O ano de 1808 foi um grande marco na economia e na agricultura no Brasil, com o início de profundas transformações no País. A vinda de Dom João VI significou a ruptura do sistema mercantilista então vigente, o declínio do comércio com Portugal, a ascensão do intercâmbio com a Inglaterra, a abertura comercial com outras nações. Internamente, a tendência de queda dos preços dos principais produtos de exportação criou tensões, em virtude das desigualdades regionais que se estabeleceram.

O fator mais positivo foi a abertura de novos mercados para os produtos brasileiros. O Nordeste, porém, perdeu competitividade com o algodão e o açúcar, dependentes da mão de obra escrava, que escasseava. Enquanto isso, cresceu a importância do café no Sudeste, já alavancado pela força de trabalho da imigração europeia. As taxas alfandegárias ficaram desfavoráveis e surgiram concorrentes externos para os produtos brasileiros.



Fruto do cafeeiro,
ilustração de Castro Silva, de 1913

Desde o início do século 19, vinham sendo criadas importantes instituições de promoção da agricultura, como jardins botânicos e cursos na área da agricultura, por onde aconteceu a introdução de novos cultivos e a aclimatação de plantas, a adoção dos campos experimentais e a divulgação de conhecimentos técnicos na área. Assim, surgiram o Horto Botânico da Bahia (1800), o Real Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas (1811) e outros em Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Maranhão e Pará, que passaram em 1835 a contar com recursos orçamentários federais. O Curso de Agricultura na Bahia começou a funcionar em 1812 e outros se seguiram. O fomento à produção primária acontecia e se ampliava de todas as formas, inclusive com importação de mudas e sementes.

Desde o início do período colonial até a Independência do Brasil, em 1822, a terra era considerada patrimônio pessoal do rei, que concedia o usufruto em recompensa por serviços prestados, em caráter temporário e mediante condições de ocupação efetiva do solo, direito que passou a ser transmissível por herança. Com a chegada de Dom João VI, as terras passaram a ser concedidas também a estrangeiros.

Em 1823, começou a funcionar o regime jurídico de posse por ocupação, mas as transmissões ainda eram raras. Em 1848, passaram a ser concedidas áreas de terras públicas às províncias, para fins de colonização, onde era vedado o trabalho escravo, o que abriu a possibilidade de incrementar as imigrações europeias, principalmente a alemã, que já fora tentada na Bahia, em 1818, sem sucesso, e se iniciara oficialmente em 1824, no Sul e no Sudeste.

O sistema bancário nacional começou a operar em 1809, com o Banco do Brasil. Quando surgiu o crédito à agropecuária, os recursos eram atendidos em parte pelos lucros do próprio produtor e em parte por comerciantes locais e ordens religiosas. Os créditos de





O trabalho dos imigrantes fortaleceu a cafeicultura brasileira. Ao lado, postal de Rosenhain & Meyer, "Machinas para beneficiar o café", de 1938

longo prazo eram difíceis, porque as safras estavam sujeitas a pragas e intempéries, e as garantias das dívidas eram os escravos e as próprias colheitas. Alguns produtos, como a mandioca, não conseguiam crédito.

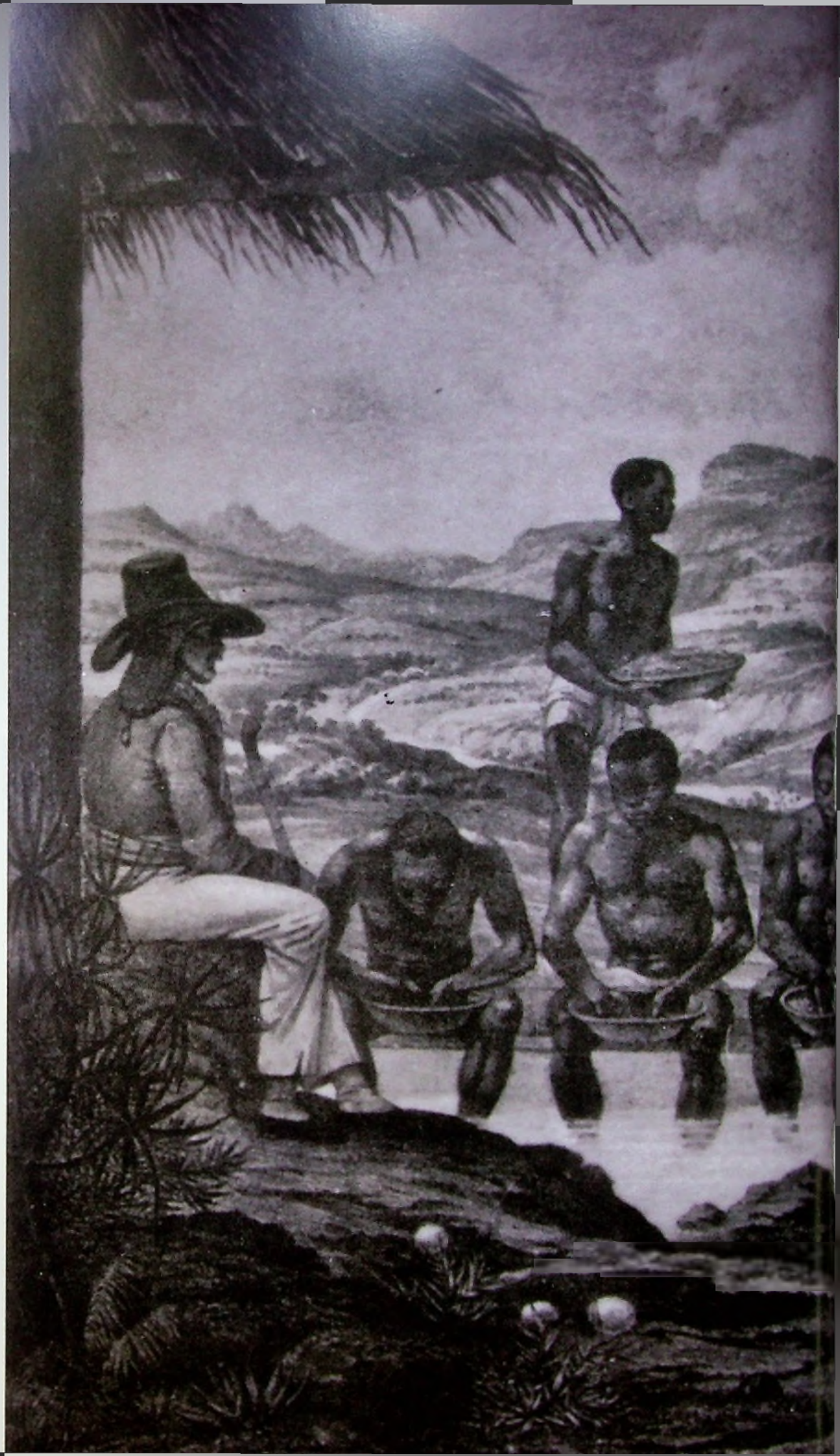
O Banco da Bahia foi o primeiro a atender às necessidades da produção, por oferecer prazo mais longo e renovável, com limites maiores, e a aceitar garantia de terras e produtos. Os itens mais exportados eram algodão, açúcar, couros, cacau, café, arroz e outros, em operações realizadas principalmente por empresas inglesas, e algumas portuguesas. As importações eram principalmente de máquinas e produtos manufaturados.

O escravo pelo imigrante

Desde os primórdios, o Brasil teve na exploração das potencialidades de produção agrícola um de seus grandes diferenciais. A própria ocupação territorial se deu em virtude e em decorrência da identificação desses potenciais.

Diante do amplo território nacional que foi sendo incorporado ao setor produtivo, com seus méritos de climas e de solos específicos e únicos, a vinda, ao longo dos séculos, de colonizadores de diferentes regiões mundiais e de etnias variadas proporcionou ao Brasil um mosaico de culturas, de aptidões e de qualificações singular no mundo. Esses imigrantes, já desde Dom João VI, receberam lotes familiares, na intenção de criar núcleos de abastecimento nos centros urbanos.

Em 1824, o governo do Império promoveu a imigração de colonos de origem germânica, principalmente alemães. Depois de várias tentativas isoladas na década anterior, nos estados da

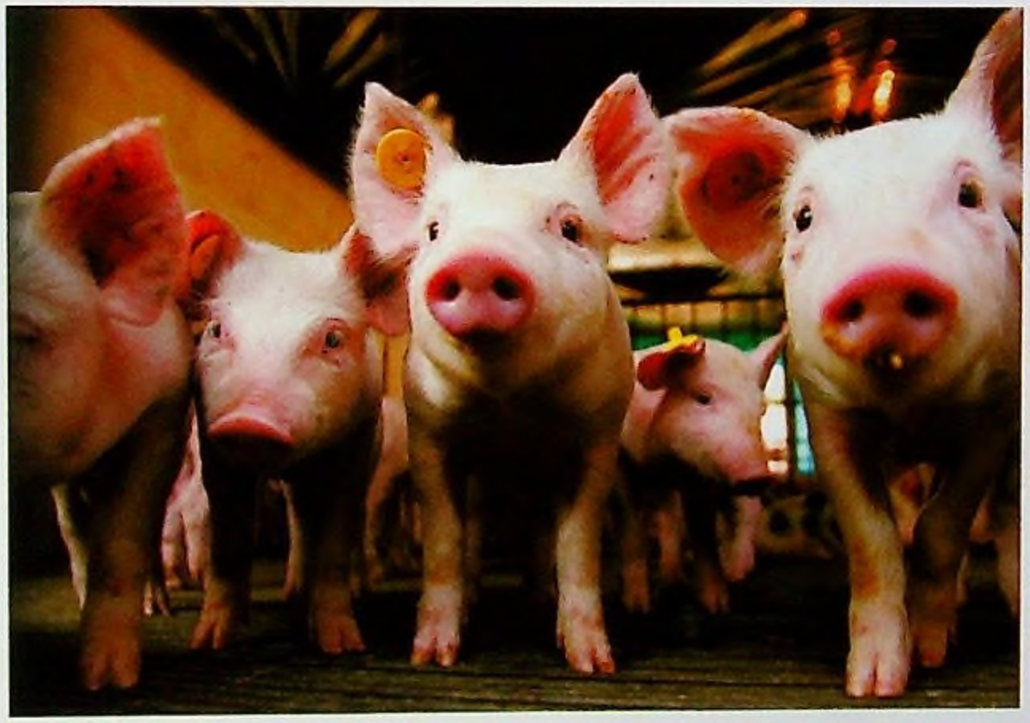


Exploração de diamantes, por Paul Delamair (1821-1882)









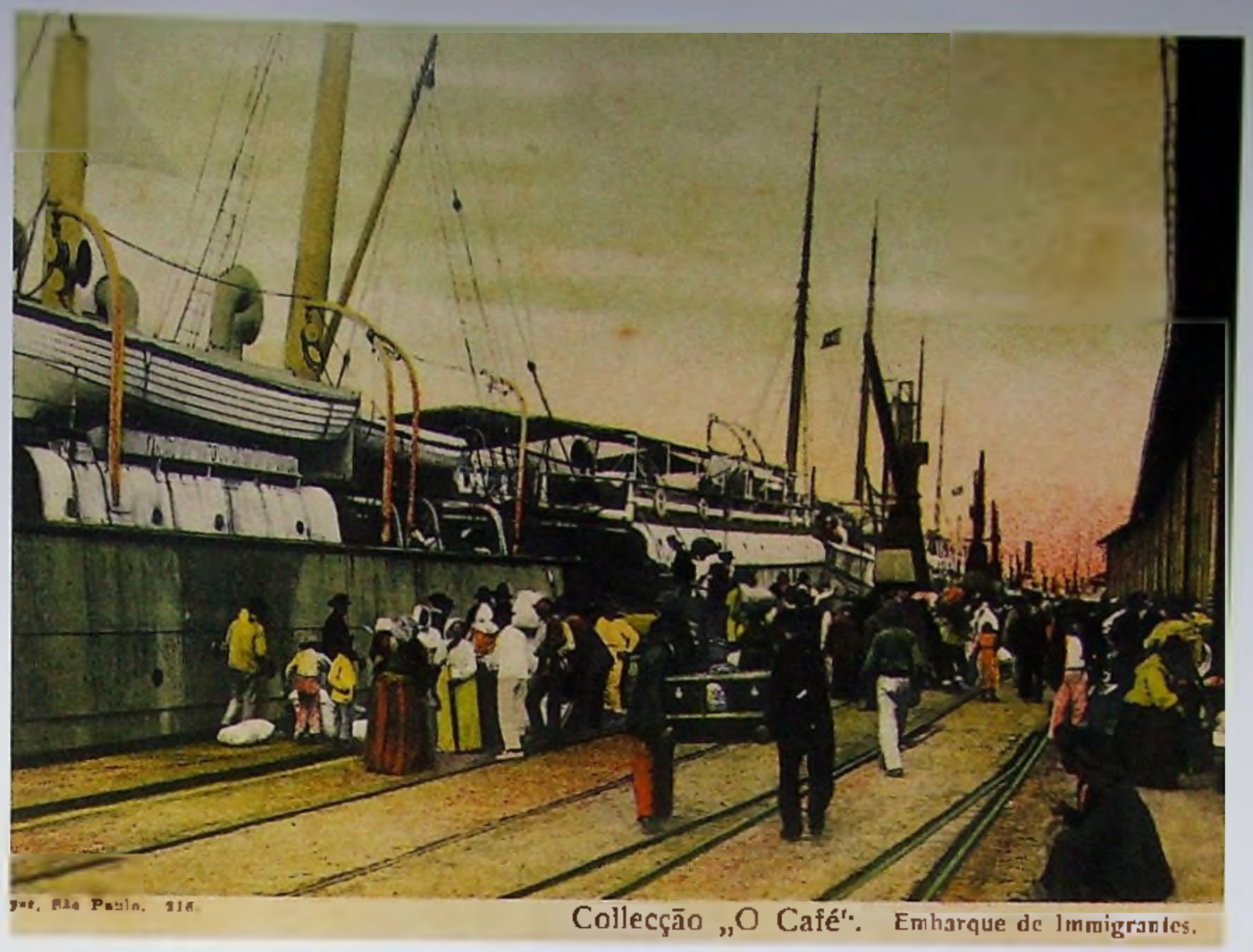
O cultivo de milho e de trigo e a criação de suínos foram atividades introduzidas nas regiões de imigração européia do Sul do País

Por isso, a segunda metade do século 19 caracterizou-se mais fortemente pela transição para o capitalismo, sendo as principais mudanças as restrições à escravidão e a inserção cada vez maior do Brasil no mercado mundial. Aconteceram também, sucessivamente, o maior afluxo do capital externo, a melhor organização dos bancos, a Lei das Sociedades Anônimas, o Código Comercial e a oferta maior de terras e de mão de obra, principalmente devido à imigração.

O movimento imigratório intensificou-se a partir de 1875, com a chegada dos italianos, especialmente no Rio Grande do Sul (vitivinicultura) e em São Paulo (cafeicultura) e, no começo do século 20, dos japoneses, também em São Paulo (cafeicultura e produção de hortigranjeiros). Imigraram para o Brasil cerca de 1,5 milhão de japoneses. Embora não haja estatísticas oficiais, estima-se que os imigrantes italianos tenham hoje no País cerca de 25 milhões de descendentes e os alemães, em torno de 18 milhões. Estas foram, a partir do século 19, as três maiores contribuições estrangeiras para o desenvolvimento da agricultura brasileira, todas com base na pequena propriedade familiar. Por isso, é tida como uma reforma agrária sem esse nome, mas que deu certo, realizada gradualmente ao longo de um século inteiro.

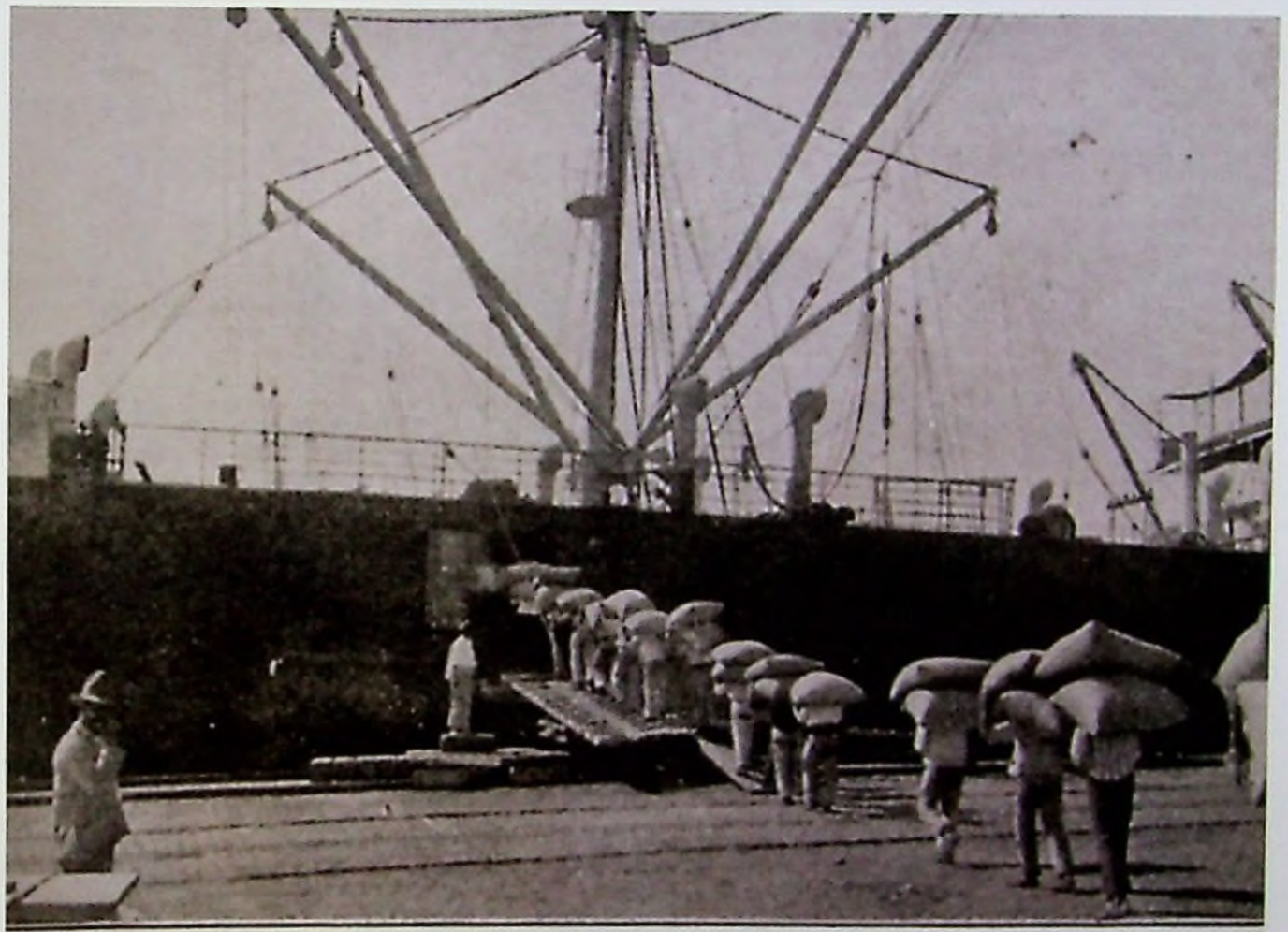
Enquanto isso, um problema social decorreu dessa mudança no sistema produtivo. É que a incorporação da mão de obra imigrante não foi concomitante à integração adequada dos negros, agora livres, ao sistema de produção. Mesmo com experiência e capacidade, o negro foi subaproveitado depois da abolição. Não houve um programa consistente para sua utilização como mão de obra livre, onde poderia render até mais do que no tempo da escravidão. A integração só aconteceu gradualmente, sendo o negro contratado como mão de obra remunerada, da forma mais espontânea e sem a devida reciclagem. Afinal, o escravo tinha o trabalho como um castigo, um símbolo do sofrimento e do cativeiro, e nessa circunstância não poderia ter um potencial de rendimento de acordo com sua verdadeira capacidade.

Ao mesmo tempo, o imigrante via o trabalho como símbolo da liberdade. "(Ele) é o seu próprio senhor e, por ser livre de tutela, aprende a se valorizar, a conhecer sua força e a acreditar em si. Ele vive satisfeito com o seu trabalho, porque colhe êxitos e sabe que no futuro deixará para os seus filhos uma bela e grande propriedade", escreveu, em seu relatório de 1853, o agente de colonização Peter Kleudgen, contratado pela Província para recrutar colonos alemães para o Rio Grande do Sul.



yet, São Paulo. 216.

Collecção „O Café". Embarque de Immigrantes.

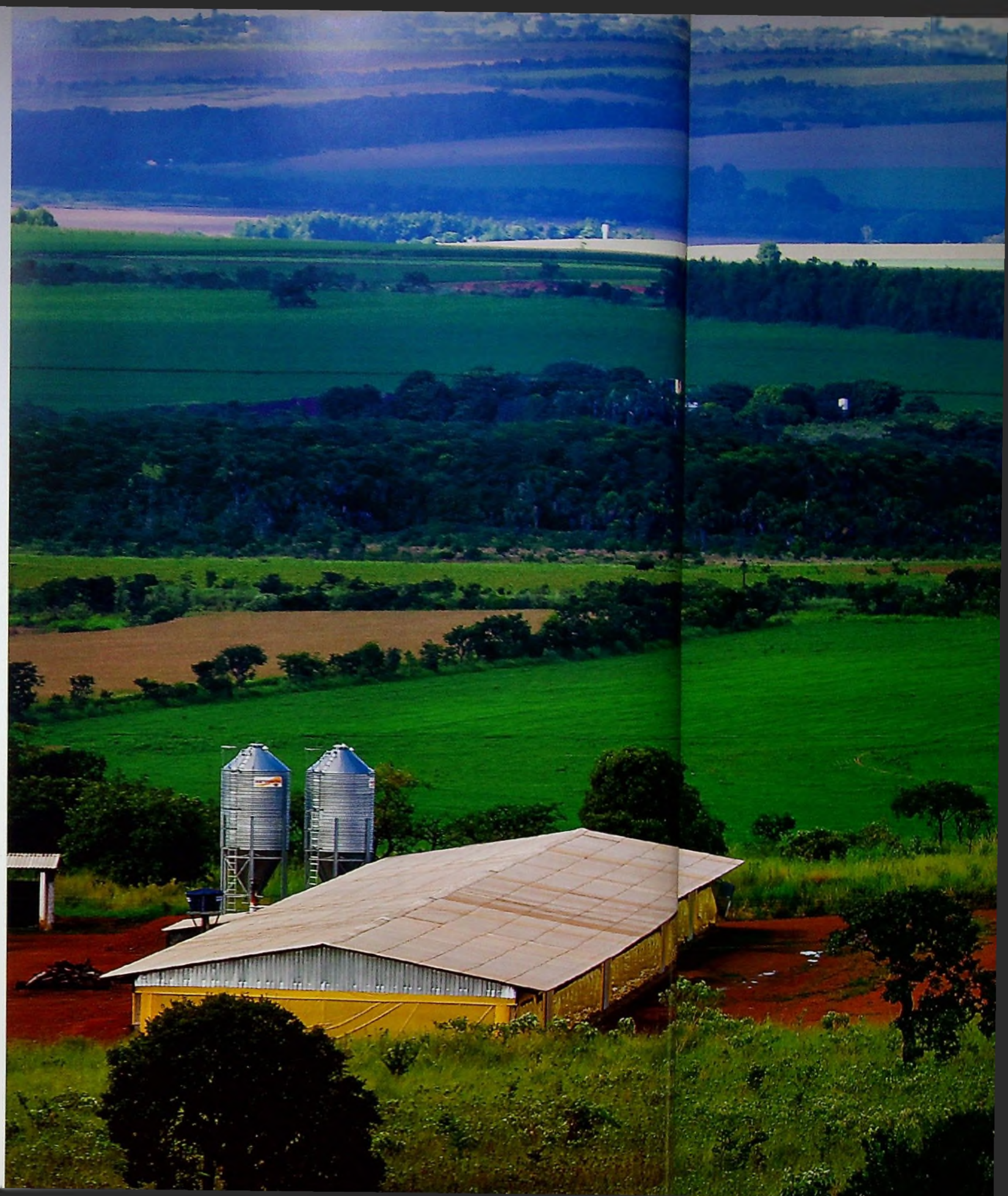


EMBARQUE DE CAFÉ EM SANTOS.

Acima, Porto de Santos (SP), na primeira metade do século 20. Postal de Rosenhain & Meyer, "Embarque de imigrantes", de 1938. Ao lado, imagem da exportação de café em Santos

Nesse momento, no início do florescimento da agricultura brasileira, coincidindo com o declínio do regime escravocrata, o governo do Império editou o Decreto Imperial nº 1.067, de 28 de julho de 1860, criando a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A decisão buscava dar forma e estrutura de amparo ao setor mais importante da economia do País. Na época, a importância da indústria e dos serviços era irrelevante. No contexto de então, 80% da população brasileira dependiam diretamente da agricultura, e os 20% restantes se dividiam entre comércio e serviços (13%) e indústria (7%).

A data ficou marcada no Brasil como o Dia Nacional do Agricultor. Foi, pela primeira vez, uma atitude forte e responsável da administração pública, para juntar as partes esparsas de uma herança difícil, numa economia em transição entre a servidão e o trabalho livre, totalmente baseada na agropecuária, e que precisava ser mais bem organizada.



Paisagem agrícola e área de produção de aves no Centro-Oeste, que se tornou uma importante fronteira do agronegócio nacional



Lavoura de arroz no Sul do País, cereal que se tornou estratégico para o abastecimento nacional a partir de meados do século XIX

Uma planta que cresce

Ao longo de todo o período colonial, o Brasil não teve qualquer política agrícola ou agrária. Havia apenas atos e fatos isolados, que atendiam precariamente a problemas que surgiam e se perpetuavam. Iniciativas como introdução de novas culturas ou planejamento de melhorias vinham sempre dos produtores, que buscavam respaldo no poder público, na medida do possível.

Tal situação se manteve inalterada nas primeiras quatro décadas do Império. Até que, no dia 28 de julho de 1860, 38º ano da Independência, o imperador Dom Pedro II tomou a decisão de criar um instrumento público para regular e estruturar o fomento à principal atividade econômica do País. O Decreto nº 1.067, que criou o novo órgão, estabeleceu que nele seria empregado "o pessoal necessário, tirado das diversas Secretarias de Estado, da Repartição Geral das Terras Públicas e da Diretoria Geral dos Correios", fato que demonstra dificuldades financeiras para a execução do plano. Mesmo assim, o novo órgão foi regulamentado, instalando-se oficialmente no dia 21 de fevereiro de 1861.

A criação do ministério, ainda com o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, revela o zelo do Império pelos interesses da produção agrícola, assentados sobre bases de área difícil: o latifúndio e a escravidão. Os antecedentes desse ato remontam a 1808, quando Dom João VI criou o Jardim Botânico no Rio e o Curso de Agricultura na Bahia, primeiros laboratórios para os novos passos que o Brasil pretendia e precisava dar.

A abrangência efetivamente agrícola do órgão criado ainda era restrita. Referia-se a estabelecimentos, institutos e produtos do setor, compra e distribuição de sementes e plantas, legitimação de terras, colonização e trabalhos relativos a índios. Mencionou-se ainda, entre as áreas de atuação, a divulgação da técnica e a introdução e a invenção de máquinas,

o barateamento do crédito e a promoção dos transportes, setor onde houve maior eficácia, de modo especial na construção de várias ferrovias pelo País.

O desafio não era pequeno. Já em 1868, porém, um decreto reorganizou a Secretaria e reduziu-a a mera Diretoria, com seis Seções e menos funcionários, visando à economia de dinheiro público. O ato foi corrigido em 1873, com novo regulamento.



Algodão, ilustração de Castro Silva, de 1913

Avanços no Império

Por ocasião da Independência, em 1822, com mercado interno ainda pequeno, não havia crédito. O Brasil só exportava matérias-primas e os produtos manufaturados, ainda inexistentes, tinham que ser importados, gerando desequilíbrio na balança comercial. O açúcar liderava as exportações, seguido do algodão e do café. Vinte anos depois, as vendas externas tinham dobrado. O café disparava na liderança e a produção de açúcar e algodão caíra, denotando o recuo da importância do Nordeste, em favor do Sudeste, na produção agrícola, mesmo com o aumento considerável das vendas de cacau da Bahia no exterior. A navegação a vapor e a implantação do transporte ferroviário, com o talento e a persistência do gaúcho Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, contribuíram consideravelmente para o aumento das exportações, gerando saldos positivos na balança a partir dos anos de 1870. A economia já era bem diversificada, mas a transição do regime escravocrata para a economia moderna e capitalista, na segunda metade do século, seria traumática com o fim da própria Monarquia.

Apesar de todas as dificuldades, com a boa colocação do café no mercado mundial e com o alvorecer do ciclo da borracha, o comércio exterior do Brasil cresceu a uma taxa média anual de 3,88% num período de 47 anos, tornando-o um País "próspero e respeitado" no último ano do regime, conforme o historiador Heitor Lyra. Para ele, "o Império, sob o ponto de vista do progresso e do desenvolvimento material do País, não foi o atraso e a estagnação de que ainda hoje é acusado por quantos não querem se dar ao trabalho de estudar e conhecer melhor esse período da nossa História. E a verdade é que o Brasil era, de fato e de direito, sob este e outros aspectos, a primeira Nação da América Latina. Essa hegemonia seria conservada até o último dia da Monarquia".

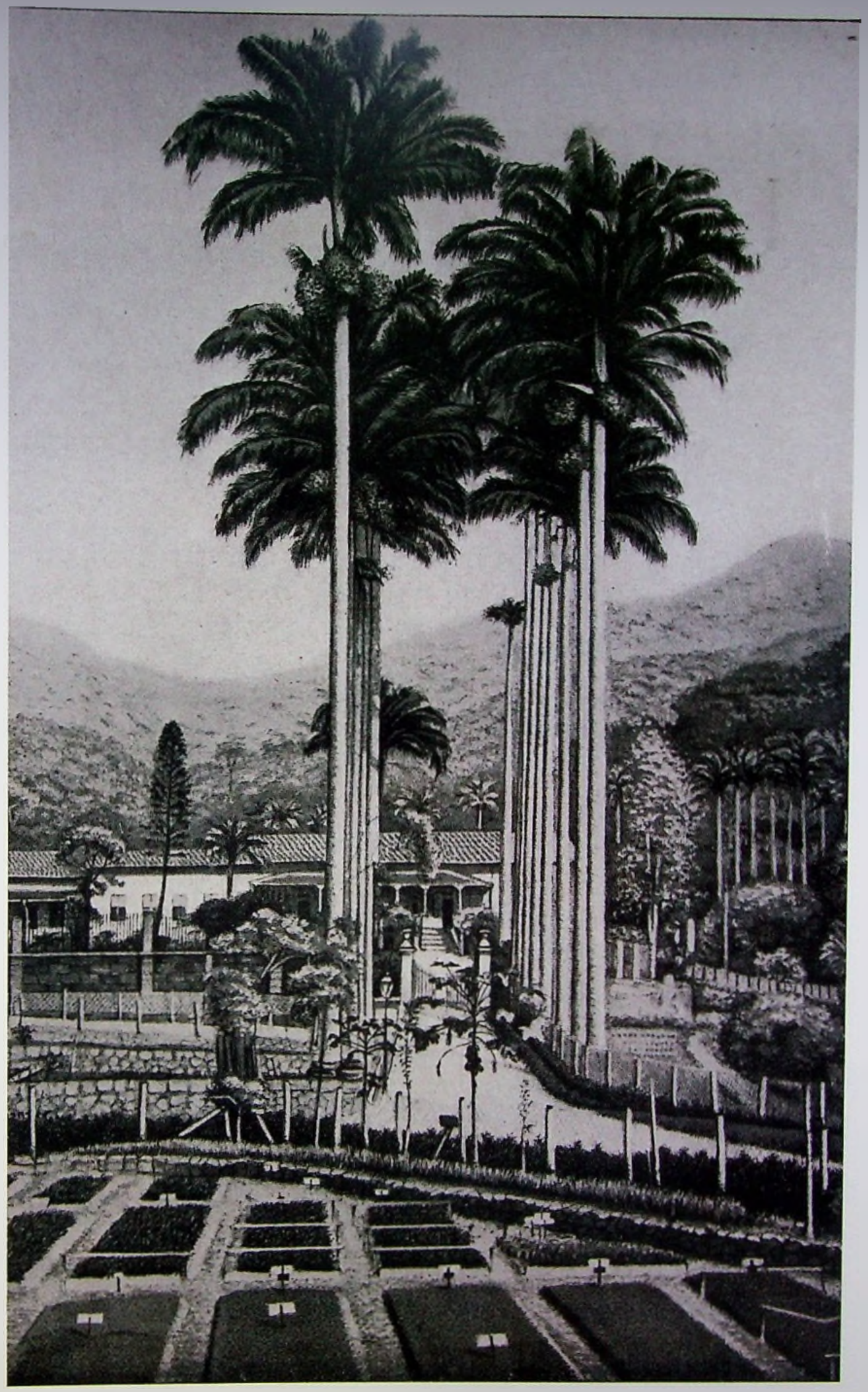


Imagem do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, onde começaram os estudos voltados à agricultura no Brasil

Lyra assevera que, na segunda metade do século 19, período que corresponde ao surgimento da então Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1860), o Brasil, além de próspero e respeitado, atingiu uma renda *per capita* que, se depois tivesse crescido no mesmo ritmo nos períodos seguintes, seria hoje muito maior do que é. A nova agricultura, com os imigrantes e sem a escravidão, desenvolvia-se nas velhas e novas fronteiras de Norte a Sul, onde as culturas de exportação eram consorciadas com a produção de alimentos para o próprio consumo e para o abastecimento das cidades.

Ao mesmo tempo em que o Brasil produzia mais, ampliavam-se os investimentos em conhecimento. Em 1875, foi definido o estudo da Agricultura e da Veterinária na Escola Agrícola da Bahia. E em 1883 criou-se a Escola de Agricultura e Veterinária de Pelotas (RS).



Além do abastecimento do imenso mercado interno, segmentos como a fruticultura, com destaque para a laranja, impulsionaram as exportações



Recuo e retomada com a República

Proclamada a República, em 1889, a drástica mudança do regime político trouxe muitas modificações na estrutura governamental. O novo governo decidiu, em 1892, decretar o desaparecimento da Secretaria, integrando-a ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Esta situação estendeu-se por quase duas décadas, até que, em 1909, foi instalado o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, no governo de Nilo Peçanha (1909-1910).

A nova iniciativa foi motivada por um relatório enviado em 1901, de autoria do diplomata Joaquim Francisco de Assis Brasil, ministro plenipotenciário do Brasil em Washington, que explicava o funcionamento do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. No ano seguinte, o deputado Cristiano Cruz apresentou na Câmara um projeto que, após longa tramitação, foi substituído pela Comissão de Agricultura e Indústrias Conexas e posteriormente aprovado em 1906, após mensagem favorável do presidente Rodrigues Alves. No mesmo ano, foi assinado o decreto de criação do novo ministério, que só seria instalado, contudo, em 1909.

As atribuições da nova pasta ficaram minuciosamente definidas, com as seguintes competências para o setor de agricultura e indústria animal:

- Ensino agrícola, estações agronômicas, mecânica agrícola, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola;
- imigração e colonização, catequese e civilização dos índios;
- indústria animal, escolas veterinárias, postos zootécnicos, proteção contra as epizootias, importação e seleção das raças aperfeiçoadas e mais adequadas ao País, estudos de pastos, agrostologia ou classificação e análise de gramíneas;





Na foto superior, construção de escola agrícola na Bahia; ao lado, produção de coco, que lucra com a transmissão dos conhecimentos introduzidos por pesquisas

- registro dos animais importados ou nascidos no País, regulamentos sanitários para importação, exportação de animais, sementes e plantas;

- estatísticas sobre produção, consumo, mercados internos e externos, exportação e importação, previsões de colheitas, movimento das safras, saldos e estoques, zonas e áreas de produção, coeficientes para hectares de terreno ou processo de cultura e indústria mineral;

- jardins botânicos, hortos, museus, laboratórios, aquisição e distribuição de plantas e sementes;

- legislação rural e agrícola, estudos científicos para o progresso da agricultura e da indústria animal, congressos, conferências, sociedades de agricultura, sindicatos, cooperativas, bancos, caixas de crédito agrícola e companhias para exploração agrícola no País;

- observatórios astronômicos, estações meteorológicas e carta geográfica (organização e publicação);

- hidráulica agrícola, irrigação e drenagem;

- terras públicas, registro de terras possuídas e legitimação ou revalidação das posses e concessões feitas, medição, demarcação, descrição, distribuição e venda das terras pertencentes à União e sua separação das que pertencem ao domínio particular;

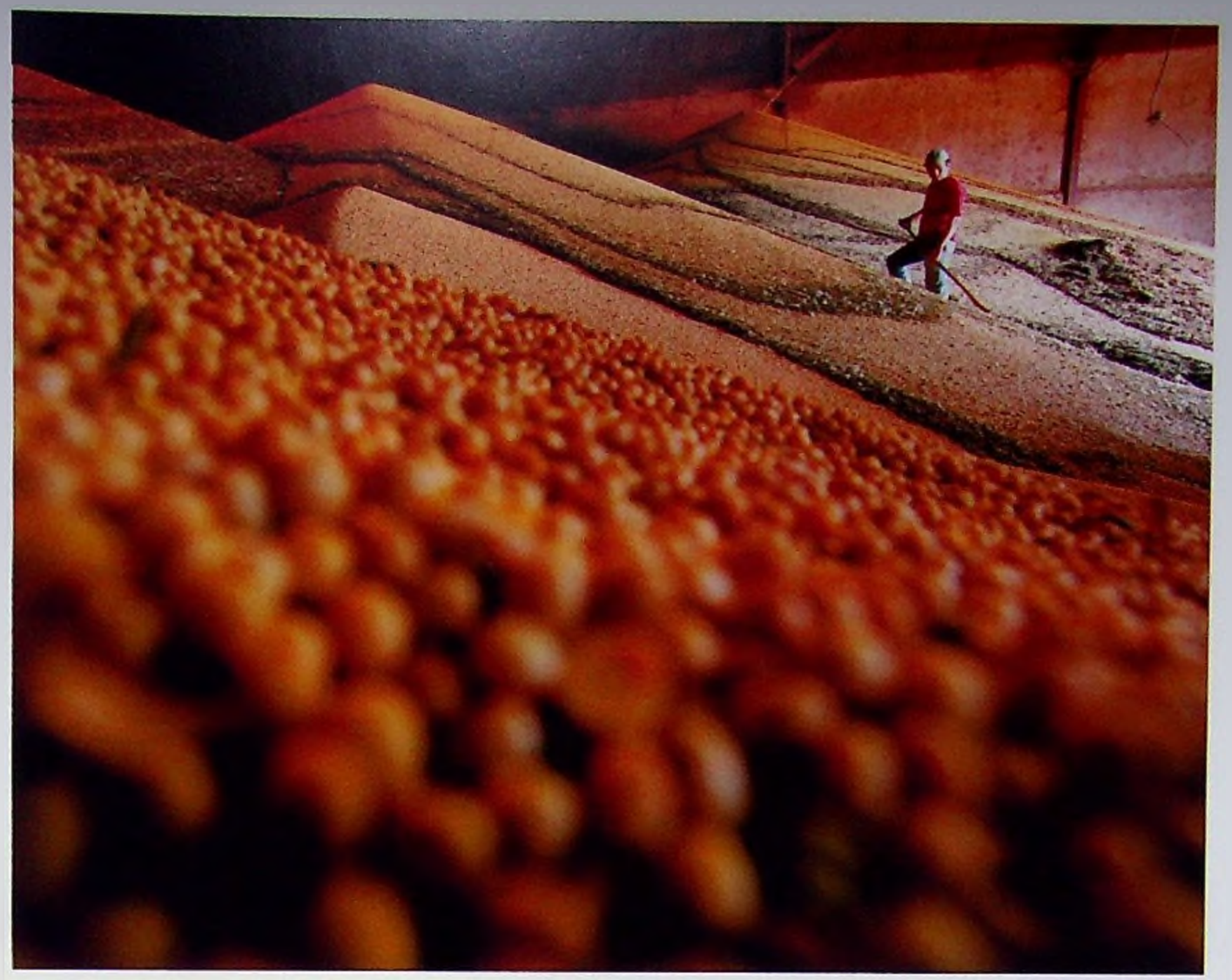
A competitividade do agronegócio brasileiro deve-se em grande parte aos investimentos feitos na pesquisa em agricultura tropical

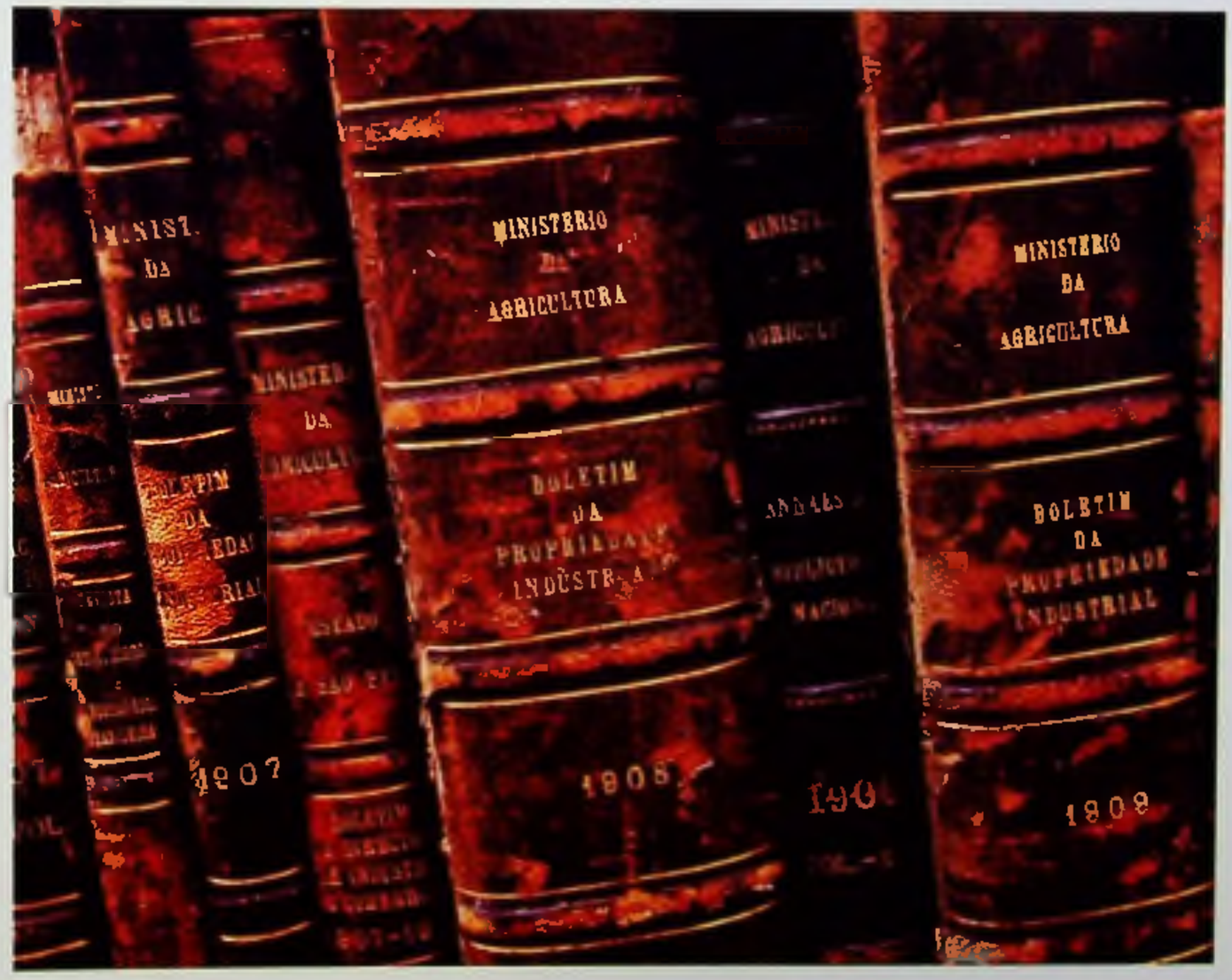


- informações, propaganda, publicidade e divulgação de tudo quanto interessar à agricultura, indústria e comércio no interior e no exterior;
- mineração e legislação respectiva, exploração e serviço geológico;
- florestas e matas, indústria extrativa, pesca nos mares territoriais e rios do domínio federal;
- museu e biblioteca;
- exposições agrícolas; e
- estudo econômico das vias férreas, em suas relações com a agricultura.

Além do gabinete do ministro, da Diretoria Geral e da Diretoria de Expediente, foram criadas ainda as seguintes repartições: Jardim Botânico (reorganização), Escola de Minas, Diretoria Geral do Povoamento do Solo, Diretoria de Meteorologia e Astronomia, Serviço Geológico e Mineralógico, Posto Zootécnico Central, Diretoria de Indústria Animal e Inspeção Agrícola nos Estados (com 12 Inspetorias Regionais e uma Delegacia no Território do Acre), além da Escola de Aprendizes Artífices e a Biblioteca no Ministério.

No ano de 1915 surgiu o Serviço do Algodão. Em 1918, foram criados os Patronatos Agrícolas, para educação de menores; e, em 1920, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e o Serviço de Expurgo e Beneficiamento de Cereais. Finalmente, em 1921, o Serviço Florestal do Brasil.





Acima, armazenamento de soja, grão que tem a maior área de cultivo no Brasil; ao lado, livros do acervo da Biblioteca Nacional de Agricultura

Reforma revolucionária

Em 1930, o órgão destinado ao setor primário passou a denominar-se apenas Ministério da Agricultura. Na sequência, registram-se a regulamentação das profissões de Veterinário e Agrônomo, em 1933, e a aprovação do Código de Caça e Pesca, em 1934, assim como do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização. É criado também o Banco Nacional de Crédito Rural. Em 1937, surge o Parque Nacional de Itatiaia; e, em 1939, o do Iguaçu. Nos anos seguintes, vários outros parques seriam instituídos. Em 1938, é criado o Instituto Nacional do Mate. Ainda naquele ano, seriam fundados o Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrícolas, a Superintendência do Ensino Agrícola e o Serviço de Economia Rural.

Uma grande reforma de base concretizou-se no regime revolucionário de Getúlio Vargas, a partir de 1930. O ministério foi enxugado e várias de suas atribuições passaram para os ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio. A nova organização, simplificada para Ministério da Agricultura, levou quatro anos para se consolidar, em 1934/35, passando a estruturar-se da seguinte forma:

1. Secretaria de Estado: Gabinete do Ministro;

2. Diretoria Geral de Agricultura: Fomento e Defesa Agrícolas, Ensino Agronômico, Plantas Têxteis, Fruticultura, Organização e Defesa da Produção, Defesa Sanitária Vegetal;

3. Diretoria Geral de Indústria Animal: Laboratório Central de Indústria Animal, Fomento da Produção Animal, Defesa Sanitária Animal, Fiscalização dos Produtos de Origem Animal, Caça e Pesca;



Erva-mate, ilustração de Castro Silva, de 1913







A fruticultura impulsiona o desenvolvimento regional em diferentes escalas produtivas. Banana, maçã e mamão estão entre os principais cultivos

4. Diretoria Geral de Pesquisas Científicas: Institutos Biológico Federal (Jardim Botânico), de Tecnologia, de Química, de Meteorologia, Hidrometria e Ecologia Agrícolas e de Biologia Animal;

5. Diretoria Geral de Produção Mineral: Minas, Águas, Instituto Geológico e Mineralógico, Laboratório Central de Indústria Mineral e Escola Nacional de Química.

Durante o seu período de governo, Getúlio Vargas criou também o Instituto do Açúcar e do Álcool, vislumbrando um projeto para desenvolver o uso do álcool-motor e autorizou a construção de usinas destinadas à produção de álcool absoluto.

Inúmeros polos regionais fazem da produção de flores uma atividade importante na geração de empregos e de renda





Tempo de mudanças

Em 1963, o ministério sofreria outra reorganização, baseada em lei do ano anterior e no fato de que a industrialização do País se produzia com celeridade, exigindo uma agricultura mais produtiva, com bases técnicas e econômicas. Na remodelação, foi introduzido o cargo de Secretário Geral da Agricultura, para supervisionar os órgãos da pasta e agir por delegação do ministro. Assim, o Ministério da Agricultura passou a responder pelo estudo e pela execução da política agrícola e agrária do governo, nas seguintes competências:

1. As atividades agropecuárias, compreendendo a pesquisa e a experimentação, o ensino e a extensão, a meteorologia e a climatologia, o fomento, a defesa, a inspeção e a fiscalização, a economia rural e a informação agrícola;

2. A conservação e a exploração da flora e da fauna, a pesca marítima e interior;

3. A organização da vida rural, por meio do associativismo, do cooperativismo, do seguro agropecuário, da cooperação na formulação e na execução da política do crédito rural e da aplicação da legislação relativa à população indígena e à reforma agrária;

4. O abastecimento de produtos agropecuários aos mercados consumidores;

5. As demais atividades específicas ao desenvolvimento da agropecuária e da vida rural brasileira.

São deste período a Superintendência de Política Agrária (Supra), o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, com a concomitante discussão da reforma agrária. Anteriormente, em 1954, já havia sido criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Na área de crédito para a agricultura, destaca-se a criação da Caixa de Crédito Cooperativista, em 1943, e sua transformação em Banco Nacional de Crédito Cooperativo, em 1951. Já o Sistema Nacional de Crédito Rural foi implantado em 1965.

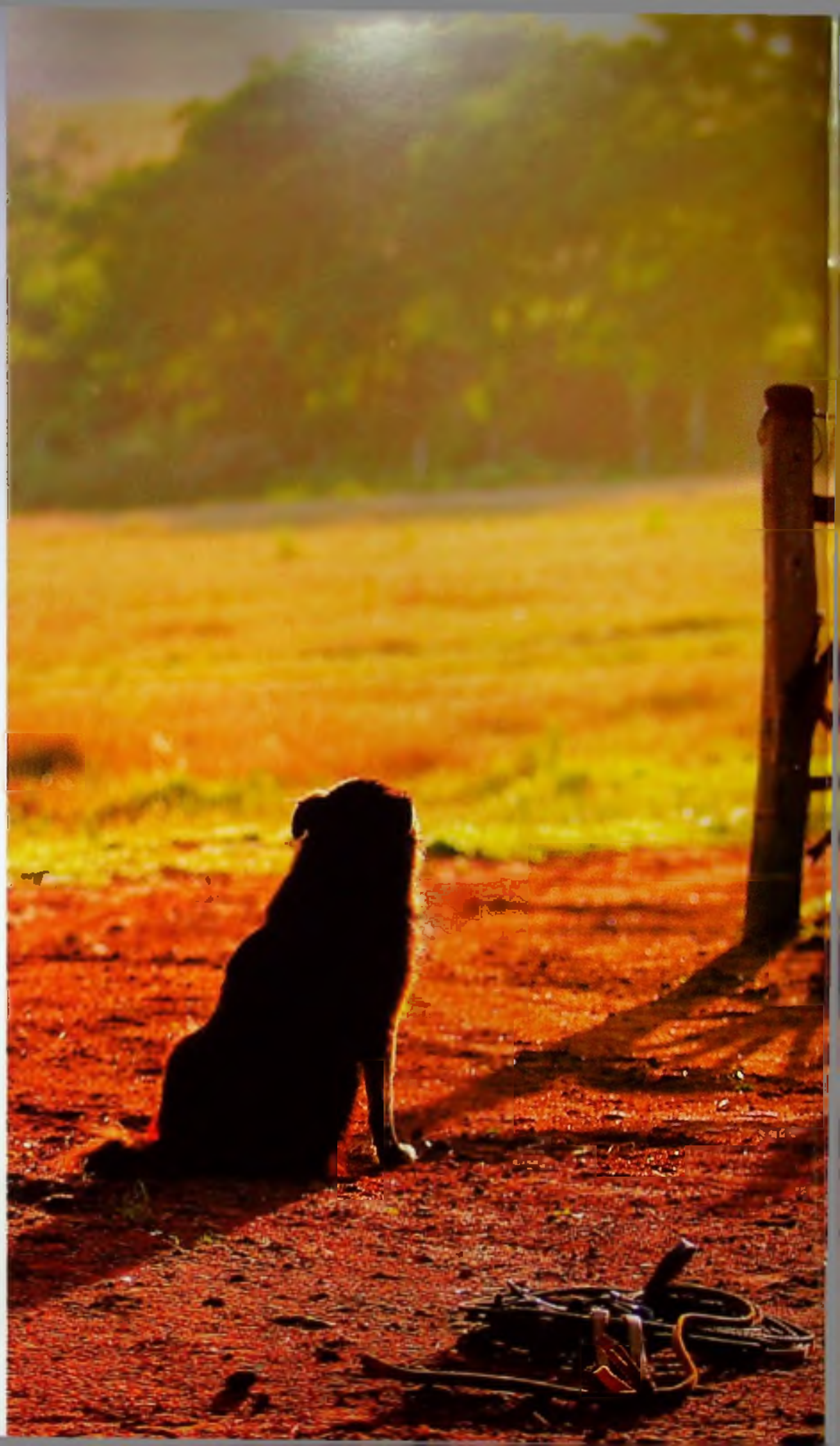


Colheita de trigo no interior do Paraná, produto essencial para o abastecimento do mercado interno

Antes ainda, em 1960, na comemoração dos seus 100 anos, o Ministério da Agricultura buscava conciliar a então incentivada industrialização com a agricultura e enfatizava pontos básicos a trabalhar. Além da infraestrutura agrícola e agrária, estavam incluídas áreas como crédito rural, mecanização, melhores práticas tecnológicas e campanha pelo incremento da produtividade.

Era uma "fase de desenvolvimento acelerado" e de contribuições importantes dadas pelo órgão ao setor, segundo assinalava, em 1960, o jornalista José Anastácio Vieira, da Secretaria de Informação Agrícola, em análise de "Encargos e Limitações do Ministério da Agricultura". Ele relata que o País conservava características semicoloniais e primitivismo nos métodos de produção. A área cultivada aumentava, mas a produtividade permanecia estacionada.

Em vista desta realidade, prevaleceu a adoção de uma política voltada à modernização, evidenciada no Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), elaborado para o período 1964/66, no período do Golpe Militar, e impulsionado nos anos seguintes. A linha perseguida foi a reformulação da base técnica, com a indução e a difusão do uso de insumos modernos (fertilizantes, corretivos, defensivos, sementes melhoradas etc) e de maquinaria agrícola, em busca do aumento de produtividade dos fatores terra e trabalho. Este período ficou conhecido como "revolução verde" na agricultura brasileira. Houve um crescimento significativo, impulsionado principalmente por crédito rural com alocação de elevados recursos a taxas subsidiadas e incremento da pesquisa na década de 1970, além de investimentos em extensão rural e na política de garantia de preços mínimos, entre outros mecanismos.



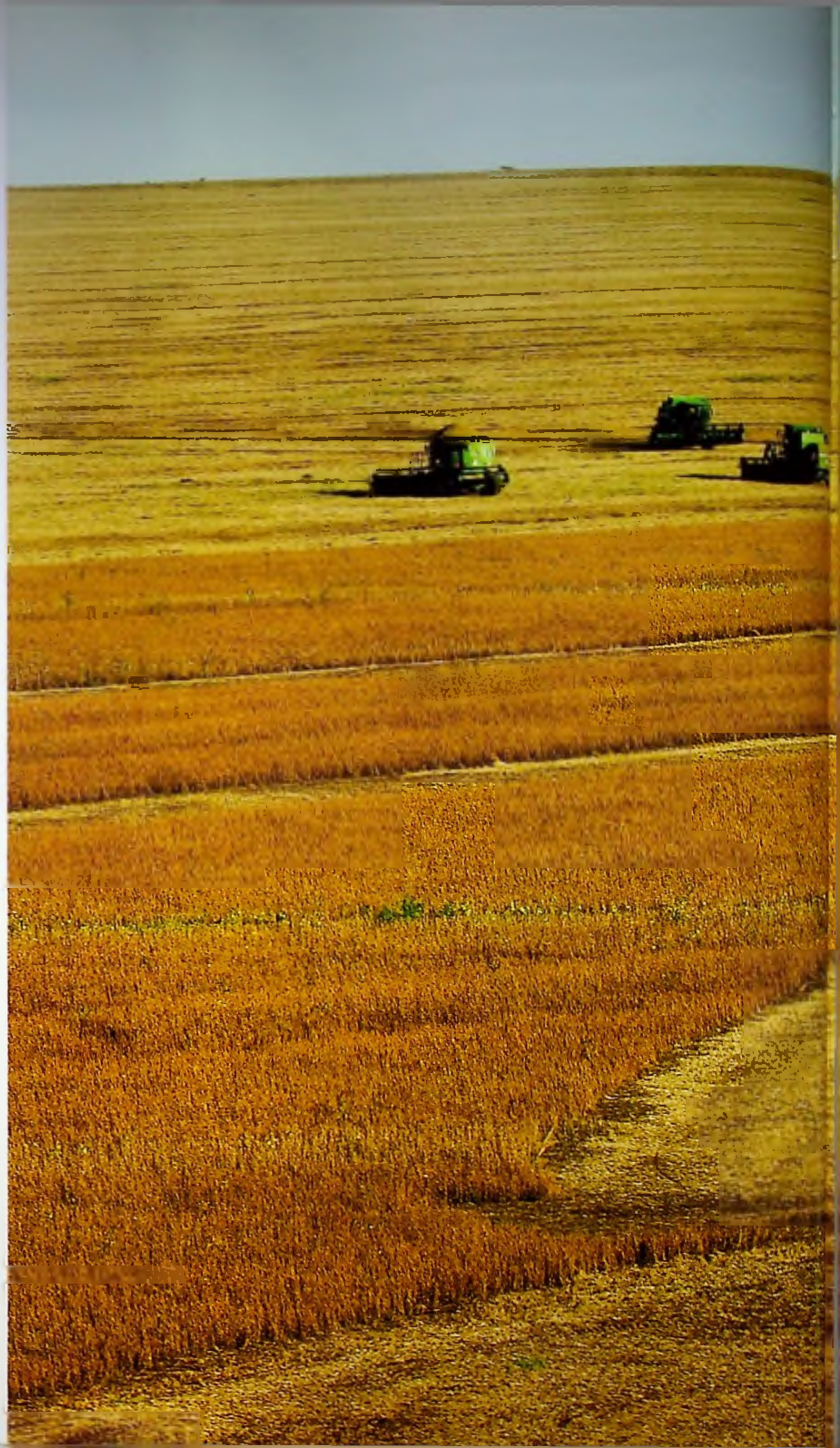
Criador de gado do Rio Grande do Sul prepara se para mais um dia em sua atividade



Interiorização

O Brasil experimentou, a partir dos anos de 1970, o que no futuro seria o chamado agronegócio brasileiro, especialmente marcado por um processo de interiorização da atividade agropecuária. Houve um deslocamento para o Oeste e para o Centro, assim como para o Norte. Uma verdadeira epopeia de conquista e rápido desenvolvimento da região, conhecida como Cerrado brasileiro. Neste contexto, novas opções produtivas vieram a se destacar, particularmente no cenário da exportação, como a soja, grande sucesso desta fase da expansão agropecuária brasileira e que anos depois colocaria o Brasil como o principal exportador mundial do produto, constituindo-se em uma das principais fontes de divisas do País.

O ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli (1974-1979) lembra que, nesse período, o ministério pôde conquistar a devida importância, "com o apoio do presidente Ernesto Geisel e de outros ministérios". Segundo Paolinelli, seu antecessor no cargo, Luís Fernando Cirne Lima, já havia conseguido aumentar para 32% os recursos orçamentários para a agricultura. Em seguida, o índice chegou a 52%, um percentual significativo para um órgão que, historicamente, como se apura em vários registros, lutou com a falta de recursos, como ocorreria novamente nos anos 80. De acordo com o ex-ministro, o órgão enfrentou muitas dificuldades, especialmente até a década de 60, pela burocracia que entravava o trabalho e pela tecnologia ainda falha.



A partir dos anos 70, a interiorização da agropecuária brasileira levou o cultivo da soja dos estados do Sul para o Cerrado, no Centro Oeste



Implantou-se também, ainda na década de 1970, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Até então, a extensão era citada em ações isoladas do ministério, do Serviço Social Rural, do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos e da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), instituída em 1956. O novo sistema público recebeu investimento significativo, mas foi desconstituído nos anos 90, durante o governo Fernando Collor. A questão do abastecimento, diante da então expressiva importação de alimentos e da "inflação alimentícia", também foi trazida ao debate com mais vigor. Foi então criado o Conselho Nacional de Abastecimento e estimulada a produção. Paralelamente, a área energética no campo passou a receber maior atenção, com a implantação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), em 1975, e com a atuação do ministério na parte agrícola.

Nesse período, com decreto de 1977, ocorreu uma mudança na estrutura do Ministério da Agricultura, com a reformulação da Secretaria Geral e a criação de três secretarias específicas: Produção, Abastecimento e Defesa. Buscava-se a coordenação centralizada dessas áreas, em substituição aos cinco departamentos centrais existentes. O decreto também transformou o Departamento Nacional de Meteorologia (Denmet) em Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), com maior autonomia, e constituiu o Conselho Nacional da Agricultura, vinculado ao Gabinete do Ministro.

Posteriormente, até a virada do século 21, várias alterações foram registradas no Ministério da Agricultura, com inclusão e exclusão de competências. Na década de 80, afastou-se do órgão assuntos relativos a reforma agrária, recursos florestais e pesqueiros. Em 1990, uma lei de reorganização da administração federal instituiu o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (Mara), mas sem a área de abastecimento. Esta voltou a ser incorporada em lei de 1991, junto com política agrícola e desenvolvimento rural. Em 1992, por sua vez, uma nova lei denominou o órgão como Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (Maara). A última área foi novamente excluída do órgão e redistribuída por medida provisória de 1996, convertida em lei dois anos depois, quando se voltou a inserir no ministério a questão pesqueira. Outra medida provisória, de 1999, trouxe do Ministério da Indústria e Comércio para a Agricultura os assuntos afeitos à política do café, açúcar e álcool e o setor agroindustrial canavieiro. Em 2001, nova medida provisória deu à pecuária o devido destaque e instituiu a denominação atual, de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O nome foi preservado em nova legislação de 2003, quando a competência nos assuntos pesqueiros foi mais uma vez retirada do órgão.



Colheita de algodão no Mato Grosso,
atualmente o maior produtor nacional da fibra

Novos desafios

O planejamento no setor agrícola passou a ser alvo de atenção especial nos novos tempos do Ministério da Agricultura. "Não obstante restrições e limitações", como observou Benedito Rosa do E. Santo, em *Os Caminhos da Agricultura Brasileira*, de 2001, o setor agrícola do governo federal brasileiro tem praticado planejamento setorial. A partir do ano-safra 2001/02, o então ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes (1999/2003) ampliou a sua abrangência, chamando-o de Plano Agrícola e Pecuário e incluindo novas atividades da pecuária, da floricultura e da aquicultura.

Já na gestão do ministro Roberto Rodrigues (2003-2006), avaliou-se como fundamental, em favor da excelência administrativa, implantar no setor um planejamento estratégico para um prazo mais longo. Assim, na reforma estrutural levada a efeito no biênio 2004/2005, foi criada uma área especializada para esse fim. A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) buscou respostas para as exigências mundiais em produção nos 30 anos seguintes, o que o Brasil poderia suprir e com que política. A reformulação introduziu também duas secretarias com foco especial. A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, com a consciência de que, sem promoção e negociação comercial, não se alcançaria a abertura desejada, e a Secretaria de Produção e Agroenergia, diante do crescimento da importância da temática biocombustíveis-bioenergia no mundo contemporâneo e com o objetivo de aumentar a produção nesta área.

Além disso, foi potencializado o cooperativismo, diante da relevância da organização de produtores para agregação de valor na atividade e para acesso a mercados. Também foi reforçada a defesa sanitária, "calcanhar de Aquiles na concorrência internacional", conforme destaca o próprio Roberto Rodrigues. Outra inovação foi a criação de câmaras setoriais (um total de 26 setoriais e mais seis temáticas) por cadeia produtiva ou setor especifico, unindo iniciativa privada e pública na formatação de políticas públicas que busquem atender às





Cana-de açúcar é matéria-prima para uma das principais *commodities* nacionais, o açúcar

demandas de cada área. Foram introduzidos ainda vários instrumentos legais voltados às exigências atuais da agricultura, relacionados a seguro agrícola, biossegurança (transgênicos), patentes, produção orgânica, armazenagem e defesa sanitária. Órgãos vinculados ao ministério, como Embrapa (pesquisa), Conab (abastecimento) e Inmet (meteorologia) foram modernizados. Investimentos em pesquisa e aumento de produtividade também foram enfatizados na gestão do ministro Reinhold Stephanes (2006-2010), que deixou proposta de plano de autossuficiência em potássio e fósforo para a agricultura brasileira. Ao final de oito anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Wagner Rossi assumiu o ministério, tendo sido confirmado no cargo também no governo de Dilma Rousseff.

Atualmente, a estrutura orgânico-institucional estabelecida no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por decreto de janeiro de 2005, com pequenas alterações em decreto de março de 2010, mostra o campo de ação da pasta ao chegar em seus 150 anos de existência. Foram previstos os seguintes órgãos específicos:

- Gabinete do Ministro, Assessoria de Gestão Estratégica, Secretaria-Executiva, Consultoria Jurídica e Ouvidoria;

- Secretaria de Defesa Agropecuária, com os Departamentos de Saúde Animal, de Sanidade Vegetal, de Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal, de Insumos Agrícolas e Pecuários, prevendo também análise laboratorial, certificação e rastreabilidade;

- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, com os Departamentos de Cooperativismo e Associativismo, Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais, Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária, Sistemas de Produção e Sustentabilidade;







Mamona e palma (dendê) são potenciais fontes de biodiesel e impulsionam pesquisas para melhorar seu aproveitamento

- Secretaria de Política Agrícola, incluindo os Departamentos de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário, Economia Agrícola e Gestão de Risco Rural;

- Secretaria de Produção e Agroenergia, com os Departamentos da Cana-de-Açúcar e Agroenergia e do Café.

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, reunindo Departamentos de Assuntos Comerciais, Negociações Sanitárias e Fitossanitárias e Promoção Internacional.

Inserem-se ainda entre as unidades ligadas ao ministério: a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa-MG), as Companhias de Armazéns e Silos dos Estados de Minas (Casemg) e de São Paulo (Ceagesp), os Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro) e as Superintendências Federais, que representam o ministério nos estados brasileiros. São órgãos colegiados a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN), a Comissão Especial de Recursos (CER), o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) e o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).



Usina de produção de açúcar e de álcool no interior de São Paulo, que concentra as duas atividades



Em todo o País, a partir da sede instalada nos primeiros anos em vários endereços no Rio de Janeiro e a partir de 1960 em Brasília, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento marca presença e busca atender à sua importante e histórica missão: contribuir para o avanço da produção agropecuária e para o abastecimento nacional e mundial. Com ele, o agronegócio se desenvolve, os produtos das lavouras e dos campos atendem ao consumo interno e formam excedentes exportáveis, e a agroenergia ganha espaço sem comprometer a segurança alimentar.



Graças ao incremento em pesquisa, a uva migrou para novos pontos na região Sul e passou a ser cultivada também nas áreas tropicais do Nordeste





Cana de açúcar marcou o primeiro ciclo econômico do Brasil, introduzida no Nordeste pelos portugueses

A força de um povo

Múltiplas vocações agrícolas se configuram no extenso território brasileiro, formando um conjunto de produção agropecuária diversificada e competitiva. Para consolidar os perfis regionais, peculiaridades naturais, como diferentes tipos de solos, climas e fontes de recursos hídricos, foram lapidadas ao longo dos tempos pelo trabalho de brasileiros e de imigrantes, com o auxílio de pesquisas, inovações tecnológicas e políticas públicas de apoio e de incentivo.

O desenvolvimento agrícola nacional teve sua raiz no Nordeste. No litoral desta região, em meados do século 16, os portugueses implantaram a cultura da cana-de-açúcar e deram início ao primeiro ciclo econômico do País. Os canaviais desenvolveram-se tão bem no clima quente e no solo argiloso de massapê que inseriram o Brasil no comércio mundial. O açúcar brasileiro foi altamente valorizado na Europa e traçou os primeiros contornos do perfil exportador que o agronegócio brasileiro assumiria até os dias atuais.

A partir do ciclo do açúcar, novas produções se desenvolveram. Para alimentar a força de trabalho dos canaviais e dos moinhos, a pecuária bovina ganhou os sertões do Nordeste, desbravando o interior e fazendo sua ligação com o litoral. A criação de gado se fortaleceu ainda nas grandes extensões de terra do Sul do País, de São Paulo ao Rio Grande do Sul, onde o clima mais ameno propiciou a introdução de inúmeras raças europeias. E, no início do século 18, quando o País viveu o ciclo do ouro, os bovinos foram importantes no abastecimento do novo contingente de trabalhadores que se ocupava com a extração de metais preciosos em Minas Gerais.

Outras riquezas também foram surgindo no território brasileiro. O algodão brotava principalmente no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Paraíba e ganhou importância na pauta de exportações. O fumo, o cacau e o arroz também se desenvolveram e passaram a gerar renda para o Nordeste. O gado do Sul virava charque e couro e estimulava a economia regional.



Folhas e flor de tabaco,
ilustração de Castro Silva, sem data

Foi o café, porém, o motivador de um novo ciclo econômico. Introduzido no Brasil no final do século 18, passou por uma valorização no mercado internacional, estopim para uma grande expansão da produção. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo se encheram de cafezais nas primeiras décadas do século 19 e, em seguida, também o Norte do Paraná.

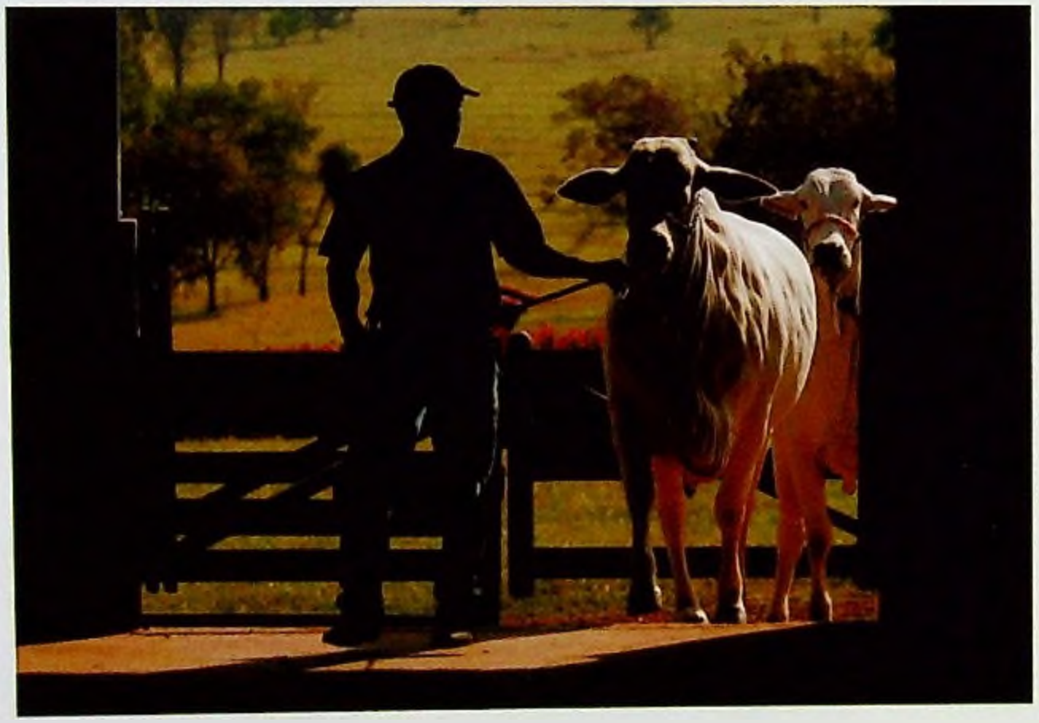
Os imigrantes contribuíram definitivamente para o desenvolvimento do Brasil, de sua agricultura, de sua indústria e, claro, de sua diversidade cultural. Papel de destaque tiveram os imigrantes europeus, que chegaram ao País em grande contingente a partir do século 19 e foram atraídos especialmente para o Sul.

Italianos, alemães e suíços instalaram-se nos cafezais do Centro-Sul ou implantaram a atividade agrícola em pequenas propriedades do Sul. Nessas regiões, encontravam clima mais semelhante ao de sua origem e recebiam incentivos para se fixarem. Esses novos "brasileiros" mostraram-se bem-sucedidos com seu trabalho nas fazendas, plantando e vendendo uma grande variedade de produtos alimentícios para o mercado local, como milho, feijão, mandioca, uva, trigo, pêssego etc.

Chegando ao Brasil um pouco mais tarde, no início do século 20, imigrantes japoneses trabalharam nas lavouras de café e introduziram inovações principalmente na fruticultura, na olericultura e nas cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo.

Contribuíram também para a diversificação e para a pujança da agropecuária nacional grupos de poloneses, holandeses, espanhóis, eslavos e outros imigrantes, que vieram de diferentes partes do mundo e se instalaram pelos mais variados recantos brasileiros.







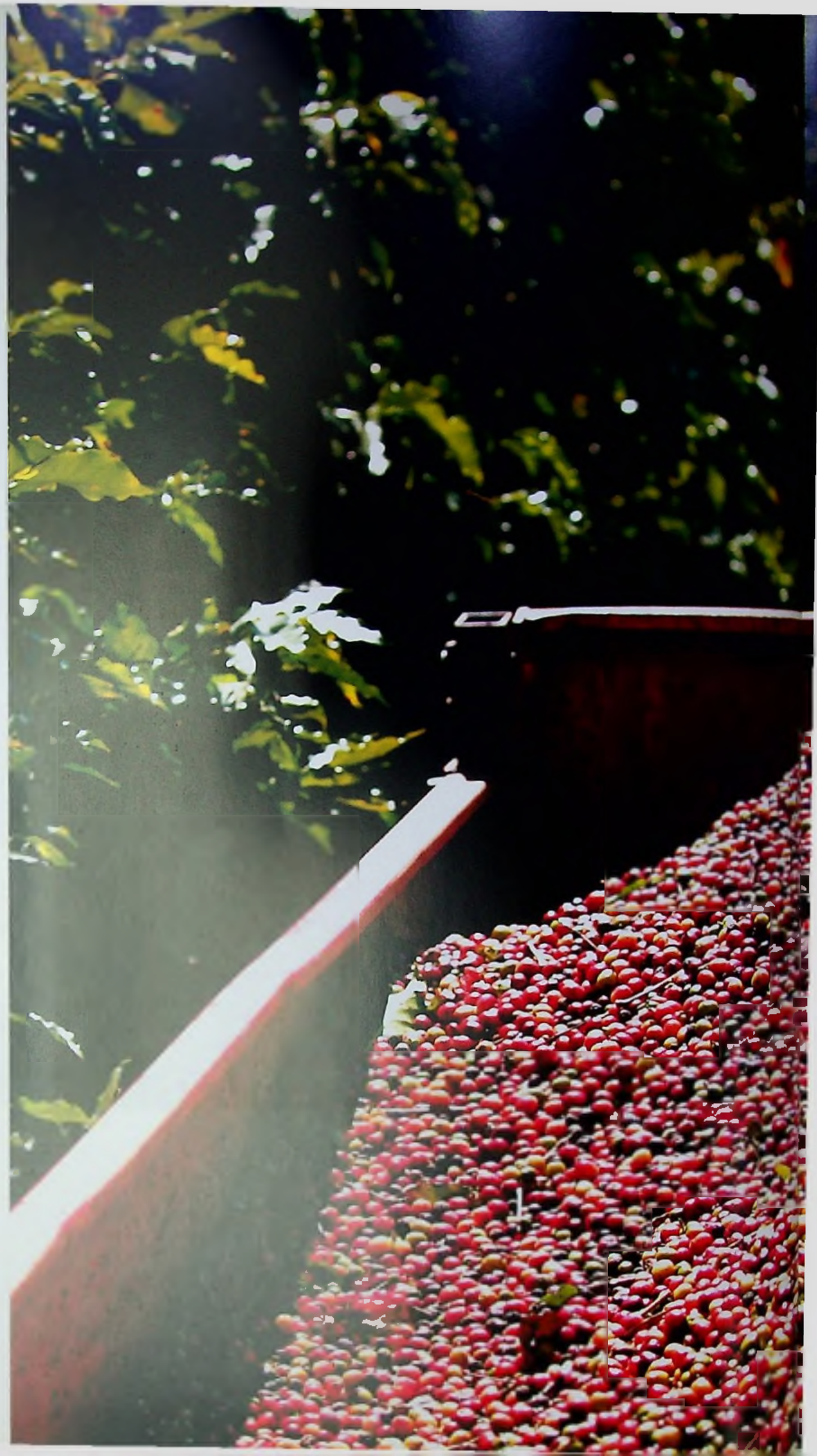
Cultivos de arroz e de algodão destacavam-se no Nordeste,
enquanto o Sul era sinônimo de pecuária de corte

A era da modernização

Em meados do século 20, a agropecuária brasileira viveu uma fase de modernização, que garantiu o abastecimento com alimentos para a crescente população e ampliou a atuação do País, até então bastante concentrada no café, no mercado internacional. Foi uma época de expansão das fronteiras agrícolas, introdução de novas culturas e tecnologias, aumento de produtividade, agroindustrialização e abertura de mercados.

Mais intensa no Sul, no Sudeste e no Nordeste, a agropecuária alargou suas fronteiras em direção ao Centro-Oeste. Com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, a região ganhou impulso e cresceram, primeiramente, as criações extensivas de gado.

Em meados da década de 1970, a pesquisa revolucionou a agricultura nacional, identificando sistemas de correção da acidez dos solos dos cerrados brasileiros e criando cultivares adaptadas para esta região. Assim, mais de 200 milhões de hectares de terras do Centro do Brasil (regiões Centro-Oeste, parte da Nordeste e da Sudeste) foram potencialmente incorporados à agropecuária. Muitos produtores rurais de outros estados brasileiros, principalmente do Sul, foram atraídos para a região.



O Brasil é o maior produtor mundial de café, cultivado hoje em 12 grandes regiões produtoras, com grande diversidade de aromas e sabores



A soja, até então predominante no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, ganhou o Cerrado do Centro-Oeste. Enquanto as cultivares pioneiras, importadas dos Estados Unidos, se adaptavam melhor à região Sul, novas variedades desenvolvidas por pesquisadores brasileiros permitiram a adaptação ao solo e ao clima do Centro-Oeste, que passou a ser o principal produtor dessa leguminosa. O algodão, até então produzido com variedades arbóreas tradicionais no Nordeste, expandiu-se no Centro-Sul, com o cultivo de variedades herbáceas, mais mecanizáveis e produtivas, com predominância nos cerrados de São Paulo, do Paraná e nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Foi também nesta segunda metade do século 20 que a indústria de tratores e de máquinas agrícolas se instensificou e permitiu a modernização do campo, principalmente na região Sul, nos estados de São Paulo e de Minas Gerais e, posteriormente, na região Centro-Oeste.



O emprego da mecanização é símbolo do agronegócio do Centro-Oeste, onde a soja se destaca



A riqueza da diversidade

O Brasil do século 21 é um mosaico de produções agropecuárias, que alimentam e geram energia para o mundo. Os distintos perfis das cinco regiões brasileiras se complementam e tornam o País não apenas autossuficiente em uma série de produtos, como também um dos mais importantes fornecedores no mercado global de alimentos.

A região Sul é destaque em agricultura familiar, diversidade e exportação no agronegócio. Os grãos, como soja, milho, trigo, arroz e feijão, ocupam grandes espaços tanto no Paraná quanto no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A região é a principal produtora de aves e suínos e tem na criação de gado, para corte e leite, uma atividade extremamente importante. Também sobressaem o cultivo de tabaco e erva-mate, a vitivinicultura e o plantio de outras frutas, como maçã, figo e pêssego. Esse perfil foi consolidado pelos imigrantes europeus, que parcelaram as terras em pequenas propriedades, plantaram uma variedade de culturas, criaram animais e incutiram no povo local a determinação para o trabalho no campo.

No Nordeste, a cana-de-açúcar predomina na Zona da Mata da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas, o cacau destaca-se no Sul da Bahia e a pecuária ocupa o Semiárido (que engloba parte dos nove estados desta região – sertões da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e uma parte do sudeste do Maranhão). No Oeste baiano, expandem-se, entre outros, soja, milho, café e algodão, este aparecendo também no Maranhão e no Piauí. O Ceará e o Rio Grande do Norte são grandes fruticultores, cultivando melão, melancia, mamão, banana e outros.

Ainda no Nordeste, mais precisamente nos estados da Bahia e de Pernambuco, encontra-se uma das mais promissoras e extensas regiões de lavoura irrigada do Brasil: o polo Juazeiro-Petrolina. Com boa insolação durante todo o ano e grande disponibilidade de água do Rio São Francisco para irrigação, a área tem se sobressaído no cultivo de uva e manga em larga escala.









Região Sul é a principal produtora de aves e suínos, que constituem importantes fontes de renda na agricultura familiar

O Sudeste tem grande variedade de produtos cultivados, com destaque, em termos espaciais, para milho, café e cana-de-açúcar. O gado é robusto gerador de renda em Minas Gerais, usado para corte e, principalmente, para a produção de leite. A produção de laranja, limão, abacate, banana, caqui e também o cultivo de hortaliças são fortes no Estado de São Paulo, grande exportador de produtos agrícolas. A criação de aves é crescente em São Paulo e Minas Gerais. No Espírito Santo, sobressaem o café e as frutas (mamão, coco, banana, maracujá, abacaxi).

As pastagens predominam no Centro-Oeste, em termos espaciais, com grandes criações de gado. O maior rebanho bovino nacional está no Mato Grosso do Sul e o terceiro maior no Mato Grosso – ficando o segundo em Minas Gerais, no Sudeste brasileiro. A região concentra ainda produção em grande escala de grãos, como a soja, o arroz e o milho, além da expansão modernizada do algodão, especialmente em Goiás. Avicultura e suinocultura também são expressivas.

No Norte, as frutas exóticas (açaí, guaraná, cupuaçu, castanha do Pará) são importantes. Há expansão da pecuária bovina, principalmente no Pará, bem como da produção de soja e de milho, além da pequena lavoura de subsistência – onde se concentra a mandioca como base alimentar tradicional da cultura indígena e cabocla.







O melão (acima) cresce sob o sol do Rio Grande do Norte; a manga (abaixo, à esquerda) tem cultivo irrigado pelo Rio São Francisco; e o açaí é o fruto símbolo da Amazônia (abaixo)

Quem se une, colhe

O associativismo e o cooperativismo deram grande parcela de contribuição para que a agropecuária brasileira chegasse à atual condição de potência. Unidos, os produtores se fortalecem, geram mais renda, agregam profissionalismo e competitividade ao trabalho no campo e na agroindústria.

Hoje, o cooperativismo agropecuário brasileiro é um exemplo de organização e de força econômica, respondendo por aproximadamente 40% do Produto Interno Bruto do agronegócio do País. A maior representatividade deste modo de organização está nas regiões Sul (nos três estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Sudeste (principalmente São Paulo e Minas Gerais), justamente o berço do cooperativismo agropecuário no Brasil.

As primeiras cooperativas do ramo foram fundadas a partir do final do século 19, primeiramente no Sul, estimuladas por imigrantes europeus e asiáticos, que se reuniam para amenizar as dificuldades enfrentadas para começar a vida longe da terra natal. Na primeira década do século 20, quando o café era o principal produto da economia nacional, o cooperativismo agropecuário expandiu-se para a maior região produtora, o Sudeste, incentivado pelo governo de Minas Gerais, como forma de organizar a produção e a comercialização.

No século 21, as cooperativas agropecuárias estão presentes e são importantes em todas as regiões brasileiras. Os serviços prestados por elas vão da assistência técnica e do armazenamento da produção à industrialização e à comercialização, incluindo, ainda, assistência social e educacional aos cooperados. A comercialização das cooperativas serve também como um termômetro para a fixação de preços nos mercados interno e externo.



O armazenamento da produção é um dos serviços oferecidos pelas cooperativas agrícolas



Pesquisa foi decisiva para que cultivares de soja pudessem ser adaptadas às condições de clima e de solo dos cerrados do Brasil

Desenvolvimento e ciência

Conhecer para desenvolver. Eis a relação que se estabeleceu de forma decisiva para colocar a agropecuária brasileira em destaque no cenário mundial. Foi por meio do Ministério da Agricultura, já então com mais de 100 anos, que um fato trouxe impulso significativo ao setor: a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1972, e sua implantação nos anos seguintes, tornando-a um dos esteios do órgão federal ao qual desde então está vinculada.

A evolução das ciências agrárias nunca se dissociou do desenvolvimento do ensino agrícola brasileiro. Já na segunda metade do século 19, após a criação do Ministério da Agricultura, surgiram as primeiras escolas superiores do setor: na Bahia, em Pelotas (RS), Piracicaba (SP) e Lavras (MG). Quase paralelamente à formação de recursos humanos nesta área, também foram iniciadas atividades de pesquisas. A ênfase pública ao segmento, no entanto, manifestou-se sobremaneira na época da criação da Embrapa.

No início do Ministério da Agricultura, não houve referência específica à área. Quando da recriação do órgão, no final da primeira década do século 20, mencionava-se, entre seus encargos, assuntos relativos a ensino agrícola, estações agronômicas, mecânica agrícola, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola, escolas veterinárias, postos zootécnicos, proteção contra epizootias, importação e seleção de raças, estudos de pastos, jardins botânicos, hortos, museus, laboratórios, aquisição e distribuição de plantas e sementes, estudos científicos, observatórios astronômicos, estações meteorológicas e carta geográfica, além de biblioteca.

Na reorganizaçao do ministério, em 1934/35, incluiu-se uma específica Diretoria Geral de Pesquisas Científicas. Contava com órgãos como: Instituto Biológico Federal - Jardim Botânico, Instituto Geológico e Mineralógico, Estação Experimental de Combustíveis e Minérios; Institutos de Química, Meteorologia, Hidrometria e Ecologia Agrícolas, de Tecnologia e de Biologia Animal. Em 1938 foi criado o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, na estrada Rio-São Paulo, constituído inicialmente pela Escola Nacional de Agronomia e pelos Institutos de Química, Experimentação e Ecologia Agrícolas e transformado em 1943 na Universidade Rural.

Um estudo de 1971 do professor e economista americano Edward Schuch relata número relativamente grande de estações experimentais no País. Estas eram supervisionadas até 1962 pelo Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (Cnepa), do Ministério da Agricultura e, a partir de reformulação então ocorrida, pelo Departamento Nacional de Pesquisas e Experimentação Agropecuária (DNPEA), com diversos institutos regionais. O estudo menciona também experimentos com vários cereais, oleaginosas, forrageiras, fibras e raízes, em 1961.

Na época, entretanto, já se levantava o tom em defesa da modernização exigida na agricultura. Mesmo antes, em 1945, a Carta de Teresópolis (RJ), firmada por lideranças do setor, clamava pela ativação de "pesquisas agronômicas e tecnológicas de nossas matérias-primas e industrialização dos produtos agrícolas, a fim de valorizar o trabalho rural e evitar as crises periódicas". A Missão Abbink (entre Brasil e Estados Unidos), em 1949, também já defendia o tripé pesquisa, assistência técnica e crédito rural, padrão tecnológico dominante em países desenvolvidos, como matriz para a política de modernização e que viria encontrar eco nos planos de metas e de desenvolvimento nas décadas seguintes.

Em meio ao 1º Plano de Desenvolvimento 1970-74, voltado a garantir o abastecimento nas cidades, interiorizar o desenvolvimento, preservar recursos naturais e criar excedentes exportáveis, surgiu a Embrapa, com a missão de dar a base tecnológica para o desenvolvimento da agropecuária. O pesquisador Silvio Crestana, um dos presidentes da instituição (2005-2009), em artigo sobre os 30 anos de existência da Embrapa, lembra que o ano de 1973, data de instalação do órgão, foi um divisor de águas. Até então, segundo ele, a agricultura brasileira tinha um caráter extratitivista ainda bastante acentuado. Traços de modernidade ficavam praticamente restritos aos estados do Sul e, notadamente, a São Paulo.

"A contribuição mais importante da Embrapa e de instituições associadas não terá sido uma ou outra tecnologia isolada, mas o fato de que criou e adaptou, às condições do País, um conjunto de plantas, animais, práticas, máquinas e manejos que formam uma agricultura totalmente diferente daquilo que o Brasil praticava até o início dos anos 70", aponta.



Muda de eucalipto







A produção de mudas de eucalipto impulsiona as florestas plantadas em várias regiões nacionais

Entre os principais atributos dessa nova agricultura, que passou a ser conhecida como agricultura tropical, Crestana cita o elevado índice de modernização tecnológica dos sistemas de produção, as altas taxas de produtividade física e de competitividade, e a nova geografia da produção, com o aproveitamento dos cerrados e do Semiárido nordestino como áreas nobres para produzir grãos, carnes, fibras, hortaliças e frutas.

A Embrapa passou a englobar os órgãos de pesquisa até então coordenados pelo DNPEA, com 92 bases físicas (nove sedes de institutos regionais, 70 estações experimentais, 11 imóveis e dois centros nacionais) e ampliou sua estrutura e recursos, até chegar, atualmente, a 37 centros de pesquisas, formando uma grande rede nacional, junto a universidades e institutos estaduais. Seus laboratórios foram aparelhados com equipamentos de última geração. E elaborou-se um dos mais ambiciosos programas de capacitação que treinou, no País e no exterior, mais de 4 mil pesquisadores, por meio dos quais foi adquirido e aplicado conhecimento. Graças a isso, reinventou-se a agricultura nacional.



Algodão abastece as indústrias a partir de novas regiões produtoras do Centro Oeste e do Nordeste



Uma agricultura de vanguarda

A nova agricultura tropical, que contava com políticas públicas adequadas, empresariado empreendedor e disponibilidade de capital, passou a proporcionar também um inédito processo de velocidade e intensidade na adoção de tecnologias e instrumentos modernos de produção. O resultado foi até 2,5 safras de grãos por ano nas novas áreas, produtividade triplicada em 30 anos, produção maior e melhor e com custos ambientais infinitamente menores que no passado (inclusive relativa estabilização da área plantada), uma agricultura que se expandiu a taxas de cerca de 4% ao ano a partir de 1970, interiorização de conhecimentos, investimentos e riquezas, democratização do acesso aos alimentos, criação de uma poderosa cadeia produtiva (o agronegócio), responsável por mais de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e a consagração do Brasil como ator destacado no cenário mundial de exportação de produtos agropecuários (madeira, açúcar, algodão, café, soja, tabaco, carnes, frutas e suco de laranja, entre outros).

Houve ainda forte avanço tecnológico na produção de açúcar e álcool. Particularmente, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), lançado pelo governo em 1975, estabeleceu outra posição de vanguarda da pesquisa brasileira, com o etanol de cana-de-açúcar. Na época, atuava um instituto específico nesta área, o Instituto do Açúcar e do Álcool, criado na década de 1930 e extinto na de 1990, com atribuições que hoje estão vinculadas à Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura.



Portos em vários estados facilitam o escoamento da produção agrícola, inclusive para outros países

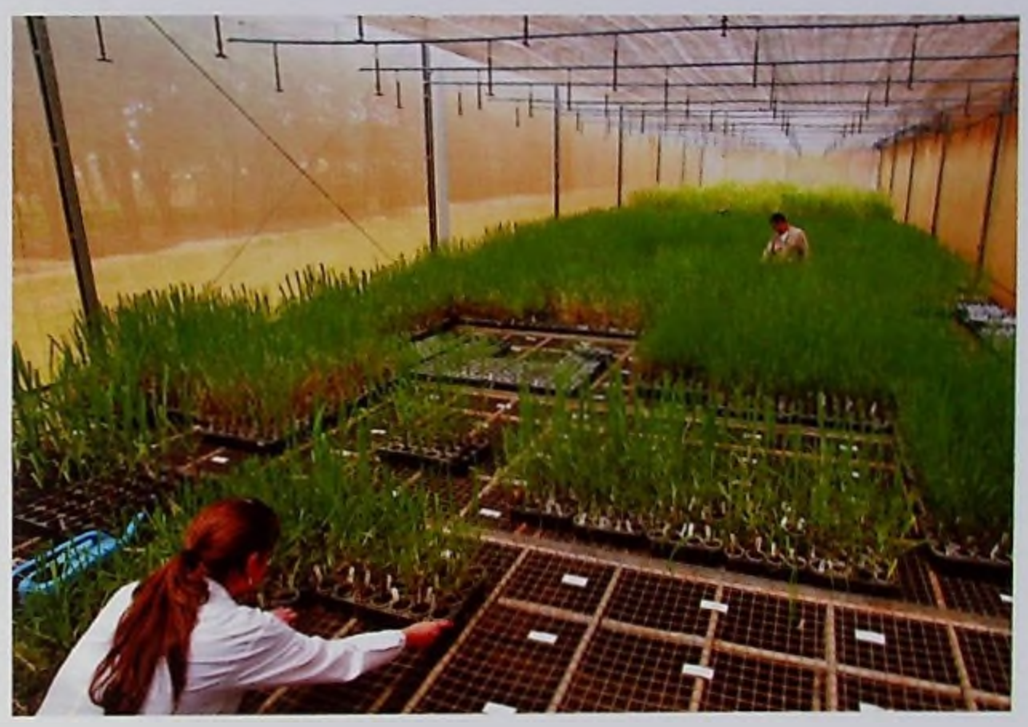
O País é atualmente o maior produtor e exportador de etanol de cana-de-açúcar, tem um dos mais modernos setores sucroalcooleiros do mundo e se destaca em energia alternativa. Mais recentemente, em 2004, foi criado o Programa Nacional de Biodiesel, que fomenta a produção de um grande número de matérias-primas (soja, palma de óleo, mamona e canola, entre outros) como fontes alternativas de energia.

Outras instituições com identificação científica, ligadas ao Ministério da Agricultura, marcaram posições no desenvolvimento do setor agrícola. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que existe deste 1957 e atua em seis estados (Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso), ajudou a elevar a produção nacional de cacau em 310% entre os períodos de 1960/65 a 1980/85 e hoje trabalha na recuperação e na diversificação da economia regional. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), que aparece sob outros nomes já desde 1909, possui cinco coordenações e 10 distritos espalhados pelo País, provendo informações fundamentais ao setor. Os Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), implantados nas últimas décadas do século 20 em São Paulo, Minas Gerais, Pará, Goiás, Pernambuco e Rio Grande do Sul, constituem, juntamente com outras aproximamente 900 unidades credenciadas, uma rede nacional de estratégica importância para a defesa sanitária, garantindo a qualidade dos produtos agropecuários destinados ao consumo interno e externo.

A evolução do conhecimento técnico-científico marcou a história do desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro e do Ministério da Agricultura e continua em relevo nas políticas estabelecidas pelo governo federal. O fortalecimento da pesquisa e da inovação tecnológica agropecuária são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e contínuo que se busca no campo.







Pesquisa em cana de açúcar, especialmente sediada em São Paulo, é referência internacional

Uma questão de sustentabilidade

A consciência da necessidade de preservação ambiental e de produção sustentável, numa atividade diretamente vinculada ao meio ambiente, passou a se manifestar mais fortemente à medida que a ação do homem mostrou desgaste dos recursos naturais e consequências na produção. O Ministério da Agricultura refletiu essa preocupação nos momentos da sua história em que tais problemas se tornaram mais evidentes e reclamaram providências.

Quando de sua criação, em 1860, apenas atribuições sobre o Jardim Botânico e a compra e a distribuição de sementes e plantas faziam alguma referência à sustentabilidade. Ao ser reinstalado, em 1909, definia-se competência sobre florestas e matas, além da pesca. Foi só em 1921 que se criou, no Ministério da Agricultura, o específico Serviço Florestal do Brasil. Em relatório de atividades governamentais de 1930 a 1934 já havia referência à aprovação de um Código Florestal, cuja lei conhecida, na verdade, é de 1965.

O problema de uma "destruição sistemática da cobertura vegetal" foi mencionado em artigos do jornalista José Anastácio Vieira, do Serviço de Informação Agrícola (SIA), do Ministério da Agricultura, em 1959. Reforçava serem da maior "atualidade, necessidade e patriotismo medidas destinadas a enfrentar a derrubada e estimular o reflorestamento", lembrando inclusive o apoio do Exército à Campanha de Educação Florestal, "em defe-



Integração da pecuária com a lavoura e com a silvicultura é uma das tendências da agricultura brasileira em busca de mais sustentabilidade



sa de um patrimônio do País". Vieira fez referência também ao "inadequado e imediatista uso do solo agrícola", que provocava erosão e perdas, ensejando publicações e ações como o "Terra Fértil para Sempre". E citava ainda esforços conservacionistas de produtores esclarecidos e instituições como Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura de São Paulo, Escritório Técnico de Agricultura e associações de crédito rural supervisionado. A Divisão de Fomento de Produção Vegetal (DFPV) do Ministério da Agricultura divulgava então práticas como plantios em curvas de nível.

Em 1967, criou-se no âmbito do Ministério da Agricultura, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para formular a política nesta área. O órgão acabou extinto e absorvido em 1989 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que ficou fora da área de atuação do Ministério da Agricultura e integrou, a partir de 1992, o Ministério do Meio Ambiente. Na pasta da agricultura foram mantidas ações relativas à preservação de recursos naturais no contexto produtivo, especialmente em relação a solo e água, segmento hoje afeto à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Outros setores do ministério igualmente tratam de assuntos relativos ao meio ambiente, como a Secretaria de Produção e Agroenergia, que faz destacado trabalho de apoio a fontes limpas e renováveis de energia (etanol, biomassa, biodiesel, biodigestores e energia eólica). O Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária, por exemplo, cuida da questão dos defensivos, enquanto toda área de pesquisa, a partir da Embrapa, desenvolve tecnologias adequadas à preservação ambiental.



O programa Nacional de Microbacias Hidrográficas é uma das ações que permitem conjugar a produção e a preservação ambiental



Um marco a conservar

As iniciativas voltadas ao manejo racional dos recursos naturais no âmbito do Ministério da Agricultura tomaram maior impulso a partir da década de 1970, com a criação de Comissões Estaduais e Municipais de Conservação de Solo e Água. Em 1975, o ministério instituiu o Programa Nacional de Conservação de Solo, que promoveu ações principalmente nas regiões Sul e Sudeste. O grande marco nesta área, contudo, foi a implantação do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, em 1987, com uma visão sistêmica e integrada dos recursos naturais renováveis, não existente no plano anterior. A iniciativa, que de 1987 a 1989 atingiu todos os estados brasileiros, em 640 unidades, ensejou significativo avanço no nível de conscientização dos diversos segmentos da sociedade e demonstrou grande aceitação como alternativa tecnológica e metodológica, moderna e efetiva, para o desenvolvimento sustentável do setor rural. O programa teve um recuo no início dos anos de 1990, inclusive pela extinção de órgãos, mas foi retomado por dois subprojetos, com o mesmo propósito, a partir de 1995/96.

A atividade evidenciou o grande foco presente, desde então, na área: a sustentabilidade. A visão predominantemente econômica da produção passou a ser revestida por uma preocupação mais ampla, de uma produção sustentável social e ambientalmente, que apresente condições de continuidade e evite danos à sociedade, cada vez mais consciente e exigente quanto às boas práticas agrícolas e à qualidade da água.

Várias outras ações do Ministério da Agricultura, nos últimos anos, voltam-se a sistemas produtivos sustentáveis, como a recuperação de pastagens degradadas com a utilização da integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), combinada com a prática conservacionista do plantio direto, entre outras. Linhas especiais de crédito, como o Programa de Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa), o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (Propflora) e o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) foram criados para estimular a recuperação de área degradadas, incentivar o plantio de florestas e reduzir a emissão de gases de efeito estufa no processo produtivo.





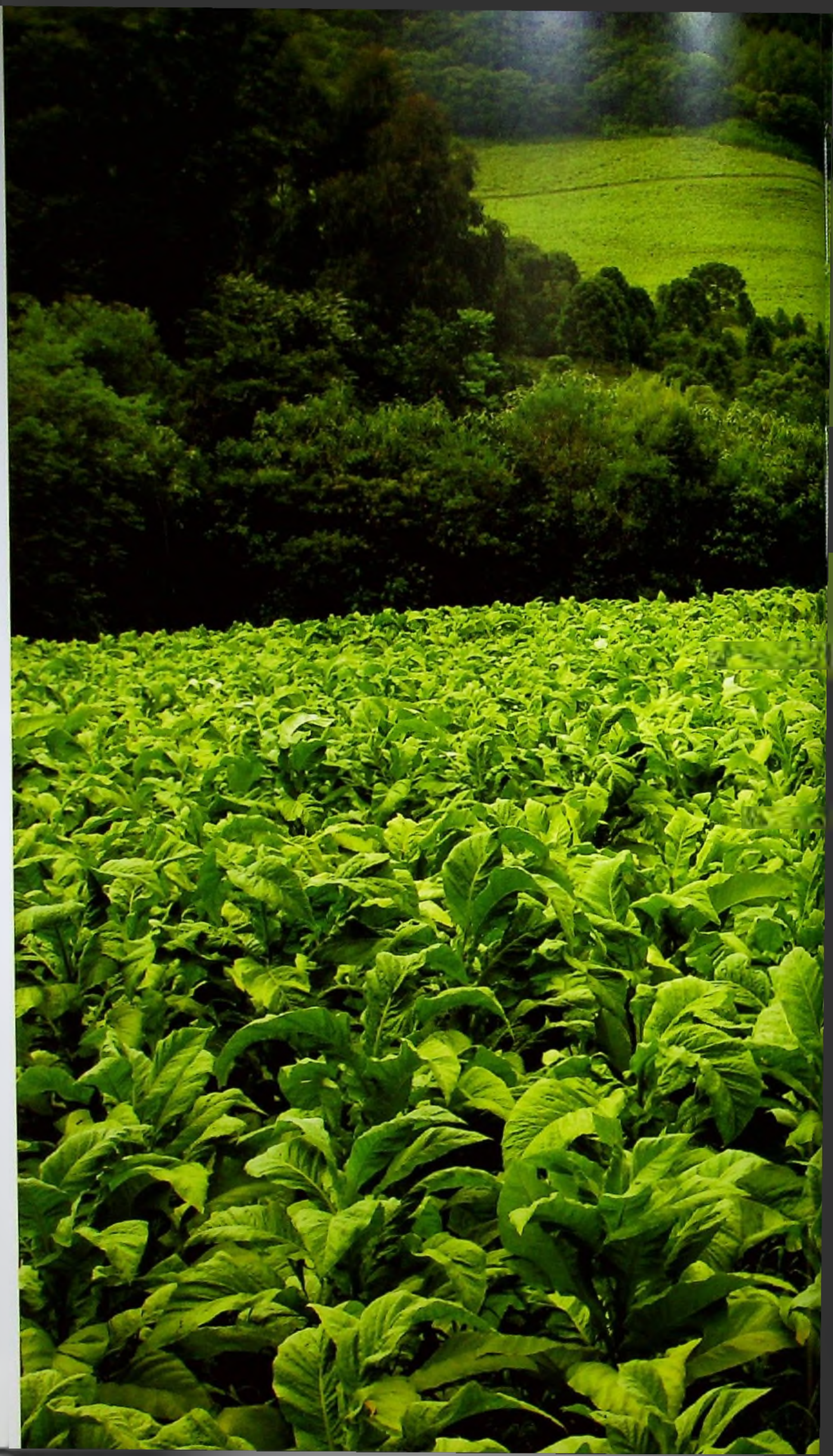
Mel e hortaliças são produtos que estão sendo obtidos em sistemas de produção orgânica no Brasil

Na área de agrotóxicos, destaca-se ação de recolhimento e destinação final de embalagens vazias, além do desenvolvimento de técnicas alternativas ao uso de tais produtos, como controle biológico e manejo integrado de pragas. Paralelamente, foi incentivada a chamada Agricultura Orgânica, que tem lei e programa de desenvolvimento desde 2003. Entre as diversas atividades de manejo de recursos naturais, a pesquisa volta-se também à conservação da biodiversidade, pela manutenção de recursos genéticos e de variedades adaptadas às condições edafoclimáticas locais.

Com a maior área agricultável do mundo e um amplo e único leque de recursos naturais, o Brasil vive o desafio de conciliar a preservação de tais riquezas com o desenvolvimento econômico.

Além das fronteiras e das barreiras

A exportação de produtos do meio rural faz uma bela viagem na história da agricultura brasileira e, além de estar presente nas tratativas da área governamental específica das relações exteriores, não poderia ficar fora do alcance do ministério do setor, onde hoje tem inclusive uma secretaria exclusiva voltada para este fim. Também por isso, o desempenho do comércio exterior do agronegócio se sobressai no cenário econômico do País. Em 2010, o Brasil vende produtos agropecuários a mais de 214 destinos em 180 nações.



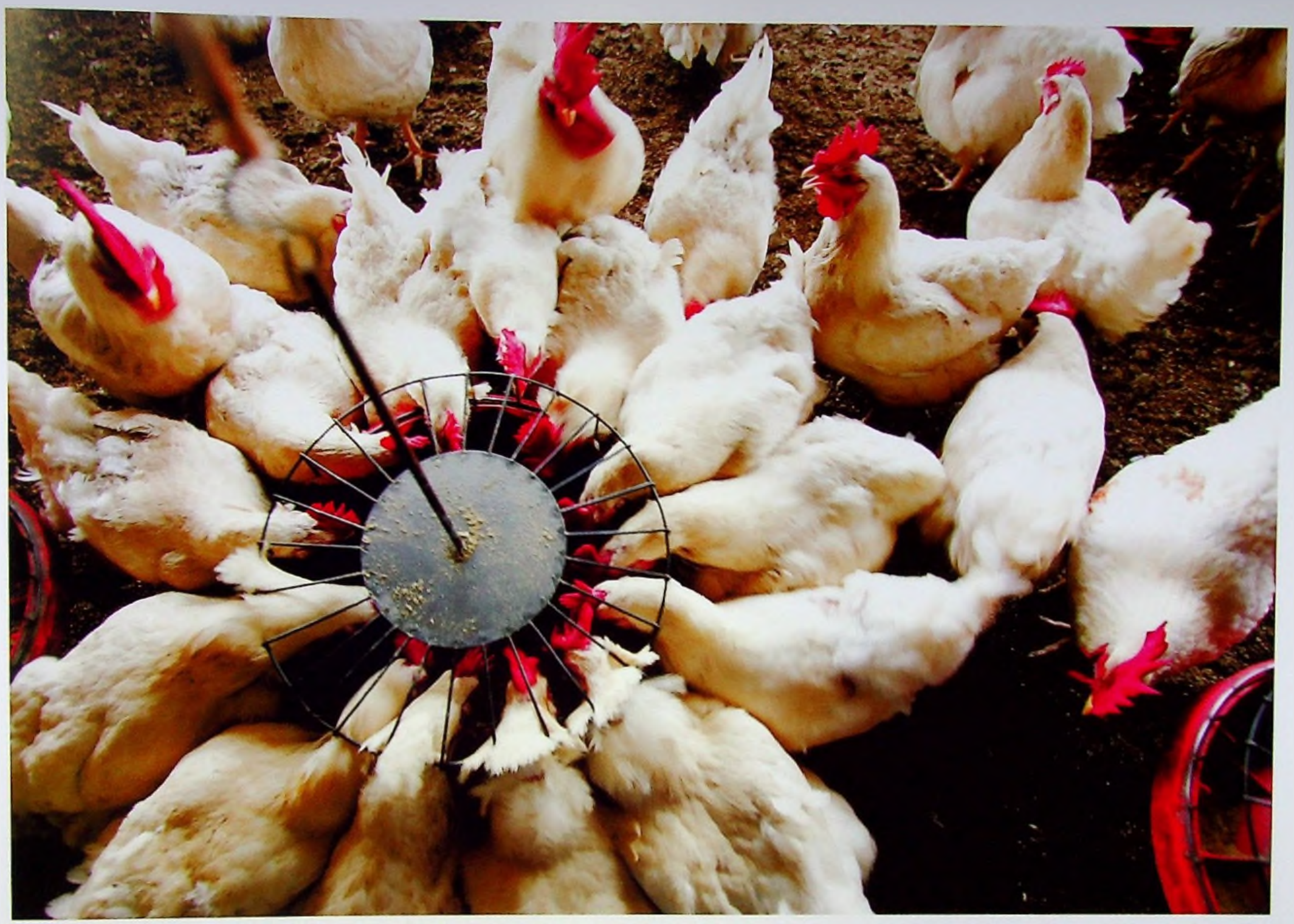
Área de cultivo de tabaco do Sul: Brasil ocupa a condição de maior exportador mundial com clientes em mais de 200 países



Análise do desempenho das exportações agrícolas brasileiras, feita pela Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, revela que, de 2001 a 2010, o valor obtido pelo País nessas operações passou de US$ 13,2 bilhões para US$ 63,8 bilhões. Foi superada a expansão que se registrou no mercado em nível mundial, onde a participação nacional pulou de 4,7%, em 2001, para 7,3%, em 2009.

Pela importância na pauta comercial e sua posição estratégica no mercado mundial como produtor agropecuário, o Brasil desde a década de 1990 deixou claro que não participa de nenhum acordo multilateral entre Nações se a agricultura não constar na agenda das negociações. Foi o que ocorreu em acertos ocorridos na área, especificamente no acordo de medidas fito e zoosanitárias, em 1994, no Marrocos, bem como na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. As prioridades brasileiras foram colocadas nesses termos: liberação do comércio mundial de produtos agrícolas *in natura* e industrializados, fim dos subsídios à exportação, redução na ajuda interna e eliminação dos obstáculos de acesso a mercados. Embora as limitações ainda existam, o caminho da agricultura e da economia brasileiras mudou com os resultados das negociações internacionais. Os tratados da OMC, do Mercosul e acordos bilaterais alteraram o cenário comercial e, consequentemente, o sistema produtivo.

Procurando organizar e coordenar melhor as estratégias na promoção internacional do produto agrícola brasileiro, o Ministério da Agricultura criou em 2005 a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Inovou-se principalmente na implementação do Departamento de Promoção Internacional, direcionado a organizar os produtores do País de forma a auxiliar na superação de obstáculos e promover a imagem institucional do agronegócio brasileiro, buscando mecanismos de ocupação de espaços de negócios a serem abertos no exterior. Outras áreas de alguma forma já contempladas vieram a constituir o Departamento de Assuntos Comerciais e o Departamento de Assuntos Sanitários e Fitossanitários, que focam basicamente na remoção de barreiras no comércio.



Metade da carne de frango hoje produzida pelo Brasil é exportada

Desde então, têm sido sistematicamente realizados encontros com o setor privado, onde são discutidas as preocupações existentes e definidas agendas de trabalho, prioridades de mercado e caminhos a seguir. Embora a negociação de um novo acordo no âmbito da OMC (Rodada Doha) não tenha evoluído, dada a própria sistemática da instituição, de busca de consenso, houve importante vitória em contencioso aberto com os Estados Unidos na área do algodão. Na área sanitária, pode-se citar o avanço com a Coreia do Sul e os Estados Unidos, no final de 2010, no reconhecimento do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa. No Mercosul, apontam-se ações internas entre os quatro países membros e negociações conjuntas, como a retomada das tratativas com a União Europeia. Inúmeras conversações bilaterais ocorreram no âmbito da defesa sanitária. Além disso, foram implementados vários Comitês Consultivos Agrícola com países como Estados Unidos, Canadá, Coreia do Sul, Indonésia e Rússia.

O novo segmento da promoção internacional tem atuado destacadamente na geração de informações dos mercados, organização de missões e eventos locais e no exterior, para conhecer realidades e desmistificar conceitos distorcidos, particularmente na área ambiental. Em 2010 teve início em oito embaixadas brasileiras (Buenos Aires, Washington, Bruxelas, Genebra, Moscou, Pequim, Tóquio e Pretória, na África do Sul) a atuação dos Adidos Agrícolas, demanda antiga do setor, oficializada em 2008. O adido auxiliará os diplomatas a ampliar e fortalecer contatos neste campo, prospectando mais oportunidades para o agronegócio.

Com as ações para dar visibilidade externa a produtos agrícolas nacionais, o açaí da Amazônia ganha o mundo





Defesa animal é um setor estratégico para o bom desempenho da pecuária brasileira em todos os mercados

A melhor defesa

Apesar de significativos acontecimentos dos séculos 18 e 19 terem sido embrionários de um Serviço de Defesa das produções animal e vegetal do Brasil, foi no principio do século 20, ainda na primeira década, que realmente esta história começou. Assim, na tentativa de melhor aparelhar a administração, em 1909, o então presidente da República, Afonso Pena, sancionou o Decreto Legislativo nº 7.501, criando o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Entre outras questões, estava presente a preocupação de proteger as lavouras. Com a instituição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, é implantada a Diretoria da Indústria Animal, tendo entre suas atribuições a função de "zelar pelo estado sanitário do gado (...) concorrendo para fiscalização de matadouros e estábulos e melhoramento da higiene alimentar"

As primeiras duas décadas do século 20 foram marcadas ainda pela criação das primeiras Escolas de Veterinária e do Serviço de Inspeção. Os primeiros profissionais de medicina veterinária formados no Brasil juntaram-se aos médicos brasileiros, bem como aos profissionais (médicos e veterinários) estrangeiros, no serviço público. Como funcionários do Ministério da Agricultura, trabalhavam tanto na área de pesquisa quanto na de defesa animal – atuando no combate à febre aftosa, à raiva, ao carrapato e às doenças por ele transmitidas – e também na área de inspeção. A instalação dos primeiros frigoríficos estrangeiros teria, entre outras consequências, a criação deste Serviço de Inspeção, que tinha diversas atribuições: desde aprovação do terreno e das instalações físicas dos estabelecimentos exportadores até propriamente a inspeção higiênico-sanitária dos produtos de origem animal.

Em 1921, a ocorrência de um surto de peste bovina, doença exótica no continente americano, provocou a rápida atuação dos médicos e veterinários do ministério. Em conjunto com profissionais do Estado de São Paulo, já que o surto ocorreu em Osasco e Cotia, os especialistas executaram medidas condizentes com a situação de emergência sanitária e debelaram rapidamente o surto. Foi o único episódio conhecido da doença no Brasil e um dos mais rapidamente resolvidos no mundo. A peste bovina se espalha velozmente, com

alta taxa de mortalidade e é enzoótica nos continentes asiático e africano. Por provocar escassez de alimentos e, consequentemente, desabastecimento e fome, também é chamada de "flagelo mundial", como relatou o médico veterinário Décio de Araújo Lyra, funcionário do Ministério da Agricultura entre as décadas de 1960 e 1990.

A partir dos anos 20, o Serviço de Inspeção do Ministério da Agricultura começou a incentivar a evolução das chamadas charqueadas, os galpões das propriedades rurais, onde a carne salgada era exposta para o processo de desidratação. Estes estabelecimentos funcionavam mais ou menos da mesma maneira desde sua criação, em 1780, e não ofereciam condições de inspeção. Os principais problemas das charqueadas eram estruturais e higiênicos. Suas instalações eram horizontais e o abate era feito no mesmo espaço em que o charque era produzido. Além disso, esta indústria, baseada numa trilogia produtiva em que só se aproveitava a carne (charque), a pele (couro) e a gordura (sebo), desperdiçava todos os outros resíduos dos animais. Com a chegada dos veterinários do Serviço de Inspeção Federal, formados pelas Faculdades de Veterinária e pela prática dentro de frigoríficos estrangeiros, as charqueadas foram incentivadas a se aprimorarem, tendo como modelo os métodos – de sanidade e de aproveitamento do boi – dos matadouros-frigoríficos estrangeiros. "Esse processo evolutivo perduraria por aproximadamente 50 anos", destaca o médico veterinário José Christovam Santos, que trabalhou no Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura ao longo de três décadas.



A fiscalização de insumos, como fertilizantes, é uma das atribuições da Secretaria de Defesa Agropecuária



Grandes avanços

O Ministério da Agricultura, assim denominado a partir de 1930, passaria, naquela década, por mudanças estruturais e legislativas que influiriam na evolução do serviço de defesa fitossanitária do Brasil. Foram criadas Diretorias Gerais de Agricultura, Indústria Animal e Pesquisas, sendo que dentro da primeira ficava a divisão de "fomento e defesa agrícola". Já a Defesa Sanitária Animal e a Inspeção de Produtos de Origem Animal passaram a ser atribuições exclusivas de médicos-veterinários que trabalhavam no Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA) do Ministério da Agricultura. A legislação também criaria as inspetorias e os laboratórios regionais, levando a estrutura do ministério para estados e/ou regiões.

Outro marco legislativo é o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal (Decreto nº 24.548, de 9 de julho de 1934). Segundo o médico veterinário José Freire de Faria, que atuou no serviço público entre as décadas de 1950 e 1990, o regulamento é até hoje considerado a "Constituição" – ou a "Bíblia" – da Defesa Animal do Brasil. É composto de 87 artigos relativos à Sanidade Animal, que normatizam aspectos como tratamento e combate às doenças existentes, prevenção de doenças exóticas, trânsito de animais e realização de "Feiras de Gado Livre". No decreto aparece pela primeira vez a questão do bem-estar animal que, na época, referia-se aos animais de carga e "proibia os maus-tratos". Ao longo do tempo, o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal foi sendo atualizado de acordo com as exigências da vida moderna e com os avanços da tecnologia, mas a base permanece a mesma até os dias atuais.

Ao final da primeira metade do século 20, em 18 de dezembro de 1950, foi promulgada a Lei nº 1.283, relativa à inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. A lei e sua normatização – Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) – constituem o principal marco legislativo da história da Inspeção Federal brasileira. Os 952 artigos do regulamento, além de sistematizarem a inspeção e normatizarem aspectos higiênico-sanitários da fabricação de produtos de origem animal, orientaram o desenvolvimento industrial destes setores. Um aspecto fundamental da legislação foi determinar o que e a quem competia fiscalizar. Coube ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) a vistoria dos estabelecimentos que produziam para o comércio interestadual e internacional. Aos estados coube a tarefa de inspecionar os estabelecimentos que fabricavam para o comércio intermunicipal. A fiscalização dos que produziam para o comércio local só seria definida como responsabilidade dos municípios em 1989.



Criação de búfalos vem crescendo no Norte e no Sul do Brasil, apoiada no eficiente sistema de inspeção filossanitária

Anos de aprendizado

A década de 1970 foi marcante para a Defesa Sanitária. A execução de propostas arrojadas, como a que centralizou a inspeção dos produtos de origem animal sob o comando do Ministério da Agricultura e um novo surto de doença exótica (desta vez no rebanho suíno), movimentaram o serviço. O fato, porém, que influiria não só na área de sanidade animal como na de sanidade vegetal seria a criação da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, em 1977, atualmente denominada Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

Em 3 de dezembro de 1971 foi publicada a Lei nº 5.760, que determinava a federalização da Inspeção de Produtos de Origem Animal. A principal mudança promovida pela legislação foi no âmbito da competência da fiscalização. A União, por meio dos técnicos da Divisão de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (Dipoa), fiscalizaria todos os estabelecimentos fabricantes de produtos de origem animal, independentemente do alcance comercial, municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional.

Num primeiro momento, os médicos-veterinários da Dipoa realizaram amplo levantamento das condições higiênico-sanitárias e tecnológicas dos estabelecimentos produtores de carnes e derivados, leite e derivados e pescado em todo o País. Os estabelecimentos foram classificados como "recuperáveis", ou seja, possuíam condições de se adaptarem às normas federais, ou "irrecuperáveis", por não apresentarem sequer as mínimas condições de funcionamento. Estes últimos seriam então interditados.

Dois fatos podem ser destacados como principais entre as consequências da federalização. O primeiro deles foi o avanço significativo em termos de segurança alimentar e proteção da saúde pública, uma vez que a oferta de carne (bovina e suína) inspecionada para a população brasileira aumentou mais de 50%. Além disso, o parque industrial brasileiro de produtos de origem animal modernizou-se e foi consideravelmente ampliado.

A Lei da Federalização vigorou, na prática, ao longo da década de 1970 e foi definitivamente revogada em 1989. A Inspeção de Produtos de Origem Animal retornou aos preceitos da lei de 1950 e voltou a ser compartilhada entre as estâncias governamentais conforme o âmbito de comércio do estabelecimento fabricante, com o acréscimo da definição de competência de fiscalização dos municípios, que deveriam passar a fiscalizar os produtos de origem animal fabricados para o comércio local.



Inspeção assegura a qualidade dos produtos tanto na defesa animal quanto na vegetal, com o apoio de programas como a Produção Integrada de Frutas, que teve a maçã como pioneira

Entre os anos de 1974 e 1977, porém, quando o Ministério da Agricultura passou por um programa de modernização, essa área sofreu alterações. Na estrutura vigente até então, a defesa agropecuária estava distribuída em diferentes divisões e departamentos. A separação, destaca o economista e administrador Eustáquio da Costa, que trabalhou na coordenação e na articulação do programa de modernização, tumultuava os serviços. "Eles não correspondiam ao projeto que o então ministro Alysson Paolinelli tinha para a agricultura, que era torná-la forte e competitiva."

Com a modernização, a atenção voltou-se para dotar o ministério de uma estrutura que se apoiava, fundamentalmente, na Secretaria Geral e em três secretarias nacionais: de Produção, de Abastecimento e de Defesa. Elas passariam a comandar, em nível de órgãos de direção superior, todo o esquema agropecuário nacional. A partir de então, as atividades relacionadas à defesa animal e vegetal, bem como a fiscalização de insumos básicos e dos produtos de origem animal e vegetal, foram concentradas na Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária.

Um voo complicado

Um dos primeiros grandes desafios da Defesa Agropecuária foi a Peste Suína Africana (PSA), que chegou ao Brasil em 1978. Como informa o médico veterinário Tito Lívio Machado Junior, um dos técnicos que atuaram na erradicação da doença, o primeiro foco foi identificado por técnicos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Ministério da Agricultura. A origem do problema foram restos de comida de voos internacionais vindos da Europa e que, contrabandeados do aeroporto do Galeão, serviram de alimento para porcos de uma chácara de Paracambi (RJ). Estes restos estavam contaminados pela PSA e infectaram os animais.

A PSA tem alto índice de mortalidade e os animais que não sucumbem permanecem em estado crônico da doença. Como o vírus sobrevive em temperatura ambiente por vários anos, havia grande dificuldade para o controle e erradicação. Eram, também, necessários exames laboratoriais diferenciados para confirmar a presença da doença, devido à similaridade entre a PSA e a Peste Suína Clássica (PSC), que era endêmica no território nacional na ocasião.



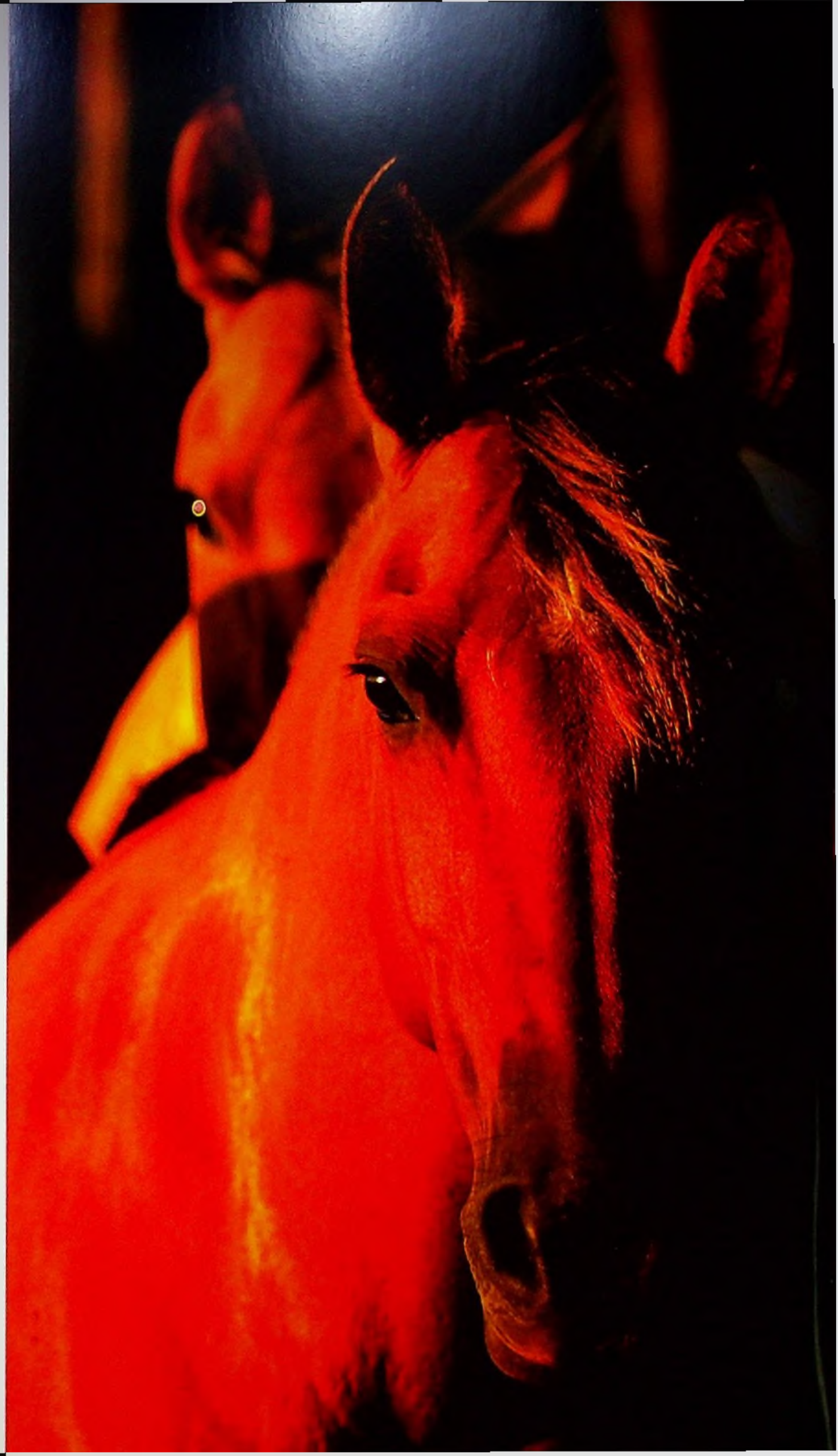


Produções como as de aves, de leite e de ovos precisam atender
a rigorosas normas de sanidade

O Ministério da Agricultura tomou as providências emergenciais devidas para a erradicação, a partir da implantação de uma comissão central de coordenação dos trabalhos e da comunicação aos organismos internacionais sobre a ocorrência de PSA em território brasileiro.

Como não existe vacina de comprovada eficiência contra a doença, foram adotadas as recomendações da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) para situações de emergências sanitárias: sacrifício – com indenização dos proprietários – dos suínos doentes e animais que tiveram contato com estes, destruição das carcaças, desinfecção, destruição de instalações inadequadas e interdição das propriedades. O uso de marretas, fuzis e rifles sanitários no sacrifício dos animais contaminados, além da interdição de propriedades, provocou na época impacto socioeconômico, bem como grande polêmica e repercussão na imprensa.

Nos anos de 1940 já havia sido implantada uma campanha de combate à Peste Suína Clássica (PSC), mas, apesar dos resultados significativos, o programa havia sido paulatinamente desativado na década posterior. E, quando ocorreu o surto de PSA, a PSC estava sem controle. Em 1976, houve notificação de 640 focos e foram produzidas 4 milhões de vacinas por ano (ao contrário do caso da PSA, para a PSC existe vacina de comprovada eficiência e eficácia), enquanto o rebanho brasileiro na época era de aproximadamente 34 milhões de suínos.



Todas as criações comerciais de animais, inclusive a de cavalos, são acompanhadas pelos serviços de defesa sanitária nacional



Devido à semelhança entre as duas doenças e a necessidade de erradicar a PSA, que era exótica e impôs barreiras às exportações nacionais e queda do consumo interno na ordem de 40%, foi implantado, em 1981, o Programa de Controle da Peste Suína Clássica e Erradicação da Peste Suína Africana. Foram adotadas ações como: vacinação contra PSA, com a utilização da "vacina viva amostra china" – uma nova vacina que havia sido testada e era comprovadamente mais eficiente que a cristal violeta utilizada no programa dos anos 40; vigilância e soro-epidemiologia; ampliação do controle do trânsito interno e internacional com a fiscalização de bagagens e destino de restos alimentares em aeroportos, postos de fronteira e portos; sistema de informação com a disponibilização de um telefone de discagem direta gratuita para notificação de foco. Além disso, foi criado um fundo de indenização constituído e administrado pela iniciativa privada, que nos anos 90 serviria de inspiração para ação similar na luta para erradicar a febre aftosa.

O programa levou à erradicação da exótica PSA e contribuiu decisivamente para o avanço da suinocultura brasileira, não apenas em qualidade, mas também como importante parte das exportações brasileiras. A PSC ainda ocorre em alguns estados nordestinos, mas é mantida sobre controle com vacinação regular. O Brasil está livre da Peste Suína Africana desde 1984.





Controle das condições sanitárias do plantel permitiu que o Brasil expandisse a criação de ovinos e de suínos

O "trem" da aftosa

A luta contra a febre aftosa foi a linha que conduziu o serviço de Defesa Animal na segunda metade do século 20, primeiro com o objetivo de combatê-la, depois erradicá-la. Ainda no ano de 1950 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Febre Aftosa, evento que reuniu técnicos do Ministério da Agricultura e especialistas dos diversos institutos de pesquisa dos estados brasileiros e convidados estrangeiros. Em 1964, a 2ª Conferência Nacional de Febre Aftosa recomendou as diretrizes, normas e ações a serem executadas para o desenvolvimento da campanha contra a doença.

Em 1965 teve início a primeira Campanha Contra a Febre Aftosa. Nos anos 40, o Estado do Rio Grande do Sul havia montado uma estrutura administrativa e laboratorial que catalisou a erradicação da sarna ovina de seu território. Aproveitando-se desta estrutura, o Ministério da Agricultura iniciou por lá a campanha. Em seguida, foram incorporados outros 10 estados e a proposta era de, numa segunda fase, abranger o restante do País.

No período entre as décadas de 1970 e 1980 foi executado o "Projeto Nacional de Combate à Febre Aftosa". Em 1970, o Brasil assinou um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do qual o País obteria empréstimo para o desenvolvimento, em 16 anos, do referido projeto. O convênio possibilitou a formação de ampla equipe de técnicos e auxiliares, bem como sua capacitação, além da contratação de consultores e

Controle e erradicação da febre aftosa constitui uma das principais preocupações da pecuária em todas as regiões nacionais



a realização de convênios com os estados. Entre 1975 e 1977 foram incorporados ao convênio os programas de brucelose bovina e raiva dos herbívoros. Nos anos 80, um empréstimo obtido junto ao Banco Mundial para o controle de doenças de animais reforçou a luta contra a aftosa. O impulso decisivo para a erradicação, porém, aconteceria mesmo na década de 1990.

Estratégias diferenciadas levaram à conquista da almejada erradicação da Febre Aftosa de importantes regiões produtoras de gado. A criação de circuitos pecuários – regiões onde o gado circula durante sua vida, isto é, o espaço geográfico onde o boi nasce, se desenvolve e é abatido – com metas e ações comuns para a erradicação foi uma das estratégias adotadas nesse período. Outro fator fundamental foi o envolvimento da iniciativa privada, não apenas em reuniões e metas dos circuitos pecuários, mas também por conta da criação de fundos privados.

Os fundos apoiavam o trabalho do Ministério da Agricultura com ações como o incentivo à vacinação entre os produtores e o pagamento de indenizações quando houvesse necessidade de abate sanitário. Em 1998, os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina foram a primeira região, não só do Brasil mas do mundo, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como "livre de febre aftosa com vacinação". Entre os anos de 2000 e 2001, ocorreram surtos de febre aftosa nos dois estados. Entretanto, após trabalho de emergência sanitária, ambos conseguiram recuperar seus status e os mantêm até hoje, sendo que Santa Catarina é o único estado brasileiro a ter o título de "área livre de febre aftosa sem vacinação". Nos anos 2000, outros estados brasileiros obtiveram o reconhecimento da OIE como livres da doença com vacinação. Atualmente 16 estados – que correspondem às principais regiões produtoras e exportadoras, onde se encontra 80% do rebanho bovino brasileiro – conservam o título de "áreas livres de febre aftosa com vacinação". O último caso da doença registrado no País foi em 2006.

Como é possível perceber, a evolução da produção animal e da indústria de produtos de origem animal está diretamente ligada ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento dos serviços de sanidade. Seja pelo trabalho de combate à febre aftosa, ou pela consciência surgida entre os produtores a partir das ações de erradicação das pestes suínas, ou à evolução do parque industrial dos produtos de origem animal em consequência da atuação do Serviço de Inspeção Federal (SIF), a atuação do Ministério da Agricultura foi fundamental para que o Brasil alcançasse os títulos que tem hoje no panorama mundial do agronegócio – como, por exemplo, o de maior exportador de carne bovina.

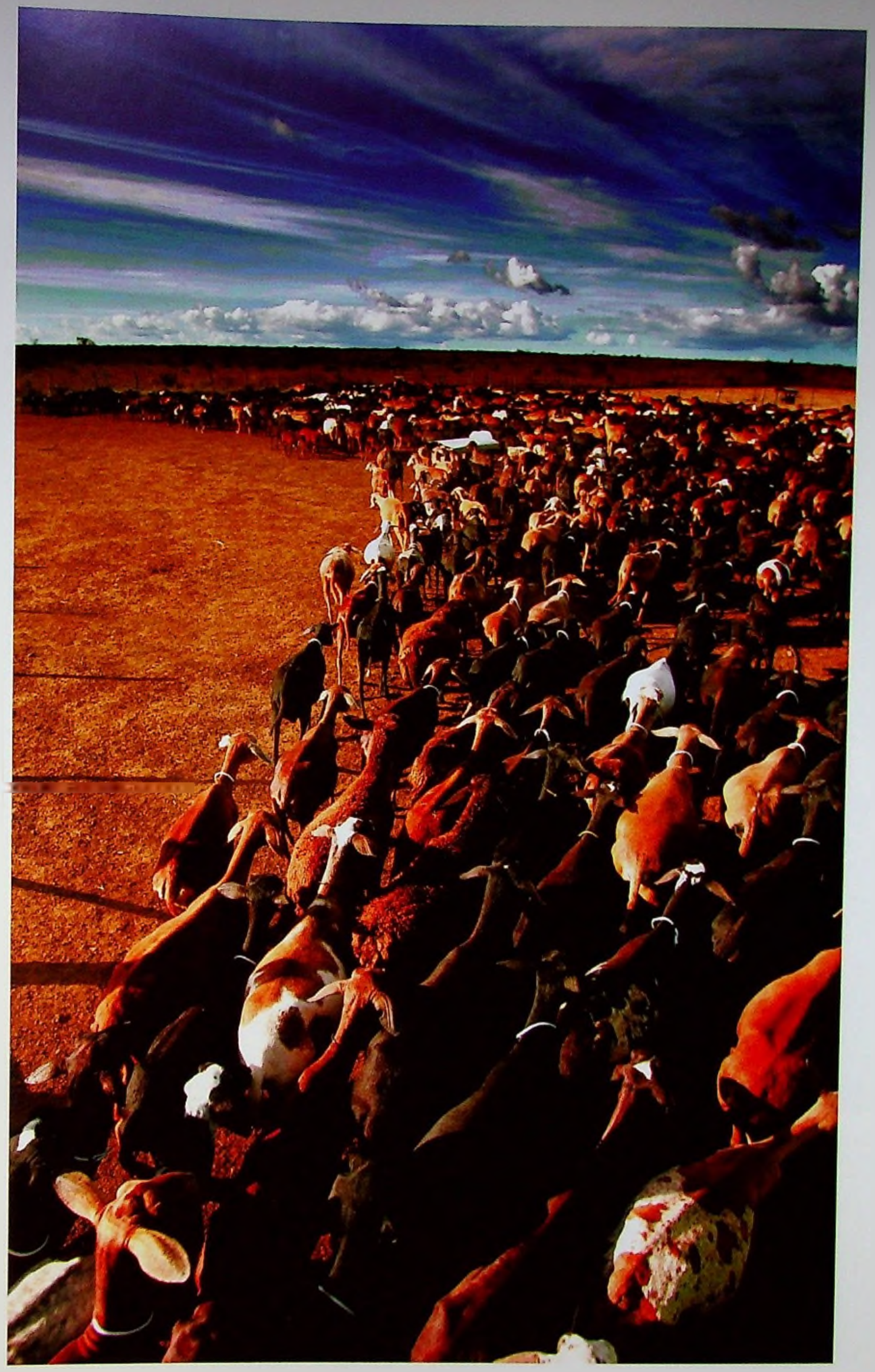


Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados a serem reconhecidos como livres de febre aftosa com vacinação

Século 21

Apesar das vitórias recentes, os primeiros anos do século 21 têm sido dedicados a tornar mais avançada a Defesa Agropecuária. Iniciativas como a implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), a partir de 2006, e a criação do Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) marcaram a primeira década do novo milênio. O primeiro sistema tem como objetivo garantir proteção à saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, assim como a idoneidade dos serviços utilizados na agropecuária. Já o Vigiagro busca prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e enfermidades, por meio da fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, produtos, subprodutos, derivados, insumos agropecuários e materiais para pesquisa científica.

Ao implantar programas como o Suasa e o Vigiagro, o Brasil, como principal produtor e exportador de diversos produtos agropecuários, tais como café, açúcar, suco de laranja, carne bovina e frango, além de estar buscando melhorias constantes no campo da defesa sanitária, vai, pouco a pouco, superando os obstáculos impostos por eventuais barreiras.



No interior da Bahia, criação de ovelhas tem forte importância econômica e social, com ênfase na inspeção sanitária

O abastecimento

A palavra "abastecimento" foi incorporada à denominação do Ministério da Agricultura em 1992. No entanto, o tema esteve ligado ao órgão antes. Na origem, estava entre as atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1860-1892) e da 2ª Seção da 3ª Diretoria do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (1892-1909) "a aquisição e distribuição de plantas e sementes". Na década de 30, novas reformas ministeriais resultariam num órgão exclusivamente voltado para a face rural do País: surgia o Ministério da Agricultura, que mantém até hoje entre suas inúmeras competências o incentivo à produção agrícola.

O engenheiro agrônomo Maurício Rodrigues Porto, que trabalhou no Ministério da Agricultura e é autor de texto sobre a evolução administrativa do organismo, bem como o médico veterinário Percy Infante Hatschbach, que atuou como servidor público em Goiás e é estudioso da história da medicina veterinária, afirmam que o Ministério da Agricultura foi se alterando e atualizando conforme o setor rural também ia se desenvolvendo. Ou seja, o órgão foi se adequando às necessidades do País conforme o crescimento e a complexidade do setor produtivo.

Assim, em 1946, um decreto firmou as primeiras normas de aquisição de cereais e gêneros de primeira necessidade da produção nacional (arroz beneficiado, feijão, milho, amendoim, girassol, trigo em grão), atribuindo ao Banco do Brasil a tarefa de realizar as operações. Nos anos subsequentes, novas legislações organizariam questões como o financiamento da construção de armazéns necessários à guarda e à conservação dos produtos e a determinação dos preços mínimos para financiamento e aquisição de cereais e outros gêneros da produção nacional.

Nos anos 60, foram criadas a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe). A primeira tinha entre suas funções a garantia dos preços dos produtos das atividades agrícola, pecuária e extrativista, bem como a administração das Companhias Brasileiras de Alimentos (Cobal) e de Armazenamento (Cibrazen). A Sudepe teve como finalidade a promoção, o desenvolvimento e a fiscalização da pesca. A Sunab e a Sudepe eram autarquias federais sujeitas a supervisão, orientação, coordenação e controle do Ministério da Agricultura.



Evitar o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e de enfermidades, em aves, por exemplo, são preocupações do Vigiagro

Modernização

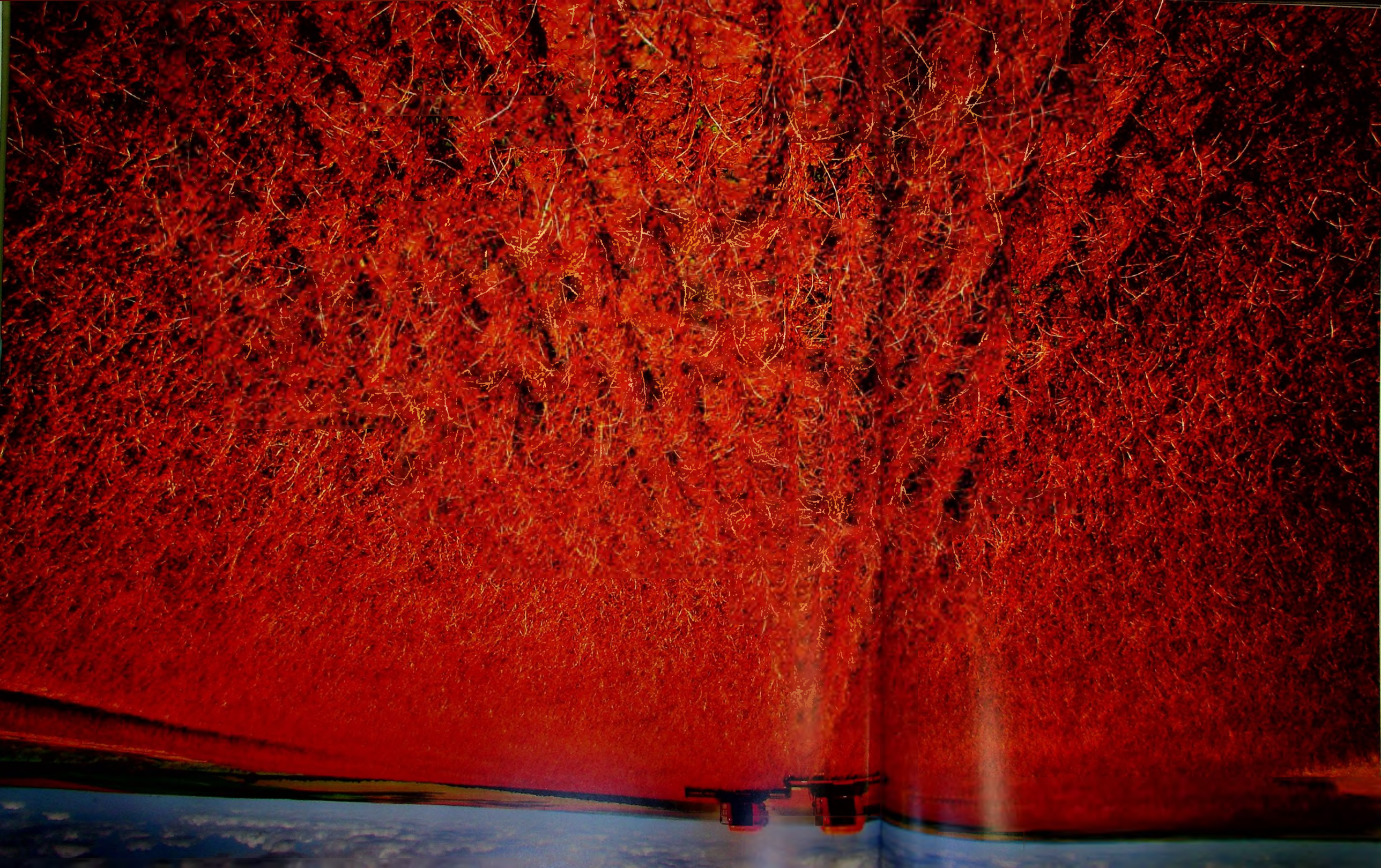
Na década de 1970, quando o Ministério da Agricultura passou por um programa de modernização, um estudo detectou que o órgão possuia três grandes áreas de atuação: produção, abastecimento e defesa. A partir daí, o organograma do Ministério da Agricultura foi concebido para atender esses três sistemas.

A agricultura brasileira, no periodo compreendido entre 1970 e 1977, conheceu significativas mudanças, dentre as quais o salto de 27 milhões de toneladas de grãos, no periodo 1970/71, para cerca de 47 milhões de toneladas nos anos 1976/77, resultando num aumento de 69%, com taxa anual de crescimento da produção de grãos de aproximadamente 9,1%.

Após 1990, em virtude das competências que lhe foram sendo ou não conferidas, a denominação e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura foram sendo adequadas. O abastecimento deixou de ser competência da pasta entre 1991 e 1992, quando retornou, estando incorporado hoje às atribuições da Secretaria de Politica Agrícola, com três departamentos: Comercialização e Abastecimento Agropecuário, Economia Agrícola e Gestão de Risco Rural.



Preocupação com a garantia do abastecimento interno motivou o acompanhamento intenso ao comportamento das safras de grãos



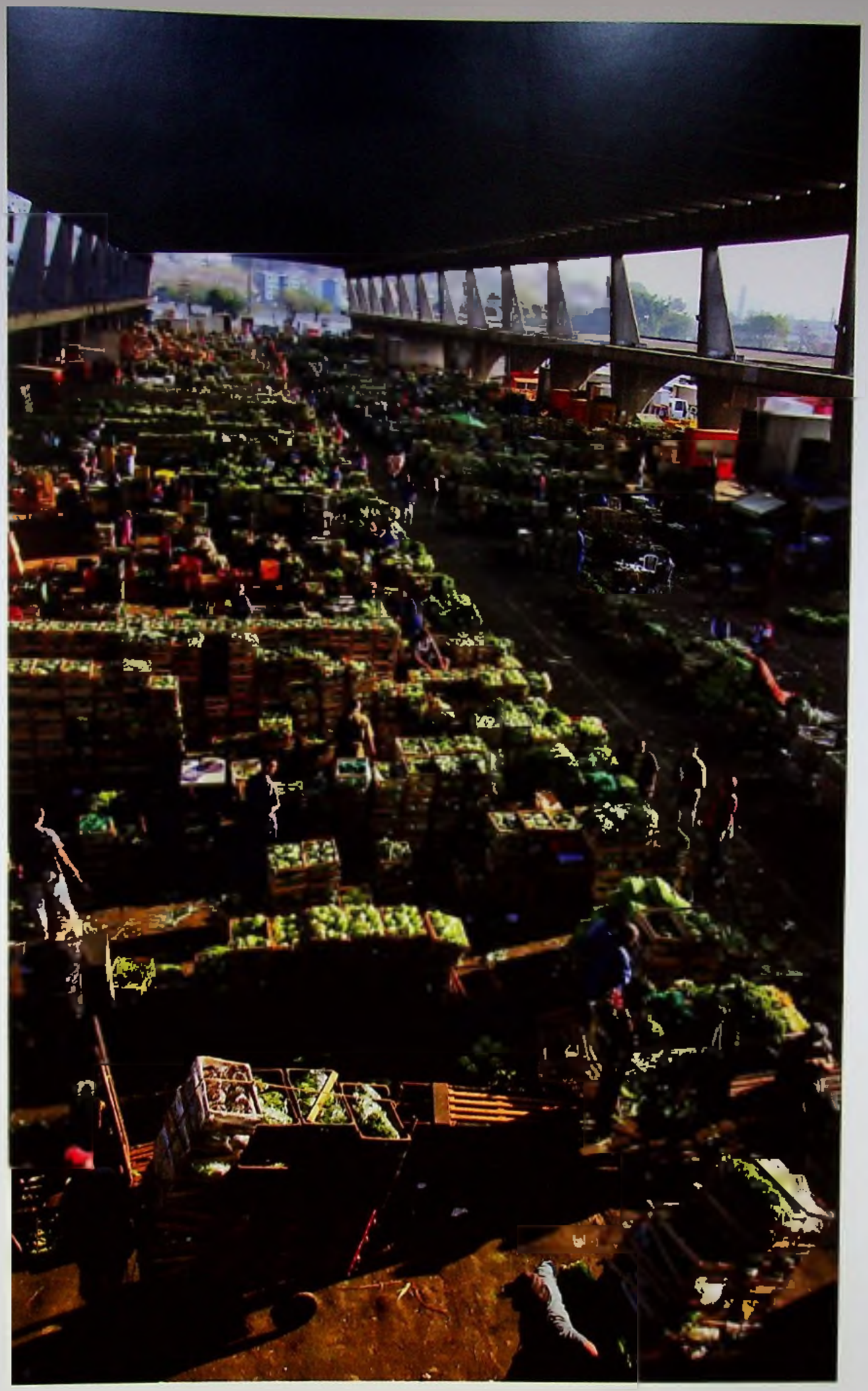
Novas estruturas

A Companhia Nacional de Anastecimento (Conab) surgiu em 1991 da fusão de três empresas públicas: Cobal, Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e Cibrazen. O objetivo foi racionalizar a estrutura, uma vez que as três atuavam em áreas distintas e complementares: abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem. Com representações nos estados (existem 25 superintendências regionais) e quase cem Unidades de Armazenamento ligadas a elas, a Conab é a empresa oficial do governo federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, buscando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado.

Vinculadas ao ministério, as empresas de economia mista surgiram nos estados de Minas Gerais (Casemg e Ceasa-MG) e São Paulo (Ceagesp), entre 1957 e 1974. Operando nas áreas de abastecimento e estocagem, foram adquiridas pela União em 1997 (Ceagesp) e 2000 (Casemg e Ceasa-MG). As três empresas são responsáveis também pela comercialização de grande parte da produção agrícola do País.

A Companhia de Entrepostos e Armazéns de São Paulo (Ceagesp) tem 12 unidades no interior do Estado e ainda hoje é considerada um dos maiores centros de comercialização atacadista do mundo, com a movimentação de 250 mil toneladas de frutas, legumes, verduras, pescados e flores a cada mês.

Já a Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A (Ceasa-MG) chega a comercializar R$ 3,3 bilhões anuais, com oferta de 2,77 milhões de toneladas de hortigranjeiros, cereais e produtos industrializados alimentícios e não alimentícios. O mercado atacadista de gêneros alimentícios de Minas Gerais é um dos principais do País e grande parte está concentrado nas dependências da Unidade Grande Belo Horizonte. Além disso, a unidade localizada em Contagem (MG) é considerada a central de abastecimento mais diversificada do mundo.



Ceagesp movimenta 250 mil toneladas de frutas, legumes, verduras, pescado e flores por mês

Somando-se à Ceasa-MG está a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg). De economia mista, ela contribui de modo efetivo para a política de segurança alimentar do governo federal. O movimento anual de negócios nos seus entrepostos se aproxima do Produto Interno Bruto (PIB) de um município do porte de Uberaba, no Triângulo Mineiro, que ocupa o sétimo lugar no total das riquezas geradas em Minas Gerais.

Somadas, as atuações destas quatro empresas e do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agropecuário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura são as bases onde se sustentam as políticas agrícolas de comercialização da produção e do abastecimento do País. Os resultados podem ser confirmados em números.

O Brasil tem batido recordes de produção agrícola ano após ano. Se no ciclo 1976/77 a produção de grãos estava na casa dos 47 milhões de toneladas, a safra 2009/10 foi de 149,2 milhões de toneladas. Além de abastecer a sua população, esta enorme colheita angariou para o Brasil o apelido de "celeiro do mundo". O País é o primeiro em produção e exportação de vários alimentos e a agricultura é um dos pilares da economia nacional.



Centrais de abastecimento são responsáveis pela comercialização da maior parte da produção de flores e de hortigranjeiros

O mundo da pecuária

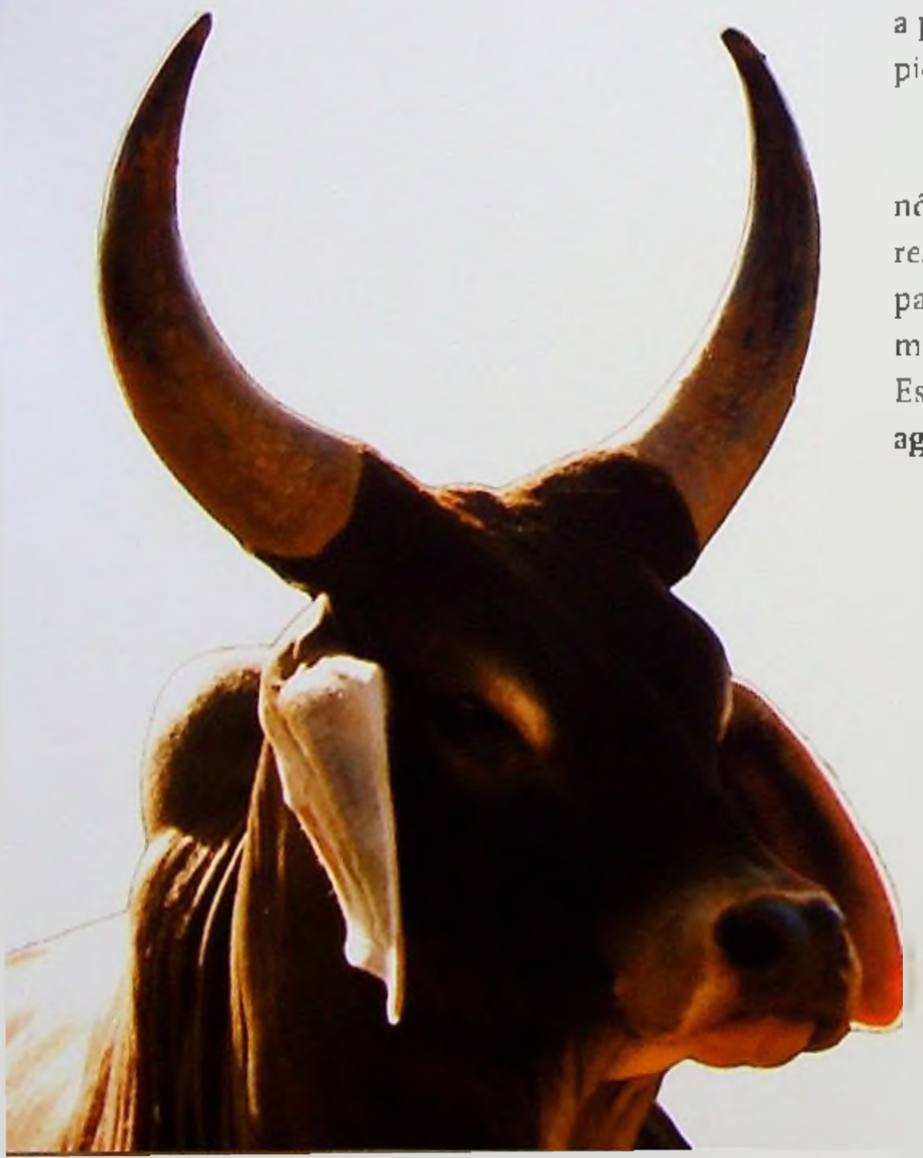
Os primeiros animais domésticos de grande porte que, além de força de trabalho, serviriam de alimento, chegaram ao Brasil no século 16. Em 1530 aportava no hoje litoral paulista um navio português que traria em sua bagagem "um lote de gado com um touro e oito vacas" (Fortes, 2003). A partir desse desembarque, o gado entrou na história do desbravamento e da ocupação das terras brasileiras, primeiro como animal de tração. Leite, couro e carne eram subprodutos.

Foram importantes para o transporte nos ciclos econômicos do Brasil: desde o ciclo do pau-brasil, quando seu uso facilitou o carregamento de madeira para o litoral, passando pelo transporte da cana-de-açúcar e, mais tarde, auxiliando no carregamento do ouro, nos respectivos ciclos de mesmo nome. Dos escravos às cargas, tudo era puxado pelo carro de boi.

Os animais também influenciariam o povoamento do interior do País. Como as zonas litorâneas foram sendo ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar e pelo estabelecimento de seus rentáveis engenhos, os currais foram sendo empurrados para mais longe. "No rastro do boi formaram-se retiros no interior. Tais retiros cresceram até virarem vilas, e essas vilas se transfiguraram em cidades. Quando o boi não dava mais conta do trabalho pesado, sua pele virava couro e sua carne, comida" (Fortes, 2003).

Foi com o advento das charqueadas, no século 17, primeiro no Nordeste e, mais tarde, a partir de 1780, no Rio Grande do Sul, que a carne bovina entrou definitivamente no cardápio brasileiro, sob a forma de charque.

As charqueadas foram fundamentais para o Brasil por conta de dois aspectos, o econômico e o alimentar. O charque – carne bovina que depois de salgada é secada ao sol – foi responsável por levar ao brasileiro do interior do Brasil a proteína animal e o sal, basilares para a alimentação, nutrição, saúde, subsistência e desenvolvimento humano. Além disso, a moderna indústria brasileira de produtos de origem animal começou com as charqueadas. Esses estabelecimentos, ao lado daqueles que processam o açúcar, estão entre as primeiras agroindústrias brasileiras.





Presente em todas as regiões nacionais, a pecuária impulsiona a balança comercial com a exportação de carne e outros derivados

O papel do Ministério

A pecuária passaria a constar no nome do Ministério da Agricultura somente a partir dos anos 2000. Na prática, porém, esteve entre as atribuições do órgão desde o início. As primeiras legislações, do século 19, já delegavam ao ministério "a introdução" e, num segundo momento, o "melhoramento das raças animais".

Mais tarde, nas reformas administrativas dos anos 30, seria criada dentro da estrutura do Ministério da Agricultura a Diretoria Geral de Indústria Animal, compreendendo as divisões de zootecnia, laticínios e a diretoria veterinária. Cabia às Inspetorias de Fomento de Produção Animal fazer a seleção das raças que melhor se adaptassem a cada região e multiplicar seus plantéis, para distribuição aos criadores dessa região.

A história brasileira do desenvolvimento da pecuária e da indústria nacional de produtos de origem animal está intimamente ligada ao trabalho desenvolvido pelo Ministério da Agricultura. Este esforço foi fundamental em vários aspectos da história: não só no controle da higiene dos produtos de origem animal como na defesa da saúde dos rebanhos e também no fomento da produção, através de pesquisa e crédito ao produtor, bem como na orientação do manejo (criação).



Produção de grãos do Brasil chegou a 149,2 milhões de toneladas na safra 2009/10, com destaque para o milho



A pecuária hoje é importante não só para o abastecimento da mesa do brasileiro como também para as exportações do Brasil: o País detém o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, na proporção de mais de um animal para cada pessoa. As exportações de carne de boi começaram ainda no tempo das charqueadas. Ganharam força, contudo, a partir da instalação dos primeiros frigoríficos anglo-americanos e da deflagração da 1ª Guerra Mundial. Os países em guerra passaram a comprar alimentos dos países da América do Sul. Participar do mercado internacional representou ganhos para o Brasil, mas não apenas de divisas.

A presença do Brasil no mercado internacional beneficiou os consumidores e os pecuaristas, ao valorizar a matéria-prima destes últimos. Os técnicos brasileiros passaram a se responsabilizar pela inspeção nesses estabelecimentos. Foi outro trabalho que o Serviço de Inspeção Federal (SIF) pode realizar, ajudando a indústria nacional dentro do processo evolutivo.

Quando a palavra pecuária foi incluída na nomenclatura do então Ministério da Agricultura e Abastecimento, em agosto de 2001, um dos objetivos era ampliar a participação no mercado internacional. Houve a manutenção da estrutura regimental, com apenas a inclusão e o incremento na área de política da pecuária. O objetivo específico foi promover os produtos de origem animal, principalmente a carne, com fins de conquista de novos mercados no comércio internacional e o aumento das exportações para a melhoria da balança comercial.

Além da carne bovina, fazem parte das exportações brasileiras as carnes de frango e de porco e, numa escala menor, o pescado e a carne equina. Outras carnes, como a ovina e a caprina, bem como o leite e seus derivados, são produzidos principalmente para o abastecimento nacional.

O Ministério da Agricultura foi o pivô do desenvolvimento agropecuário – e científico relacionado – do Brasil. Graças ao trabalho de defesa, inspeção, zootecnia, agronomia, planejamento e fomento do Ministério da Agricultura foi possível formar um parque agropecuário que representa um patrimônio da riqueza nacional.



Ministério da Agricultura contribuiu na seleção das raças de animais que melhor se adaptassem a cada região, como ocorreu com os ovinos no Sul do País





Leite e seus derivados, assegurados pela pecuária leiteira, são direcionados especialmente para o mercado interno



Obra "Café e Cafeteiras", de Carlos Scliar, serigrafia de 1971

O campo na arte

O Brasil é um País majoritariamente urbano. Apenas 16,25% da população habita o campo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2008, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números indicam a realidade nua e crua sobre os moradores das zonas rurais, mas não reflete a quantidade de pessoas que de alguma forma possuem ligação com este universo.

Grande parte dos brasileiros que vive nas cidades já morou ou possui laços familiares ou profissionais com o campo. Outros tantos, mesmo sem a aproximação física, se encantam com o mundo rural e com suas peculiaridades. Esse cenário é representado por um grande mosaico cultural e artístico, que simboliza o jeito de ser do povo rural no Brasil, com as devidas diferenças regionais.

A expressão musical que vem do campo é diferente em cada região, mas possui, no íntimo, a mesma essência: a simplicidade das letras e das melodias, os anseios, os sentimentos dos moradores do interior. Pode ser chamada de caipira, sertaneja ou regional. Esse estilo conquistou plateias Brasil afora e veio se reformulando ao longo das décadas, até alcançar milhões de seguidores nesse início de século 21.

Conforme o jornalista paulista João Luís Ferrete, pesquisador de música sertaneja, a palavra caipira surgiu da junção dos termos da língua tupi *caa* (mato) e *pir* (que corta), resultando no cortador de mato. A expressão passou a designar de forma depreciativa o homem que habita o interior, principalmente em São Paulo. Há registros históricos do século 18 que relatam a ocorrência de festas musicais típicas, assim como de canções associadas a trabalho, como na condução de boiadas pelos tropeiros.

A música sempre esteve presente no campo. Era, no entanto, muito restrita àquele ambiente. Somente em 1929 o jornalista Cornélio Pires produziu os primeiros discos de música caipira, em uma série que reunia as modas de viola executadas por cantadores do interior paulista. A partir daí, o gênero se disseminou e grandes nomes despontaram, como Alvarenga e Ranchinho, João Pacífico e Raul Torres, e Tonico e Tinoco.

As duplas caipiras alcançaram popularidade na década de 1950, quando ganharam espaço nobre nas rádios e gravadoras. Entre os anos de 1960 e 1970 apareceram nomes importantes no cenário musical regional, como Sérgio Reis, que saiu da Jovem Guarda, e Renato Teixeira, oriundo dos festivais da TV Record. Nos anos de 1980 surgiram a dupla Pena Branca e Xavantinho, que misturaram o ritmo rural à MPB, e o violeiro pantaneiro Almir Sater, considerado um músico mais refinado.

Depois vieram as grandes duplas, já então batizadas de sertanejas, com seus megas-shows. Os primeiros a fazerem sucesso foram os irmãos Chitãozinho e Xororó, a partir de 1982. Na sequência estouraram em vendagens de discos as duplas Leandro e Leonardo e Zezé Di Camargo e Luciano. A partir da década de 1990 os sertanejos-pop passaram a conviver com os novos caipiras, que buscavam a volta da chamada música de raiz. Na década seguinte surge um novo movimento: o sertanejo universitário, voltado a um estilo mais comercial da música rural.

Além da música sertaneja ou caipira, produzida principalmente nos estados do Sudeste e do Centro-Oeste, outras regiões brasileiras possuem forte representação cultural. No Nordeste, Luiz Gonzaga e seu baião viraram ícones do povo sofrido do sertão brasileiro. Já o Rio Grande do Sul tem uma forma muito particular de cantar o campo, influenciado pelos estilos musicais dos países do Prata. A música gaúcha teve seu ponto alto com o cantor Teixeirinha e com o desenvolvimento da cultura gaúcha, refletida nos vários de Centros de Tradições Gaúchas (CGTs) por todo o Brasil, com destaque para a figura do peão campeiro.



A chamada música caipira ou sertaneja sempre buscou inspiração na realidade do campo no Brasil

Registros eternos

O típico homem rural brasileiro ainda permanece vivo em alguns recantos do País. Em outros tantos locais já está mais urbanizado. No entanto, está eternizado na literatura, em personagens inesquecíveis. Muitos foram os escritores que se debruçaram sobre a temática rural, registrando o jeito de ser dos habitantes do campo.

O escritor cearense José de Alencar, do século 19, é considerado por muitos como o "fundador do romance brasileiro". Em sua vasta obra, dedicou quatro livros aos temas regionalistas, sendo um dos pioneiros nessa abordagem. Em *O Sertanejo* e em *O Gaúcho*, procurou, mesmo utilizando-se de linguagem mais urbana, descrever as características dos tipos que habitavam o Nordeste e o Sul do Brasil. Já o livro *O Tronco do Ipê* tinha como cenário a Zona da Mata fluminense, enquanto a história de Til se passava no interior paulista.

O filão aberto por José de Alencar ganhou seguidores de peso. Euclides da Cunha transformou a cobertura jornalística sobre a Guerra de Canudos, no interior da Bahia, em um dos grandes clássicos da literatura nacional. *Os Sertões*, publicado em 1902, fala do conflito dos seguidores de Antônio Conselheiro com as tropas governamentais. Descreve, também, a saga dos habitantes da região na luta pela sobrevivência.

João Guimarães Rosa, escritor e diplomata, deixou um registro precioso sobre o interior do País, no caso, Minas Gerais, onde nasceu. Na obra *Grande sertão: veredas*, publicada em 1956, o autor conta a história de um grupo de jagunços, sob a ótica do personagem Riobaldo. Além de mostrar o dia a dia do bando, Rosa descreve o universo em que se passa a história, fornecendo um detalhado retrato sobre essa região brasileira e o tipo humano que a habitava.

A literatura de temática rural tem outros importantes representantes. O gaúcho João Simões Lopes Neto imortalizou os causos de Romualdo, que revelam os costumes campeiros do Rio Grande do Sul. Já Monteiro Lobato criou o personagem Jeca Tatu, o estereótipo do caipira do interior paulista.



O homem do sertão, que vive e produz o seu sustento em todo o Semi-árido nordestino, tornou-se personagem por excelência na literatura brasileira

Pura poesia

Nada é mais representativo da literatura nordestina do que a poesia de cordel. Manisfestação cultural, trazida pelos colonizadores portugueses, se caracterizava inicialmente pela declamação oral. Com o tempo, passou a ser impressa em folhetos rústicos que, para serem vendidos, eram pendurados em cordas ou córdeis (uma espécie de barbante), daí a origem do nome. Os versos são escritos de forma rimada e geralmente os livretos são ilustrados com xilogravuras.

A literatura de cordel não é exclusivamente de cunho rural. Na verdade, trata-se da confluência do mundo rural com o mundo urbano, do sertão com a cidade. Dessa forma, ainda hoje, a típica poesia dos nordestinos colabora de forma inestimável para a manutenção da identidade local.

Muito além dos cordelistas, o Nordeste legou ao Brasil um gênio da poesia popular. O cearense Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, teve pouco estudo, sempre trabalhou na agricultura, mas foi um mestre na improvisação. Com seus versos simples e ao mesmo tempo refinados, guardados na memória, fez severas críticas às dificuldades pelas quais passavam os nordestinos. O poeta escreveu seis livros, o primeiro publicado em 1956. Ficou conhecido em todo o País, mas nunca deixou seu recanto natal, na região do Cariri, no interior do Ceará.





A poesia de Patativa do Assaré, acima, na xilogravura de José Lourenço, eternizou o ambiente rústico do sertão e encantou músicos como Luiz Gonzaga; abaixo, literatura de cordel tornou-se um gênero no Nordeste

E a festa é popular

As festas populares representam uma das formas mais importantes de preservação do folclore brasileiro. Muitas manifestações têm origem nos antigos rituais do homem primitivo, que comemoravam as fartas colheitas com muita comida, bebida, música e dança. Com o tempo, a Igreja Católica transformou alguns desses eventos pagãos em homenagens a santos.

As festas juninas são as que melhor caracterizam a integração entre profano e sacro, com as homenagens a Santo Antônio, São João e São Pedro. Os festejos acontecem por todo o Brasil, mas são mais intensos no Nordeste, com fortes elementos, como a culinária à base de milho, a dança da quadrilha e o colorido das vestes e da decoração. É famosa a sadia "rivalidade" entre as cidades de Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba, pelo título de "Maior São João do Mundo".



Gastronomia típica enriquece os festejos de São João e também conquista os turistas em feiras nas capitais de todo o Nordeste


RAPADURINHA
Doces Frutas

Outras manifestações de fundo religioso se disseminaram pelo Brasil ao longo de sua história. A Folia de Reis, que acontece entre os dias 25 de dezembro e 6 de janeiro, lembra a viagem dos três Reis Magos a Belém para conhecer o Menino Jesus. A Festa do Divino acontece no domingo de Pentecostes, sete semanas depois da Páscoa, sendo uma lembrança da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos.

As procissões religiosas arrastam multidões. Em 12 de outubro o Brasil reverencia sua padroeira, Nossa Senhora Aparecida. No segundo domingo de outubro, no Pará, os fiéis acompanham o Círio de Nossa Senhora de Nazaré. O Padre Cícero, religioso não beatificado pela Igreja Católica, é idolatrado pelo povo do Nordeste. Em 20 de julho, milhares de romeiros visitam o monumento em homenagem ao santo popular em Juazeiro do Norte, no Ceará. Em 19 de julho, as romarias em homenagem a São José se multiplicam com pedidos de boa colheita. Se chove naquele dia, é sinal de que a safra será farta.

Algumas tradições brasileiras remontam à época da escravidão e trouxeram um colorido especial ao folclore. O Maracatu é uma manifestação cultural que acontece no Carnaval, principalmente em Pernambuco. Constitui-se de um grupo de percussão acompanhando um cortejo, que representa a coroação de reis e rainhas de alguma nação africana. O Bumba-Meu-Boi é outro importante evento folclórico. Trata-se de um auto (teatro popular), que tem como pano de fundo a história do roubo de uma novilha. São famosas as festas realizadas no Maranhão, no Ceará e em Santa Catarina.





À esquerda, artesanato em barro mostra trio de música folclórica do Nordeste;
à direita, Lasar Segall, obra "Negros dançando", xilogravura de 1934

Oito segundos

As antigas práticas de campo para manuseio do gado foram galgadas ao status de grandes festas populares. São os rodeios que se espalham pelo País. O mais famoso é a Festa do Peão de Boiadeiro, que ocorre todos os anos em Barretos, no interior de São Paulo. A prova principal consiste na permanência do participante durante oito segundos sobre um cavalo ou touro chucro. O evento se profissionalizou com o investimento de patrocinadores de peso, que garantem grandes premiações em dinheiro aos peões.

No Rio Grande do Sul acontecem os rodeios crioulos, que remetem às atividades pecuárias. Era chamado de "parar rodeio" a junção do gado em uma invernada, local onde os animais eram alimentados e tratados, no caso de algum problema de saúde. Com o advento dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), as lidas campeiras viraram espetáculo. O mesmo acontece com a competição do Freio de Ouro, cuja final ocorre em Esteio, durante a Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agrícolas, a famosa Expointer, que preconiza as habilidades do cavalo crioulo como animal de trabalho.

No Nordeste, a festa equivalente ao rodeio é a vaquejada, que tem como cenário principal o Rio Grande do Norte, mas que ocorre igualmente nos demais estados. Atualmente considerada um esporte, a prática lembra a atividade dos antigos vaqueiros do sertão, que se embrenhavam no mato para buscar o gado marcado. Os peões, montados em cavalos, usavam gibões de couro para se proteger, e realizavam verdadeiros malabarismos a fim de evitar arranhões dos espinhos e das pontas de galhos secos.



Rodeios tornaram-se festividade tradicional em várias regiões, inspirados nas práticas de campo para manuseio do gado

Sabores rurais

A culinária brasileira lembra uma colcha de retalhos, tal a diversidade de sabores, aromas e cores que compõem esse importante mosaico cultural. Cada estado ou região tem seus próprios costumes à mesa, resultado da influência da colonização, seja ela indígena, africana ou europeia, somado aos ingredientes típicos de cada lugar. Agregado a isso estão a forma de preparo e os utensílios usados, como as panelas de pedra-sabão de Minas Gerais e as de barro, típicas do Espírito Santo, por exemplo.

Os índios tinham como elementos principais da alimentação as raízes, especialmente a mandioca. O item foi incorporado ao cardápio dos brasileiros, assim como a farinha, que virou ingrediente indispensável, mais fortemente no Nordeste. Alguns pratos importantes na culinária brasileira surgiram a partir do uso pelos indígenas. É o caso do tacacá e do tucupi, muito apreciados na Região Amazônica.

Assim como a mandioca, também o milho é um alimento muito presente na mesa dos brasileiros, na forma in natura ou como ingrediente de vários pratos. Pode-se citar a pamonha, a canjica, o curau e o mungunzá. Sem falar na pipoca, extremamente consumida.

A feijoada é o prato nacional por excelência. Assim como o churrasco, seu preparo é um verdadeiro ritual, um convite à confraternização entre as pessoas. Sua origem ainda não está plenamente esclarecida. É comum creditar-se o início da receita aos escravos, que consumiam os restos de carne da casa-grande, misturados com água e feijão. No entanto, esta versão não tem amparo histórico. Conforme o historiador Rodrigo Elias, da Universidade Federal Fluminense (UFF), é mais provável que a feijoada tenha origem europeia, com a adaptação de um prato muito popularizado em Portugal, que levava os restos de suínos. No Brasil, teria ganho o complemento do feijão.



O clássico feijão com arroz tornou-se a base alimentar na mesa do brasileiro

Já o churrasco é um dos ícones da cultura do Rio Grande do Sul. O popular churrasqueiro, com sua tradicional vestimenta, é figura conhecida mundo afora. Não se sabe como teve início o preparo da carne assada no espeto. O certo é que o prato caiu no gosto dos gaúchos que trabalhavam com a pecuária, na região do Pampa, compreendendo ainda territórios da Argentina e do Uruguai. Eles precisavam de um alimento de preparo fácil e ali estava a solução.

Assim como os exemplos citados, todos os estados brasileiros têm suas tradições culinárias. São famosos os pratos de Minas Gerais, com destaque para o angu e o feijão tropeiro, além do tradicional pão de queijo. As moquecas baiana e capixaba, que diferem apenas no preparo, são iguarias integradas à cultura desses estados, sendo fortemente exploradas turisticamente.



O preparo do churrasco é rodeado de rituais e é associado a confraternizações, tendo se tornado elemento gastronômico e cultural de exportação, junto com as carnes brasileiras



Um brinde à brasileira

A cachaça se transformou de bebida de classes menos abastadas em matéria-prima de um drinque sofisticado no exterior: a caipirinha. Até atingir este patamar passaram-se mais de 400 anos. Conta a história que um escravo, na Capitania de São Vicente (hoje município do Estado de São Paulo), acabou experimentando a garapa da cana-de-açúcar, que na época era dada aos animais. Com o uso da substância, teve um desempenho melhor no trabalho. O senhor-de-engenho viu que se tratava de um liquido estimulante e passou a servi-lo aos escravos. O nome cachaça surgiu daí, pois esse caldo fermentado chamava-se cagaça.

A típica bebida brasileira passou por muitas "aventuras" até se consolidar como um dos símbolos do País. Entre meados do século 16 e metade do 17, a cachaça foi utilizada como moeda corrente para compra de escravos na África.

Em alguns períodos, a Corte Portuguesa proibiu a produção, a comercialização e o consumo, entre outros motivos pela queda na venda da bagaceira (bebida à base de uva). A medida se mostrou ineficiente e o governo resolveu taxar o produto. Em 1756, por exemplo, a cachaça foi um dos gêneros que mais contribuíram para a reconstrução de Lisboa, cidade que havia sido destruída por um terremoto.



A cachaça, fabricada a partir da cana-de-açúcar, além do seu consumo tradicional em todas as regiões do Brasil, é exportada para vários países

Identidade nacional

O que para muitos parece apenas um passatempo representa o ganha-pão de 8,5 milhões de pessoas no Brasil. O artesanato, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, movimenta quase R$ 30 bilhões por ano no País. Além de ser uma forte referência regional, pois se utiliza de matérias-primas locais, também constitui fator de identidade nacional.

Os índios podem ser considerados os mais antigos artesãos em território brasileiro. Todos os utensílios de suas comunidades eram produzidos por eles, com os materiais que encontravam na mata. Destacam-se os cestos de palha, os vasos e as panelas de barro, os adornos e a arte plumária. São famosas as cerâmicas marajoara e tapajônica, no Pará. Nos estados do Norte e do Centro-Oeste, este tipo de artesanato também é bastante difundido.

O barro é usado em muitas outras regiões, sendo transformado em peças extremamente originais. Os santeiros, típicos modeladores de imagens que se encontram especialmente no Nordeste, eram exímios na arte de transformar a lama em esculturas religiosas. A própria imagem original da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, é feita de argila, do tipo terracota. Outro exemplo de uso do barro são os bonecos, que constituem figuras típicas do Nordeste, como cangaceiros, retirantes, músicos e rendeiras. As mais famosas peças foram produzidas pelo pernambucano Mestre Vitalino, que faleceu em 1963.

As rendas de bilro, herança da colonização portuguesa, têm importante papel econômico para artesãos do Norte, do Nordeste e do Sul. As mulheres rendeiras são a marca registrada do Estado do Ceará. Já em 1750 as peças produzidas na região adornavam ricas residências na Europa. Essa tradição também é encontrada nas cidades litorâneas de Santa Catarina.

Muitos outros materiais são utilizados no artesanato brasileiro. De madeira são moldadas as formas das carrancas do Rio São Francisco, de vários utensílios domésticos, quadros entalhados e santos. No Tocantins, os artesãos transformam o capim dourado, encontrado na natureza, em belíssimas peças de decoração, chapéus e cestos. Os apetrechos em couro para a lida no campo são comuns no Nordeste e no Sul do País. Também no Rio Grande do Sul são tecidas roupas em lã de ovelha.









Palhas, fibras, barro e madeira, entre tantos outros materiais disponíveis no campo brasileiro, são utilizados no artesanato, como manifestação artística e cultural e como fonte de renda

Linha do tempo

Anos 1860

- Para proteger e estimular a agricultura nacional é criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no dia 28 de julho de 1860, que viria mais tarde a transformar-se no Ministério da Agricultura. A Secretaria integrava a estrutura do Gabinete do 2º Império, cujo imperador era Dom Pedro II.

- Também em 1860 nasce o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, seguindo o da Bahia e o de Pernambuco, criados um ano antes.

- O Jardim Botânico do Rio de Janeiro é desvinculado do Ministério do Império e subordinado ao recém-criado Ministério da Agricultura.

- O Brasil vivia o ciclo do café, produto que impulsionou a economia brasileira desde o início do século 19. Também são expressivos na economia brasileira o cacau, produzido na Bahia; a borracha, explorada na bacia do Rio Amazonas; e o algodão, cultivado em larga escala no Maranhão, em Pernambuco e no Ceará. A pecuária, embora voltada para o mercado interno, é a mais importante atividade econômica na região Centro-Sul.

Anos 1870

- O Brasil aprova a Lei do Ventre Livre, em 1871.

Anos 1880

- Em 1888, é aprovado o fim da escravidão no Brasil.

- Em 1889, é proclamada a República.

- O advento dos trens tornou o transporte de carga menos oneroso e mais rápido, diminuindo o custo de produção e deixando os produtos agropecuários brasileiro mais competitivos no mercado internacional.

Anos 1890

- A mudança de regime político da Monarquia para a República trouxe modificações do arcabouço governamental e a Secretaria dos Negócios da Agricultura é absorvida pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Anos 1900

- Em 1906 é restabelecida a Pasta da Agricultura, incorporando, ainda, as competências e atividades ligadas à Indústria e ao Comércio, sob a designação de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e onde se deu o restabelecimento da independência do órgão.
- Em 1909 é instalada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e foram criados vários órgãos para fortalecimento da estrutura, entre eles a Diretoria de Indústria Animal, Diretoria de Meteorologia e Astronomia (atual Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet) e a Seção de Publicações e Biblioteca (atual Biblioteca Nacional de Agricultura – Binagri).

Anos 1910

- Em 1914 eclode a 1ª Guerra Mundial, que durou quatro anos.

Anos 1920

- Em 1929, o mundo ocidental é abalado por uma grave crise econômica, refletida no Brasil pela violenta queda dos preços do café.

Anos 1930

- Em 1930, Getúlio Vargas recebe o poder pela Junta Governativa e passa a governar o Brasil.
- No mesmo ano, é dada nova denominação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para Ministério da Agricultura.
- Em 1935 ocorreu estruturação do Ministério com Diretorias de Agricultura, Indústria Animal, Pesquisas Científicas e Produção Mineral
- Em 1937 tem início a ditadura do Estado Novo.
- Em 1939 é criado o Parque Nacional do Iguaçu, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.
- Em 1939, começou a 2ª Guerra Mundial.

Anos 1940

- Em 1945, termina a 2ª Guerra Mundial

Anos 1950

- Em 1951, é criado o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa), no Rio de Janeiro. Trata-se de um centro de referência em doenças vesiculares pela OIE e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que apoia os programas de prevenção, controle e erradicação da febre aftosa. Tem parceria técnica com o Ministério da Agricultura brasileiro.
- Em 1957 é criada a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), ligada ao Ministério da Agricultura. A economia cacaueira atravessava uma grave crise e a Ceplac tem a missão de promover a competitividade e a sustentabilidade dos segmentos agropecuário, agroflorestal e agroindustrial para o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, conseguindo grandes conquistas.

Anos 1960

- Em 1962, há uma reorganização do Ministério da Agricultura, com responsabilidade pelas políticas agrícola e agrária, abrangendo também flora, fauna e pesca e organização rural.

- Em 1964 ocorre o Golpe Militar no Brasil.

- Em 1965 é criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o objetivo de dar condições para que os agricultores adquirissem máquinas, equipamentos e insumos. O governo disponibilizou recursos para o financiamento, o custeio e a comercialização da safra.

Anos 1970

- A soja passa a ser o novo produto a impulsionar a economia de exportação brasileira.

- O início dos anos 1970 assiste às primeiras experiências brasileiras com o sistema de plantio direto. Em 1976, em Campo Mourão, no Paraná, foi lançado o Plano Nacional de Conservação de Solos (PNCS).

- Em 1973, é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

- Em 1974 é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), vinculada ao Ministério da Agricultura, extinta no início da década de 1990.

- Em 1975 é criado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando à substituição em larga escala dos derivados de petróleo, que tinham alcançado altos preços. A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo deveria ser incentivada por meio da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e da ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras.

- Em 1977 é instituído o Laboratório Nacional de Saúde Animal (Lanara), em Pedro Leopoldo, Minas Gerais, e seis Laboratórios Regionais (Laras). Hoje com o nome de Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro), são estratégicos no trabalho de análises de inocuidade, qualidade e identidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, bem como avaliam a qualidade dos insumos agropecuários.

- Em 1977 ocorre uma reformulação na estrutura do Ministério da Agricultura, apoiada em Secretarias da Produção, Abastecimento e Defesa.

Anos 1980

- Deixou de ser competência do Ministério da Agricultura os assuntos relativos à reforma agrária e aos recursos florestais e pesqueiros.

Anos 1990

- Em 1990 é criada uma nova Pasta da Agricultura, à qual foram outorgadas as tradicionais atribuições, à exceção do abastecimento, acrescidas daquelas relacionadas às ações de coordenação política e à execução da reforma agrária e dos assuntos de irrigação.

- Em 1991, a Pasta incorpora os assuntos de abastecimento, de política agrícola e de desenvolvimento rural.

- Em 1991 é instalada a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), criada em 1990.

- Em 1992 é dada a denominação de Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.

- Em 1996, assume a denominação de Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por haverem sido redistribuídos os assuntos relacionados à condução e à execução da política de reforma agrária. Incorpora, novamente, os assuntos relativos aos recursos pesqueiros.

- Em 1999, incorpora os assuntos relativos à política do café, açúcar e álcool e ao planejamento e exercício da ação governamental nas atividades do setor agroindustrial canavieiro, até então afeitas ao Ministério da Indústria e Comércio.

- Em 1994 é consolidado e estruturado o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), considerando a importância da produção avícola brasileira no contexto nacional e internacional e a necessidade de normatizaçao das ações de acompanhamento sanitário relacionadas ao setor avícola, observando o processo de globalização mundial em curso.

- Em 1996 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Com foco no desenvolvimento rural sustentado, envolve instrumentos de mercado (como crédito e seguro) e aspectos estruturais (infraestrutura, pesquisa, educação).

Anos 2000

- Em 2000 é criado o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), grande instrumento de modernização da agricultura brasileira e que impulsionou a "família" de programas de investimento Mapa-BNDES para produtores rurais e para cooperativas. Estes programas contam com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

- Em agosto de 2001, o Ministério da Agricultura incorporou em seu nome a designação pecuária, passando a ser denominado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em clara demonstração da importância deste segmento inclusive pelo destaque do agronegócio de carnes no mercado brasileiro, bem como no mercado global.

- Em 2003, são retirados da Pasta os assuntos pesqueiros, ficando mantida a denominação e a estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

- Em 2003, ocorre o lançamento dos veículos *flex fuel* (podem ser abastecidos com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois combustíveis), aquecendo o mercado para o etanol e, consequentemente, estimulando a produção canavieira.

- Em 2004 é instituído o Programa Nacional de Sanidade Suína (PNSS), com o objetivo de coordenar, normatizar e dar suporte às ações de defesa sanitária animal referentes à suinocultura nacional.

- Em 2004 é lançado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), por meio do qual o governo federal organizou a cadeia produtiva, definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório do novo combustível.

Em 2005, o Mapa passa por uma reforma em sua estrutura, com a criação da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa (SRI), assim como da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), vinculada diretamente ao ministro, e da Secretaria de Produção e Agroenergia (SPAE). A SRI tem as atribuições de coordenar a participação do Ministério em negociações internacionais concernentes aos temas do agronegócio, analisar e acompanhar a implementação de acordos e promover o agronegócio brasileiro. A AGE tem as atribuições de supervisionar a elaboração do planejamento estratégico do Mapa, de apoiar a organização dos planos e programas de forma articulada e sistêmica, e de coordenar a articulação institucional de assuntos específicos determinados pelo ministro da Agricultura. A reestruturação também fortaleceu a Secretaria de Defesa Agropecuária e as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - antigas Delegacias Federais de Agricultura -, com foco em descentralização dos laboratórios, capacitação de pessoal, controles interligados e modernização de processos.



Com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, culturas como o girassol passaram a merecer investimentos da pesquisa



Bibliografia

ALBUQUERQUE, Ana Christina Sagebin e Silva, Aliomar Gabriel (editores técnicos). *Agricultura tropical*: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e politicas. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

ANDRADE, Rafael Leite Pinto de. *Respostas às barreiras não-tarifárias ao comércio internacional do agronegócio*. Revista de Política Agrícola. Brasília: Secretaria nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ano XVII, n. 1, p.24-39, 2008.

AZEVEDO, João Lúcio. *Ciência e tecnologia no Brasil*: uma nova política para um mundo global - a pesquisa agropecuária, 1994. Esalq/USP. V. rev. Pesquisa Agropecuária, S. Swartzman, ed., ciência e tecnologia no Brasil: a capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 287-320.

AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira, no tríplice aspecto político-social-econômico*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. vol. 1. (Brasiliana. Série Grande Formato, 16)

Anuário Brasileiro da Cana-de-Açúcar 2004. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2004.

BARROS, Souza. *Aspectos sociológicos da vida rural brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1967.

BELEZZA, Newton. *Evolução do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro, 1955. 81 p. (Estudos e Ensaios - Serviço de Informação Agrícola, 10)

BRASIL – CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

CALDAS, Ruy Brandão. *Evolução e perspectivas do parque industrial brasileiro de carnes e derivados*. Dissertação apresentada em concurso para professor titular na Faculdade de Veterinária da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: 1977. 231 p.

CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. *Cooperativismo agrário e integração econômica*: a agricultura familiar no Mercosul. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

CASTRO, Ana Célia. *Ciência e tecnologia para a agricultura*: uma análise dos planos de desenvolvimento. Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 1 (3): 309-344, set/dez 1984.

CASTRO, Therezinha de. *Retrato do Brasil atlas-texto de geopolítica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Eidotra, 1986.

CONSELHO Federal de Medicina Veterinária. *História da Medicina Veterinária no Brasil*. Brasília: Conselho Federal de Medicina Veterinária, 2002. 228 p.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

EDWARD, G.; Alves, Eliseu Roberto. *O desenvolvimento da agricultura no Brasil*., Rio de Janeiro: Apec, 1976. 389 p.

ELIAS, Rodrigo. Breve história da feijoada; in *Nossa História*, Ano I, nº 4. São Paulo: Editora Vera Cruz, 2004.

EVOLUÇÃO do Cooperativismo no Brasil: Denacoop em ação. Ministério da Agricultura,Pecuária e Abastecimento. Brasília:MAPA, 2006.

FARIA, José Freire de. *Fragmentos de minha memória*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2009. 144p.

FERRETE, João Luís. *Capitão Furtado - viola caipira ou sertaneja?*. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Música, Divisão de Música Popular, 1985.

GOMES, Laurentino. *1808*: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 2 ed.: 2009. 367p. Acompanhado do DVD "1808 Bagagem".

GONZALEZ, Bernardo Celso de Rezende; Costa, Silvia Maria Almeida Lima. *Agricultura brasileira*: modernização e desempenho. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 7-35, maio 1998.

GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil*: 1872-1970. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984.

GUERRA Filho, D'Almeida; Placer, Xavier. *Ministério e ministros da Agricultura (1860-1966)*. Rio de Janeiro, 1966. 41 p. (Série Documentária - Serviço de Informação Agrícola, 10)

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de; *et al*. *Diagnóstico Brasil* – A ocupação do território e o meio ambiente. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 1990.

LYRA, Tânia Maria de Paula. *A febre aftosa no Brasil*: evolução e determinantes das políticas públicas de controle e erradicação, 1950-2002. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária. 2003. 130p.

_____. *La eradicacion de la peste porcina africana en el Brasil*, 1978-1984. Revista Científica y Técnica. OIE, Paris, v .25, n. 1, 1-30, 2006 (original em espanol).

LUCIANO, Aderaldo. *Literatura de cordel*: uma poética para os heróis degolados (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. *Literatura de cordel*: visão e revisão (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LOBO, Eulália Maria Lameyer. *História política administrativa da agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, nd, vol. 2

MINISTÉRIO da Agricultura e do Abastecimento – Coordenação de Apoio ao Gabinete do Ministro e Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro. "Ministério da Agricultura 1860-1997 – Ministros Titulares e Interinos – 137 anos". Brasília: 28 de julho de 1997.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais. Brasil e o agronegócio, Mapa, 2007. 58 p.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais. Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino. Brasília, 2009. 479 p.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Integração lavoura-pecuária-floresta, cartilha do produtor. Brasília, Mapa, 2009. 24 p.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Novos tempos - a agropecuária no Brasil (2003-2006)*. Mapa; Editora Gazeta Santa Cruz, 2006. 80 p.

MINISTÉRIO das Relações Exteriores. *Agronegócio no Brasil*. Brasília, 2005, p. 8-21

NASCIMENTO, Saumíneo da Silva. *As relações geopolíticas na agricultura brasileira no contexto mundial*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

NEPOMUCENO, Rosa. *Música caipira*: da roça ao rodeio. Editora 34, 1999.

PAIVA, Ruy Miller. *Problemas da agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1954.

PARDI, Miguel Cione. *Memória da inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal no Brasil*: O Serviço de Inspeção Federal – SIF. Brasília: Columbia, 1996. 165 p.

PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo*. São Paulo: Imesp, edição fac-similar, 1984.

PORTO, Maurício Rodrigues. Ministério da Agricultura. p.53-87. In.: PEREIRA, Armantino Alves (org). *Agricultura de Goiás*: análise & dinâmica. Goiânia, 2004, 970 p.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTO, Benedito Rosa do Espírito. *Os caminhos da agricultura brasileira*. Brasília, 2001. 329 p.

SANTOS, D. S. *A figura do homem rural na literatura brasileira*: alguns recortes. Revista da UFG, volume 7, nº 1, junho de 2004, *online* (www.proec.ufg.br).

SERIACOPI, Reinaldo. *História*: volume único. São Paulo: Ática, 2005. 552 p.

SILVA, Fernando J. Ferreira da. *Setenta anos da criação do Serviço de Defesa Sanitária Animal*. Brasília, 14 de julho de 2004.

SOUTO MAIOR, Mário. *Dicionário de folclore para estudantes*. 2.ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004.

SOUZA, Itamar de. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes; Natal: Fundação José Augusto, 1980.

VIEIRA, José Anastácio. *Problemas agrícolas em foco*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor. 1959. 135 p. (Série Documentária Serviço de Informação Agrícola, 4).

Consultas básicas na internet:

http://www.agricultura.gov.br, em inúmeros acessos

http://www.ceagesp.gov.br/institucional/histor/

http://www ceasaminas.com.br/ceasa_minas.asp

http://www.ceasaminas.com.br/historia.asp

http://www.casemg.com.br/empresa/hist_index.htm

http://www.casemg.com.br/empresa/hist_index.htm

http://www.suapesquisa.com/historia/imigracao

http://www.agricultura.gov.br/historiadomapa

http://www.embrapa.br/historiadaembrapa

http://www.ceplac.gov.br

http://www.ocb.coop.br

Entrevistas especiais realizadas para a publicação:

- Alysson Paolinelli, ex-ministro da Agricultura, em Belo Horizonte (MG)
- Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura,em São-Paulo (SP)

Pesquisa iconográfica realizada em:

- Biblioteca Nacional da Agricultura – BINAGRI, junto à sede do Mapa, em Brasília (DF)
- Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (RJ)



Colheita de café em propriedade no interior de Minas Gerais, maior produtor nacional

© 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução desde que citada a fonte. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 1.100 exemplares

Ano: 2011

Elaboração, distribuição, informações:
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 8º andar, sala 854
CEP: 70043-900, Brasília-DF
Tel.: (61) 3218-2708/2819
Fax.: (61) 3322-4640
www.agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Coordenação do projeto editorial: Romar Rudolfo Beling e Olímpio Cruz

Redação: Brenno Bernardo Kist, Carine Simas da Silva, Erna Regina Reetz, Guido Ernani Kuhn *(in memorian)*, Sheila Boesel, Olímpio Cruz e Lígia Kosin

Consultoria histórica: prof. Dr. Olgário Vogt

Tradução: Traduzca e Bié Tradução

Imagens: Arquivo da Biblioteca Nacional da Agricultura (Binagri) e da Biblioteca Nacional, Silvio Ávila e Inor Assmann (Agência Assmann).

Projeto gráfico, diagramação e arte final: Juliane Mai, Daniel Mira, Daniel Leite e Jonatas Bonach

Edição de fotografia: Daniel Mira, Juliane Mai e Mariana Frey

Impressão: Gráfica Ideal

Este produto foi realizado no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços nº 210001, de acordo com os termos previstos na Solicitação de Propostas nº 650/09, celebrado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Editora Gazeta Santa Cruz Ltda.

Catalogação na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1860-2010 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Comunicação Social. – Brasília : MAPA/ACS, 2011.
179 p.

ISBN 978-85-7991-052-4

1. História da agricultura. 2. Agricultura. I. Assessoria de Comunicação Social. II. Título.

AGRIS A01
CDU 631(09)

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA